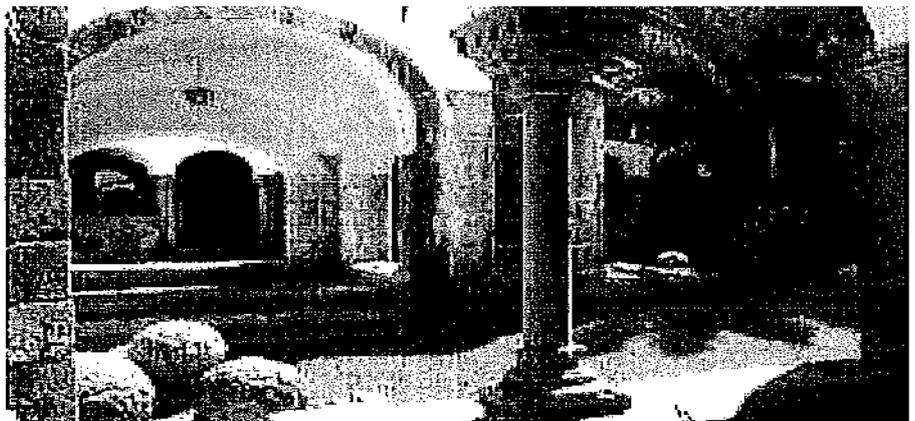
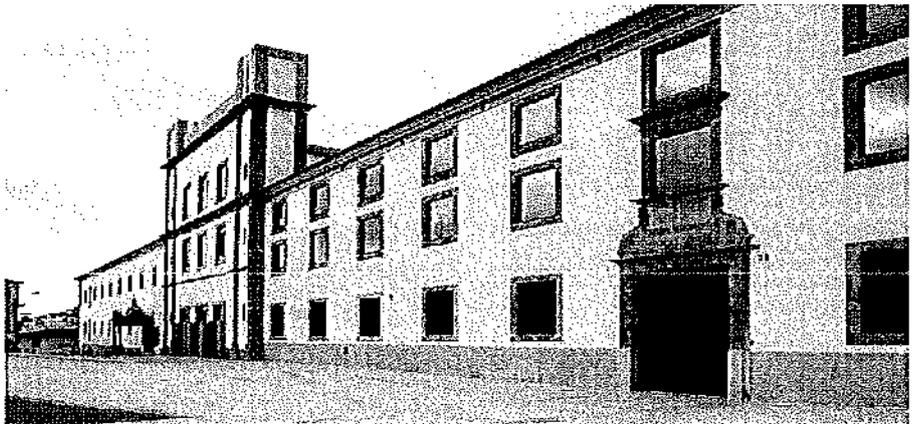




2011

RELATÓRIO DE GESTÃO

Câmara Municipal de Portalegre



Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 28
7300-186 Portalegre
Telf: 245 307 400 Fax: 245 307 470
Correio Electrónico: município@cm-portalegre.pt



"Quem administra bens alheios presta contas"

"Bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que, por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto-organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão. Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos"

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico determina conseqüentemente, a seguinte metodologia, no presente relatório de gestão: em primeira instância apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, centrada de início, na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e Despesa Municipal, para por último desenvolver a respetiva articulação entre ambas.

Na sequência do colapso generalizado do sistema financeiro e da grave recessão económica que se instalou a nível mundial, o ano de 2011 assume-se como um marco histórico ao nível das finanças públicas. Os governos assumem publicamente a necessidade urgente de consolidação orçamental das finanças públicas e comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para o efeito.

Em Portugal, face à dimensão do tão famigerado défice público, esta questão assumiu particular relevância, tendo o governo adotado em 2011 um conjunto de duras medidas, cujas linhas gerais são públicas e conhecidas, o que desde logo exigiu e continuará a exigir, pelo menos nos próximos tempos, o esforço convergente de todas as organizações públicas para esse fim.

Daí que, presentemente neste cenário de crise, as instituições públicas lutem para manter os seus níveis de serviço face a consecutivos cortes orçamentais sentidos em quase todas as áreas de atuação, pelo que, o controlo e a otimização de custos tornam-se prementes para uma gestão orçamental eficaz, assim como, a procura de instrumentos que criem valor no negócio e a análise da rendibilidade dos vários âmbitos de atuação das organizações públicas.

Neste contexto, assume primordial importância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fidedigna e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Torna-se assim cada vez mais importante a obrigação de prestar contas como dever dos



que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) dita a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico dita que no presente relatório de gestão seja adotada a seguinte metodologia:

- Inicialmente, no número dois deste relatório, apresenta-se a caracterização dos meios humanos ao nível do seu comportamento organizacional, das despesas, da formação e qualificação dos recursos humanos.

- Na terceira parte apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, desenvolvendo-se por último a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

- No quarto capítulo é realizada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de preponderância no contexto global da administração pública. Insere-se a análise económico-financeira traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Como apontamento final regista-se que a Consolidação de Contas já é aplicável ao exercício de 2011, fruto da recente publicação da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de "Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", à qual se encontra obrigado o Município de Portalegre, incluindo obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas;
- d) Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais;
- e) Relatório de Gestão Consolidado;

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



A Consolidação de Contas do Município de Portalegre do exercício de 2011 apresentada em dossier individualizado.



[Handwritten signatures and initials in the right margin]

2. MEIOS HUMANOS

Os dados deste capítulo foram retirados dos relatórios elaborados no âmbito do SIAL e dos dados do Balanço Social - 2011, de acordo com o número de trabalhadores ao serviço a 31 de Dezembro de 2011.

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

2.1.1 - Efetivos Globais

No final de 2011, a Câmara Municipal de Portalegre tinha ao serviço, um total de 371 trabalhadores. Em comparação com o ano anterior, houve um decréscimo de 60 trabalhadores. A diminuição de trabalhadores ao serviço teve origem principalmente na caducidade dos contratos por decurso do tempo, tendo também contribuído o termo da relação jurídica de emprego por aposentação.

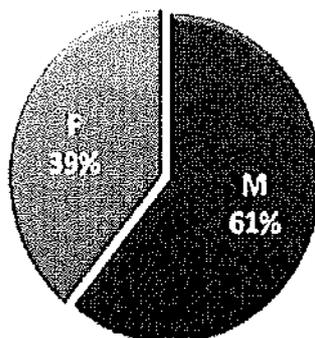


Gráfico 1 - Taxa de distribuição de trabalhadores/género

Quanto à distribuição dos trabalhadores por género, 61% de trabalhadores são do sexo masculino e 39% do sexo feminino.

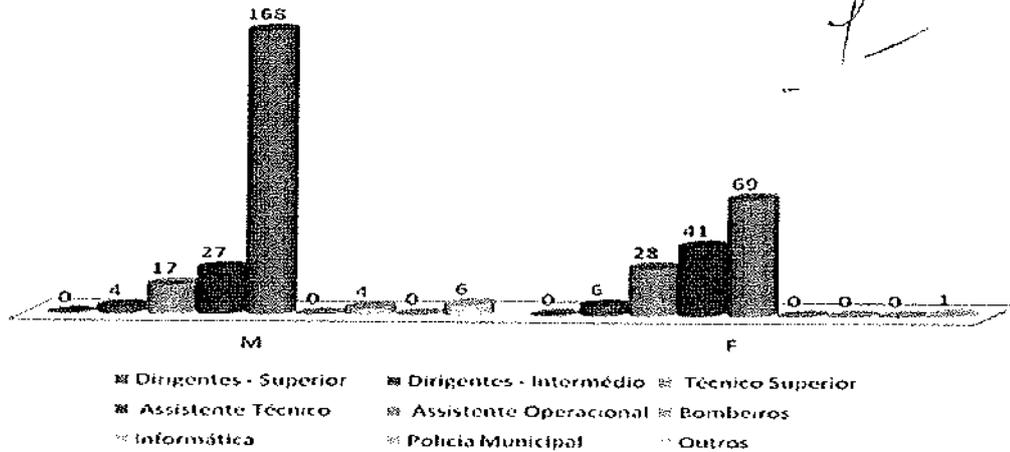


Gráfico 2 – Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria e género

Continua haver um maior número de trabalhadores pertencentes à carreira/categoria de assistente operacional, tanto no género feminino como no masculino. Na carreira de Assistente Técnico e Técnico superior registam-se valores mais elevados no género feminino com exceção na carreira de Informática, em que prevalece o género masculino. Há também mais mulheres ocupar cargos de direcção intermédia.

O mapa de pessoal do Município de Portalegre não contempla postos de trabalho para as carreiras/categorias Polícia Municipal, Bombeiros e Dirigentes Superiores.

2.1.2 Modalidades da relação Jurídica de Emprego

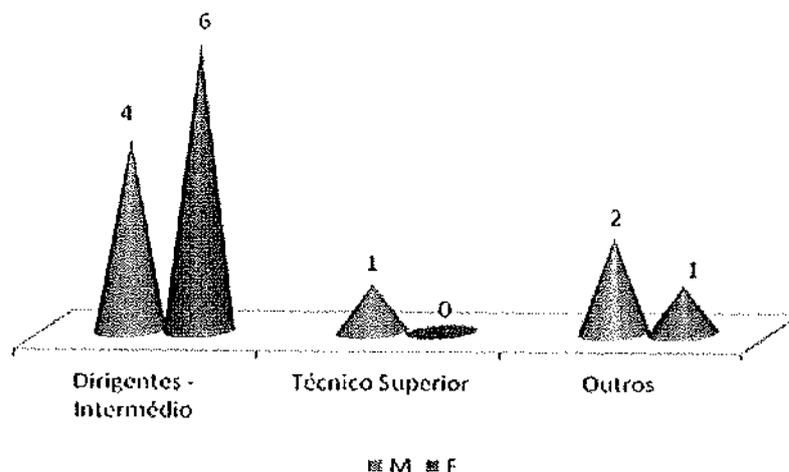


Gráfico 3 – Número de trabalhadores em comissão de serviço por carreira/categoria e género.

Neste momento 14 trabalhadores do Município da categoria carreira/categoria Técnica



Superior estão a desempenhar funções de dirigentes em comissão de serviço: 8 Chefes de Divisão (Dirigentes intermédios de 2.º grau), 2 Diretores de Departamento (Dirigentes Intermédios de 1.º grau). Há 1 Comandante Operacional Municipal também a exercer funções em comissão de serviço. Durante o ano de 2011 o gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara teve os seguintes membros em comissão de serviço: 1 Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara e 2 Secretários de apoio aos vereadores.

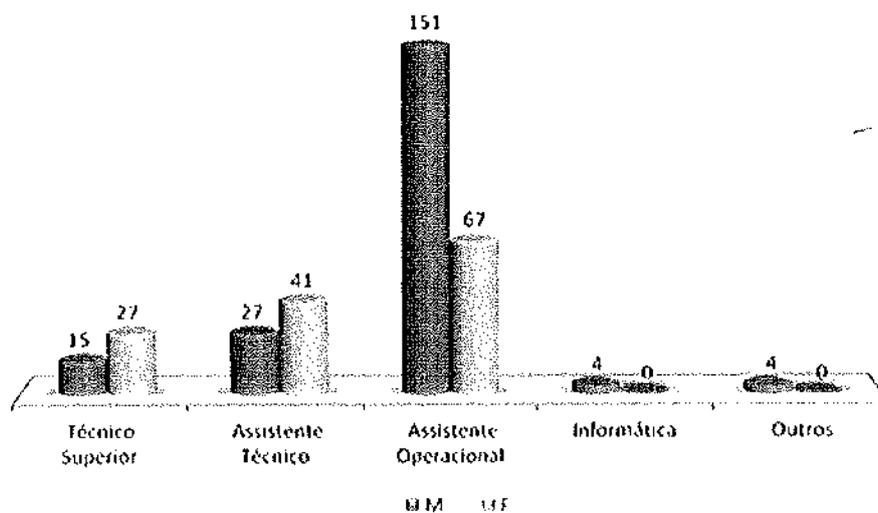


Gráfico 4 – Número de trabalhadores com contrato por tempo indeterminado por carreira/categoria e género

Dos trabalhadores que constituem a amostra verificou-se que o número de postos de trabalho do mapa de pessoal da Câmara Municipal com relação jurídica de emprego por tempo determinado diminuiu em comparação com os dados do Balanço Social de 2010. Esta diferença verifica-se no número de trabalhadores da carreira/categoria de Assistente Operacional, em que houve um decréscimo do número de trabalhadores do sexo masculino e um aumento no número de trabalhadores do sexo feminino.



Handwritten signatures and initials:
 1. H
 2. J
 3. J
 4. J

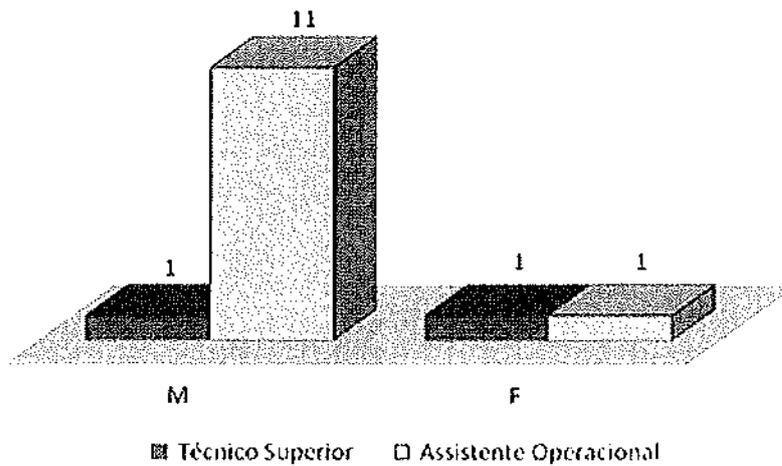


Gráfico 5 – Número de trabalhadores com contrato por tempo determinado por carreira/categoria e género

Em relação ao ano anterior houve uma diminuição de 33 trabalhadores, nesta modalidade de relação jurídica de emprego, pertencentes às seguintes categorias: 3 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 28 assistentes operacionais. Esta diminuição teve na base o facto de os contratos terem atingido o prazo máximo de duração incluindo renovações, nos termos da lei em vigor.

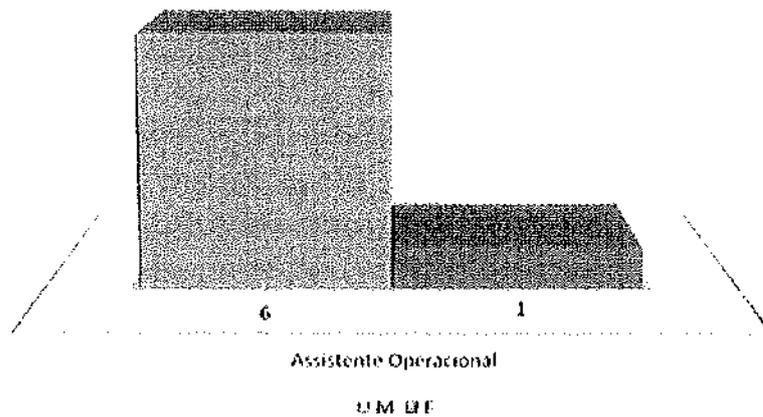


Gráfico 6 – Número de trabalhadores com outra modalidade de contratos por carreira/categoria e género



[Handwritten signature]

Nesta modalidade estão inseridos os contratos Individuais de trabalho (Programa Enclave e Vida Emprego), na carreira de Assistente Operacional. Há seis trabalhadores a desempenhar funções no âmbito do programa enclave. Em relação ao ano de 2010, houve uma diminuição de dois trabalhadores que se aposentaram.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

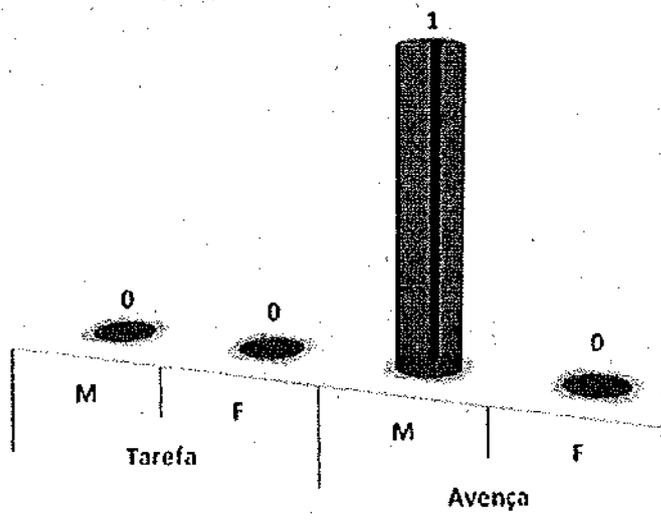


Gráfico 7 – Número de trabalhadores com contrato de prestação de serviços em regime de avença/tarefa por género

Em relação ao ano anterior verificou-se uma diminuição de 43 contratos de prestações de serviço em regime de avença.



Handwritten signatures and initials:
HP
F.S.
[Signature]
[Signature]

2.1.3 Grupo de Pessoal / Estrutura Etária

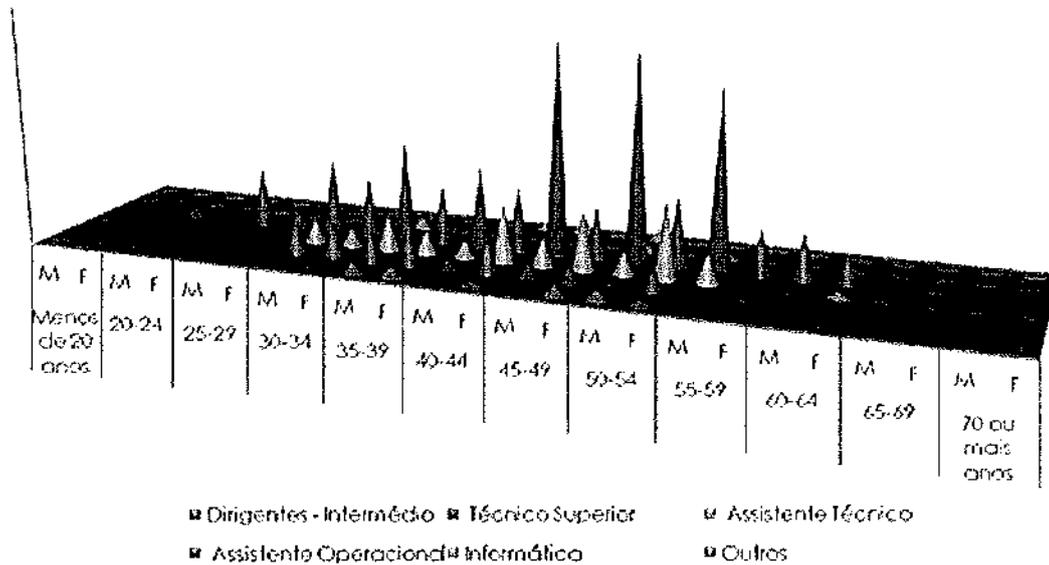


Gráfico 8 – Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, estrutura etária e género

Quanto á estrutura etária, 46% dos trabalhadores da Câmara Municipal estão na faixa etária dos 40-59 anos, pertencem à carreira assistente operacional e são do sexo masculino. Nas outras carreiras os trabalhadores são maioritariamente do sexo masculino, tendo a maioria idades compreendidas entre os 30 e os 55 anos. A carreira com menor expressão é a Técnica Superior e Informática.



Handwritten signatures and initials:
H
F
DA
1-12

2.1.4- Antiguidade na Função Pública por carreira e género

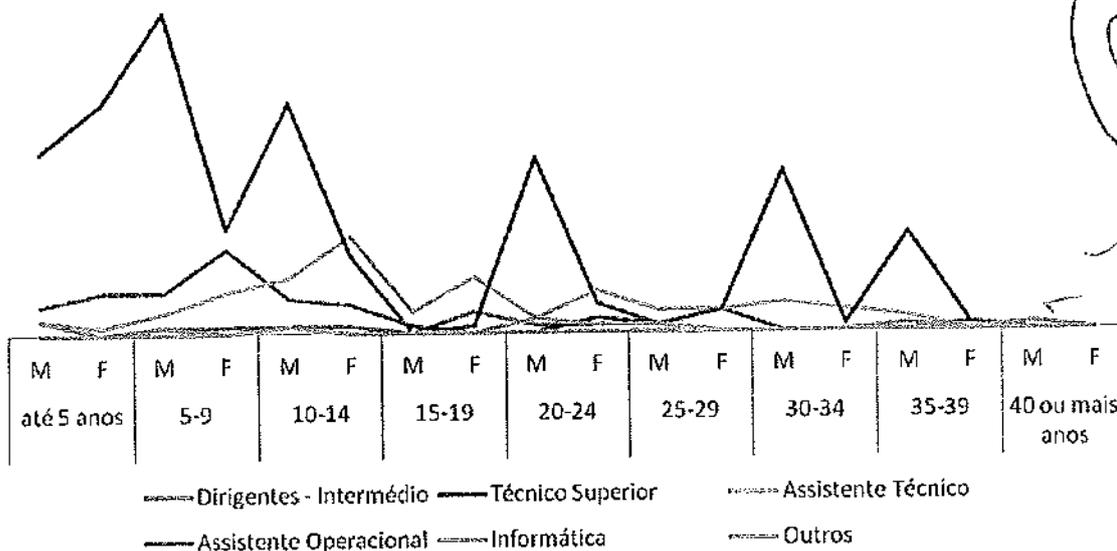


Gráfico 9 - Número de trabalhadores distribuídos por carreira/categoria, antiguidade e género

Uma grande percentagem dos trabalhadores estão a desempenhar funções na Câmara Municipal há 5 e 9 anos, sendo a maioria da carreira/categoria de assistente operacional. A maioria dos técnicos superiores também desempenha funções na Câmara entre os 5 e 9 anos. A carreira/categoria de Assistente Técnico apresenta valores mais elevados entre os 15 e 19 anos e os 24 e 29 anos de antiguidade.

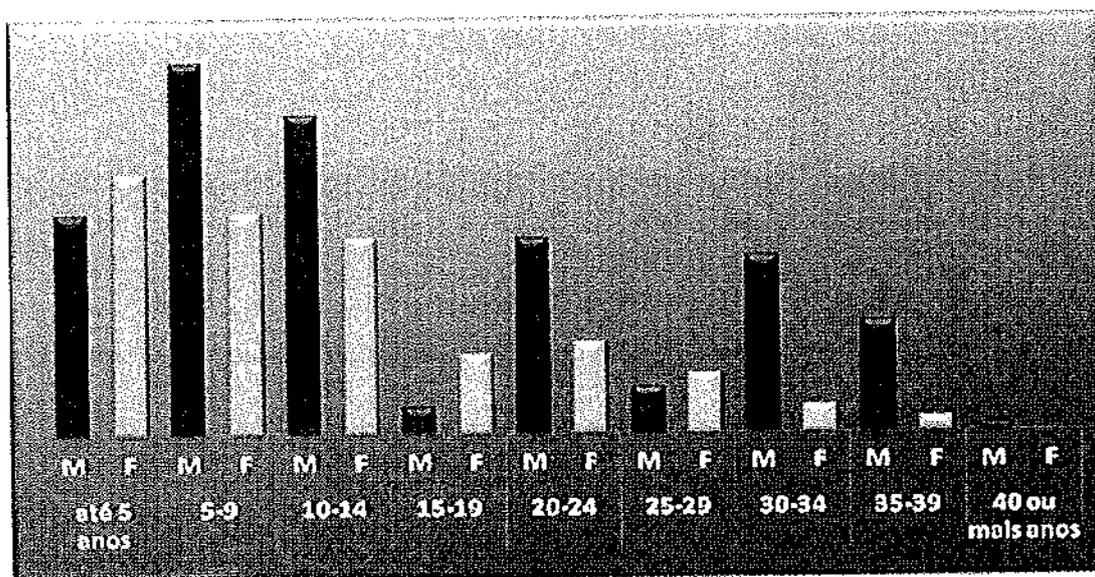


Gráfico 10 - Número de trabalhadores distribuídos por antiguidade e por género



Nos últimos 5 anos a Câmara Municipal contratou mais mulheres do que homens. São contudo os trabalhadores do sexo masculino que desempenham funções há mais tempo no Município de Portalegre.

2.1.5- Habilitações Académicas/Género/carreira e categoria

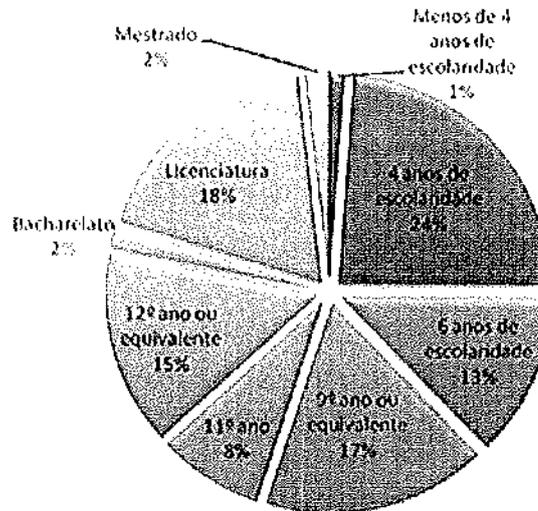


Gráfico 11 – Taxa de trabalhadores por habilitações académicas

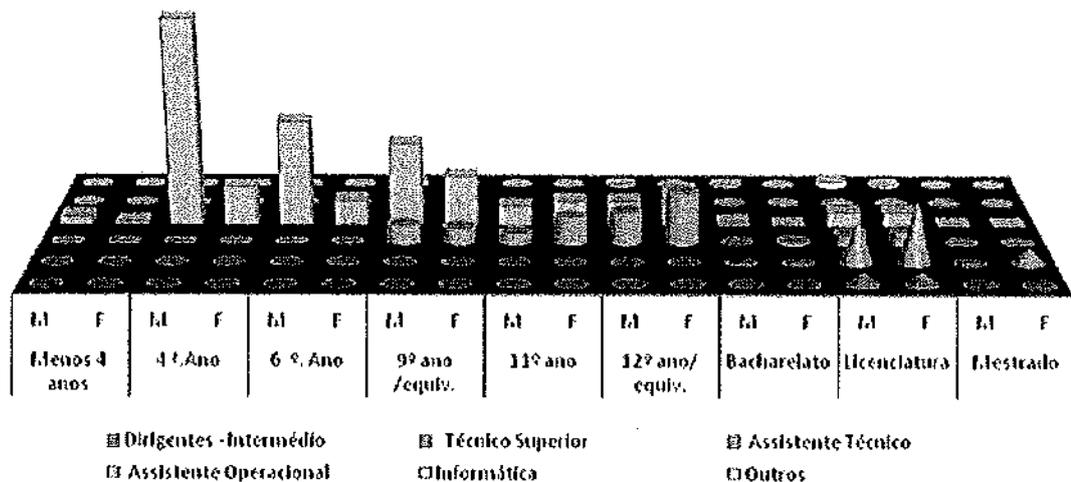


Gráfico 12 – Número de trabalhadores quanto às habilitações académicas/género e carreira/categoria



Na carreira/categoria de assistente operacional é onde se verifica o nível de instrução mais baixo, 89 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade ou menos (24%). Possuem o 6.º ano, 47 trabalhadores. No que respeita aos restantes níveis de escolaridade, 64 trabalhadores têm o 9º ano (17%), 30 trabalhadores o 11º ano (8%), 56 trabalhadores o 12º ano (15%), 6 trabalhadores o bacharelato (2%) e 68 trabalhadores a Licenciatura (18%). Há neste momento na CMP 7 trabalhadores com Mestrado (2%).

2.1.6 – Trabalhadores com Necessidades Especiais/Carreira/Género/Idade

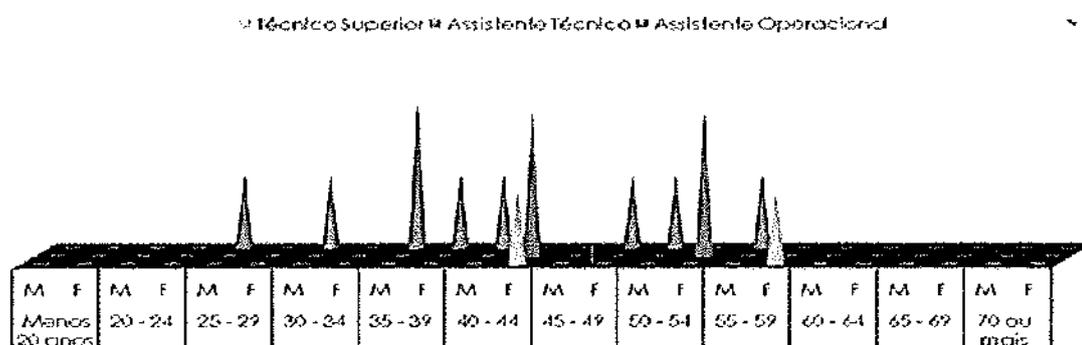


Gráfico 14 – Número de trabalhadores com necessidades especiais/carreira/género/idade

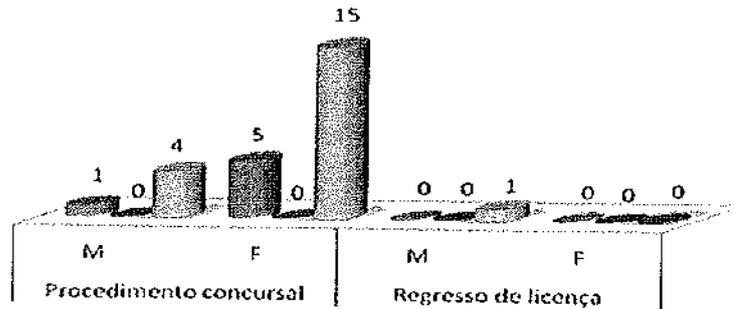
Há no Município de Portalegre 15 trabalhadores beneficiários de redução fiscal por deficiência, a que corresponde uma taxa de 4 %, relativamente ao total dos trabalhadores. Estão distribuídos pela faixa etária, entre os 25 e 59 anos e a maioria pertence à carreira de assistente operacional.



Handwritten initials

2.1.7- Trabalhadores Admitidos/Carreira/Modo Ocupação/Género

Handwritten signature



Handwritten initials

Handwritten initials

Handwritten initials

■ Técnico Superior ■ Assistente Técnico ■ Assistente Operacional

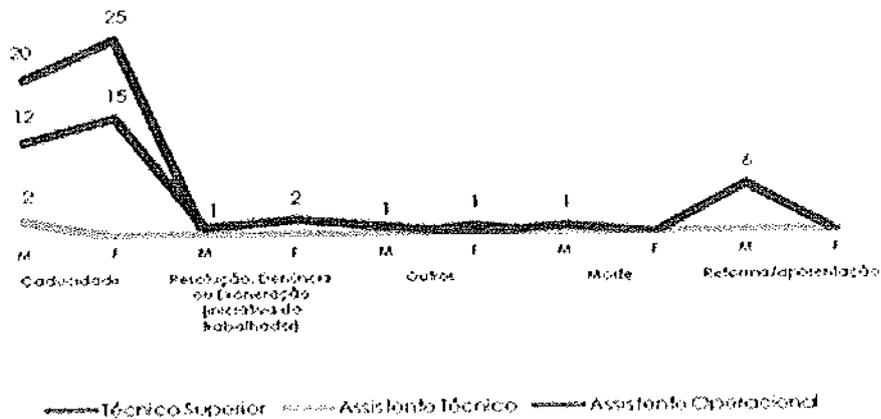
Gráfico 15 - Número de trabalhadores admitidos/carreira/género e modo de ocupação

Com as restrições que resultaram para a Administração Local impostas pela Lei do Orçamento de Estado/2010 e 2011, houve uma diminuição de trabalhadores admitidos através de procedimento concursal. Durante o ano de 2010 - 2011 foram iniciados e contratados 5 trabalhadores do sexo masculino e 20 do sexo feminino, com relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado.

Para satisfação de necessidades permanentes de serviço recorreu-se á mobilidade interna de vários trabalhadores. Apenas um trabalhador regressou de licença sem vencimento.



2.1.8 – Saída de Trabalhadores



[Handwritten signatures and initials]

Gráfico 16 – Número de trabalhadores/motivo de saída/género e carreira/categoria

Durante o ano de 2011, 86 trabalhadores terminaram a sua relação jurídica de emprego público com o Município de Portalegre, a grande maioria pertenciam à carreira/categoria de técnico superior (46), Terminaram dois trabalhadores da carreira/categoria de assistente técnico e trinta e oito pertenciam carreira/categoria de assistente operacional. O motivo para a saída de trabalhadores foi na maioria dos casos, a caducidade dos contratos por decurso do tempo.

2.1.9 – Horas Trabalho nocturno normal/extraordinário por género

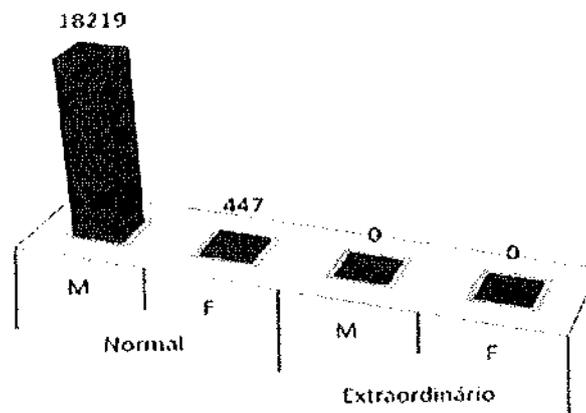


Gráfico 17 – Número de horas de trabalho normal/extraordinário por género



Há mais trabalhadores do sexo masculino a fazer horas de trabalho noturno do que trabalhadoras do que o sexo feminino. Em relação ao trabalho noturno extraordinário não foi efetuado qualquer trabalho durante o ano de 2011.

2.1.10- Horas em Dias de Descanso Semanal e Feriados por Género

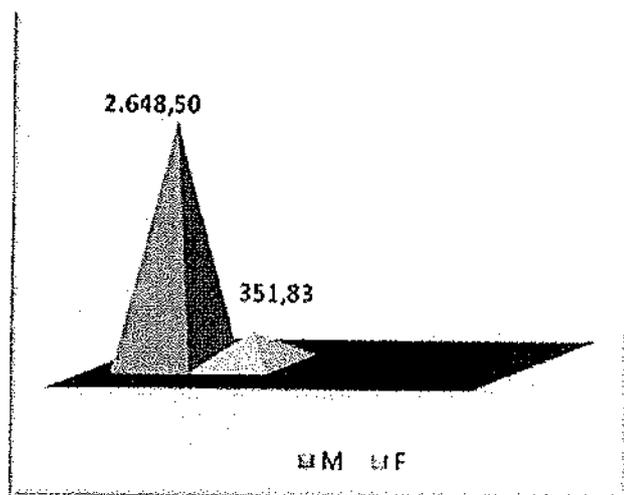


Gráfico 18 - Número total de horas em dias de descanso semanal e feriados / por género

O número de horas extraordinárias realizadas em dias de descanso semanal e feriados diminuiu em comparação com os resultados obtidos no ano anterior (53 275,93 horas).

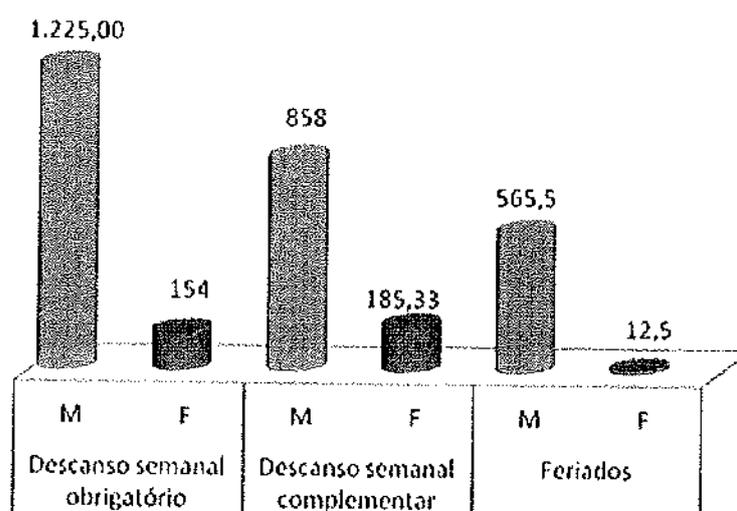


Gráfico 19 - Número de horas em dias de descanso semanal, complementar e feriados / por género



Foram efetuadas 3 000,33 horas extraordinárias em dias de descanso semanal complementar e feriados, sendo os trabalhadores do sexo masculino que realizaram o maior número de horas extraordinárias.

2.2 – COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

2.2.1 – Absentismo

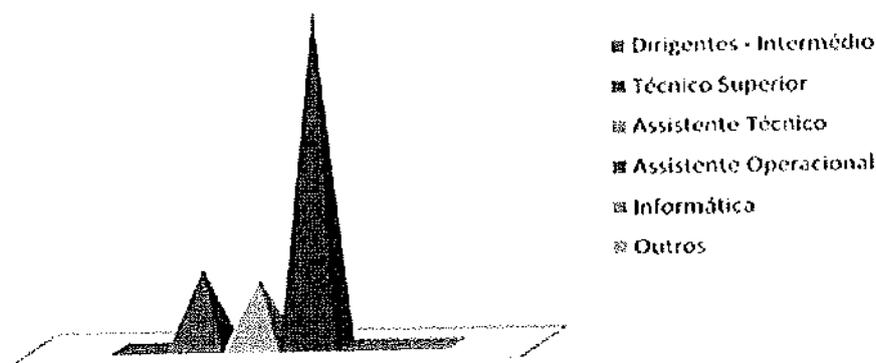


Gráfico 20 – Absentismo/carreira/categoria

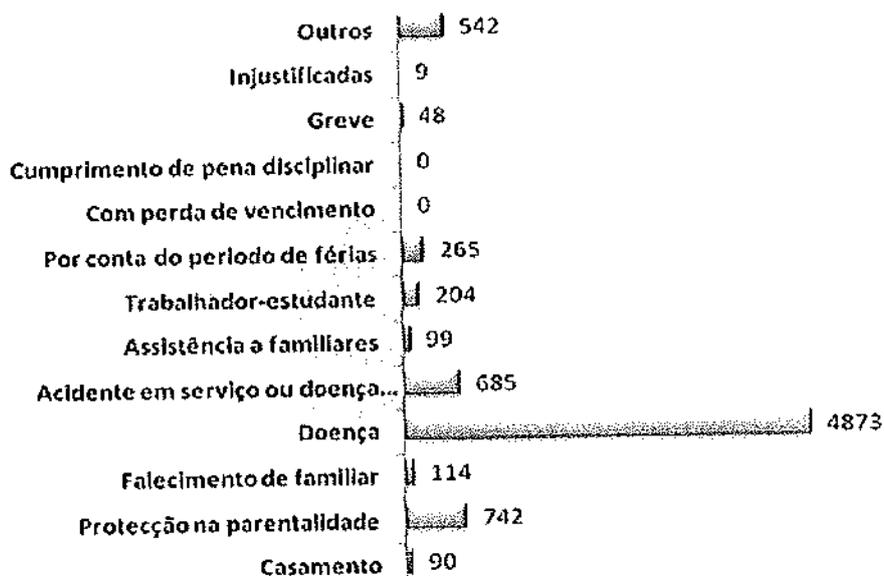


Gráfico 21 – Número de trabalhadores ausentes/motivo da ausência



Da análise dos gráficos supra conclui-se que o nível de absentismo, tem maior incidência na carreira de assistente operacional. A grande causa de absentismo é a doença e a parentalidade é a segunda causa de absentismo.

2.2.1. Absentismo/carreira/género

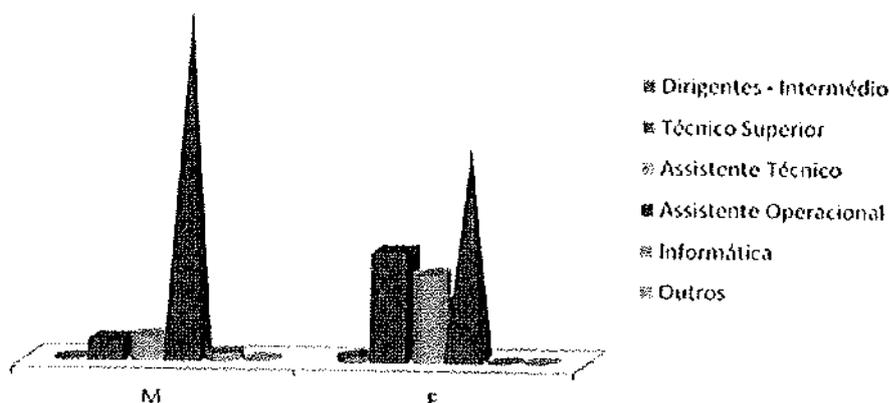


Gráfico 22 - Absentismo/carreira/género

Os níveis absentismo são superiores no sexo feminino na maioria das carreiras/categorias, com exceção da carreira de assistente operacional, onde o sexo masculino apresenta valores mais elevados.

2.2.2 - Acidentes de Trabalho/Género

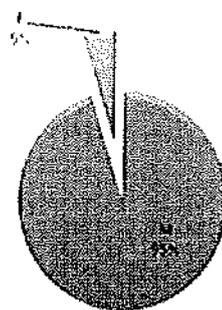


Gráfico 23 - Taxa de acidentes ao serviço/género

Durante o ano de 2011 ocorreram 20 acidentes em serviço, sendo que 95% foram com trabalhadores do sexo masculino e os restantes 5% com trabalhadoras.

2.2.3 Acidentes de trabalho/ número de dias de baixa /género

■ 1 a 3 dias de baixa ■ 4 a 30 dias de baixa ■ Superior a 30 dias de baixa ■ Mortais

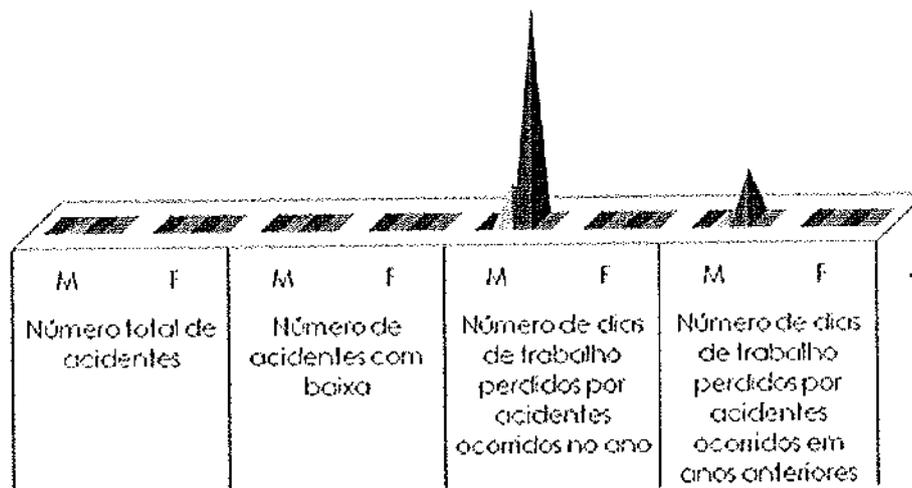


Gráfico 24 - Número de dias de baixa perdidos por acidentes por género

Todos os acidentes ocorreram com trabalhadores pertencentes à carreira de assistente operacional. Do total de acidentes em serviço, os trabalhadores estiveram ausentes do serviço por um período de 30 dias ou mais.

2.2.4 - Vítimas de acidente/Incapacidade

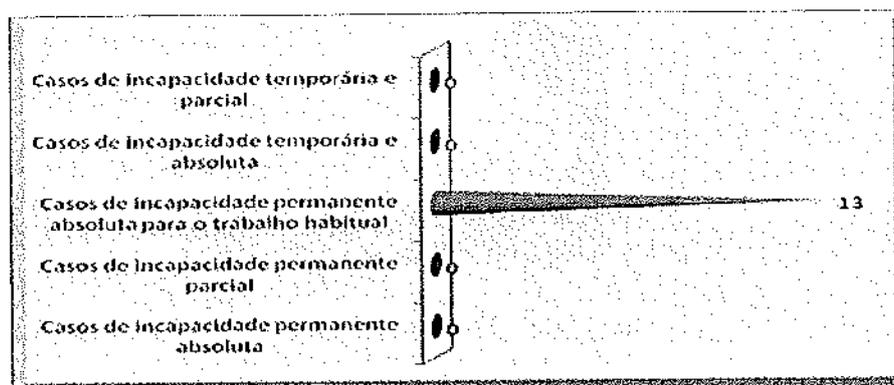


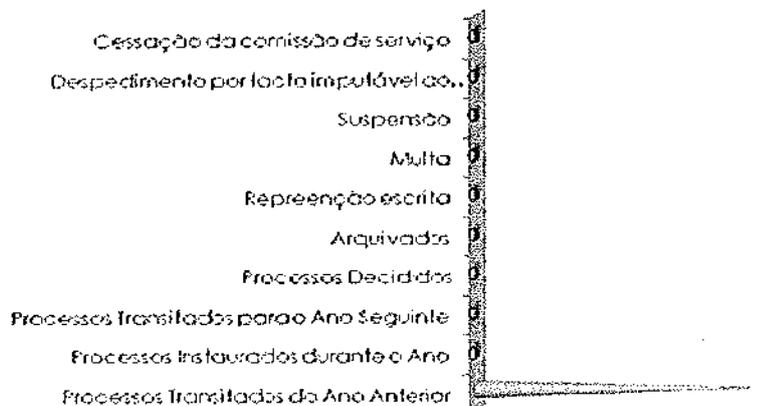
Gráfico 25 - Número de vítimas de acidente/incapacidade

Dos acidentes ocorridos no ano de 2011, foram registados 13 casos de incapacidade temporária e absoluta.

Não foram registados situações de doença profissional.



2.3 - Processos Disciplinares



Handwritten notes and signatures:
 - Top right: Signature
 - Middle right: Large signature
 - Below middle right: "DA" and a signature
 - Bottom right: "H" and a signature

Gráfico 26 - Número de processos disciplinares

Durante o ano de 2011, foi instaurado 1 processo disciplinar.

O processo disciplinar foi instaurado a um trabalhador pertencente à Carrelra de Assistente Operacional.

2.4 - DESPESAS COM O PESSOAL E OUTROS ENCARGOS

2.4.1 - Encargos /pessoal

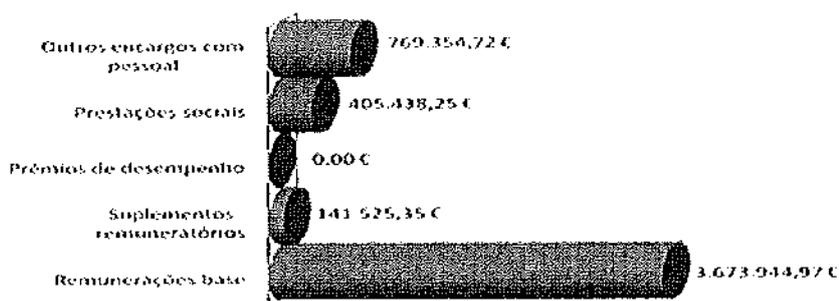


Gráfico 27 - Valor do encargo com pessoal

As despesas com o pessoal durante o ano de 2011, baixaram em relação ao ano anterior embora se tenha verificado um valor superior em outros encargos com o pessoal. Esta diminuição deve-se talvez ao facto de ter havido uma diminuição no total de efetivos em comparação com os dados do ano anterior.



2.4.2 - Encargos / Suplementos Remuneratórios

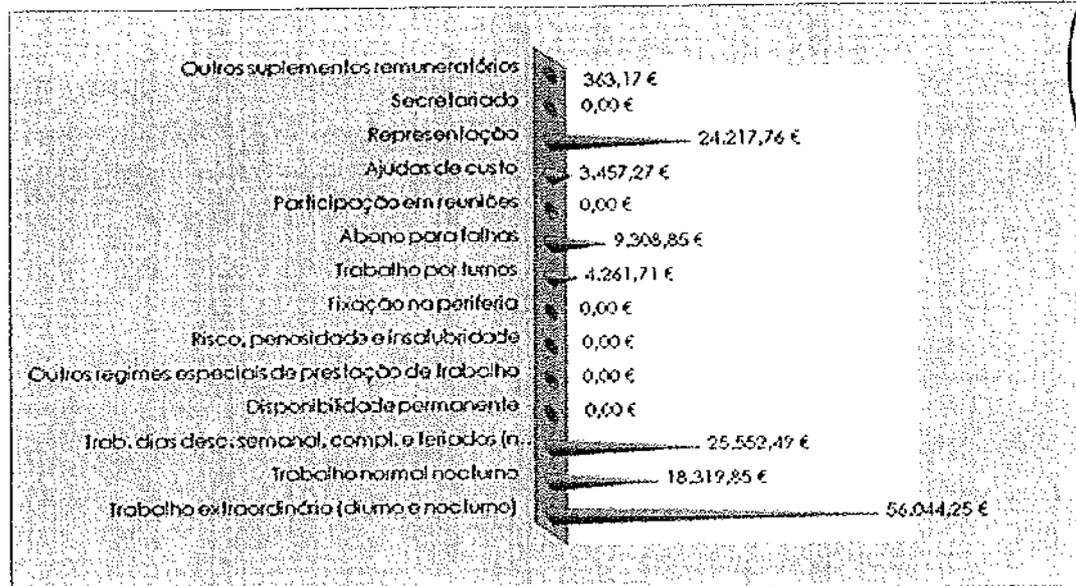


Gráfico 28 – Valor dos Encargos e suplementos remuneratórios

O total de encargos com os suplementos remuneratórios no ano de 2011, em comparação com o ano anterior diminuiu. Ao compararmos os valores dos suplementos, verificamos que houve um decréscimo no valor do trabalho em dias de descanso semanal, trabalho por turnos, nas ajudas de custo, trabalho normal noturno, nas despesas de representação e noutros suplementos remuneratórios. Só se verificou aumento no valor do trabalho extraordinário e do abono para falhas



2.4.3 - Prestações Sociais

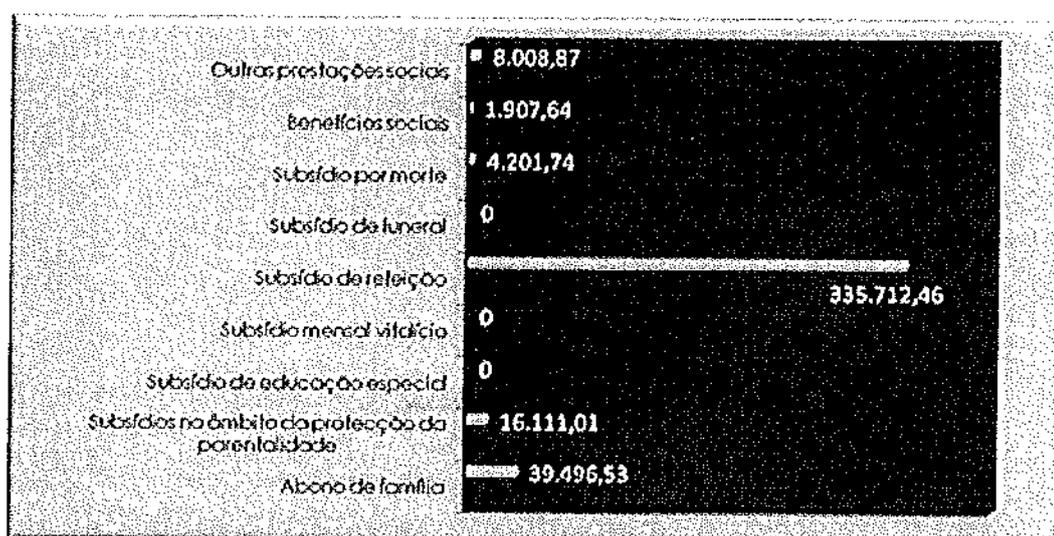


Gráfico 29 – Valor das prestações sociais

O valor das prestações sociais diminuiu em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-se às novas regras para atribuição do abono de família e de prestações sociais. Verificou-se um aumento dos valores nos benefícios sociais na atribuição de subsídios de protecção na parentalidade e registou-se um acréscimo no valor do subsídio por morte.

2.4.4 - Benefícios de Apoio Social

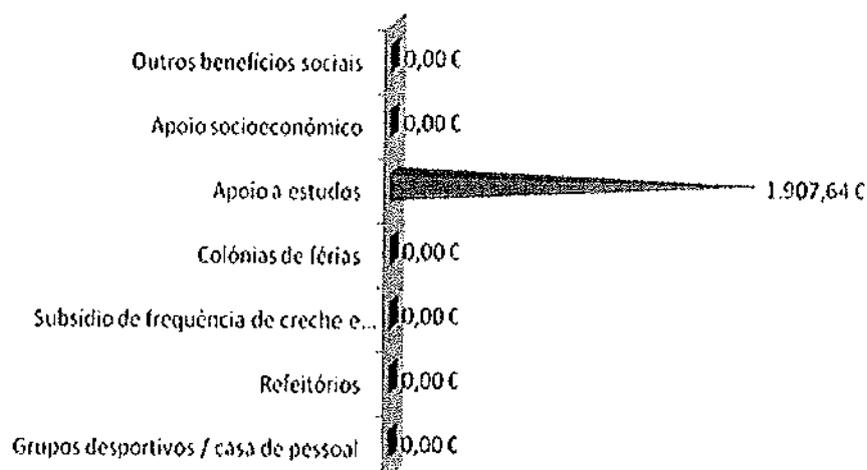


Gráfico 29 – Valor dos benefícios de apoio social

O apoio aos estudos foi o único tipo de prestação no âmbito da acção social complementar,



que o Município efetuou no ano de 2011. O valor aumentou em comparação com o ano anterior (416,30€).

2.5 – FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

2.5.1- Formação Profissional

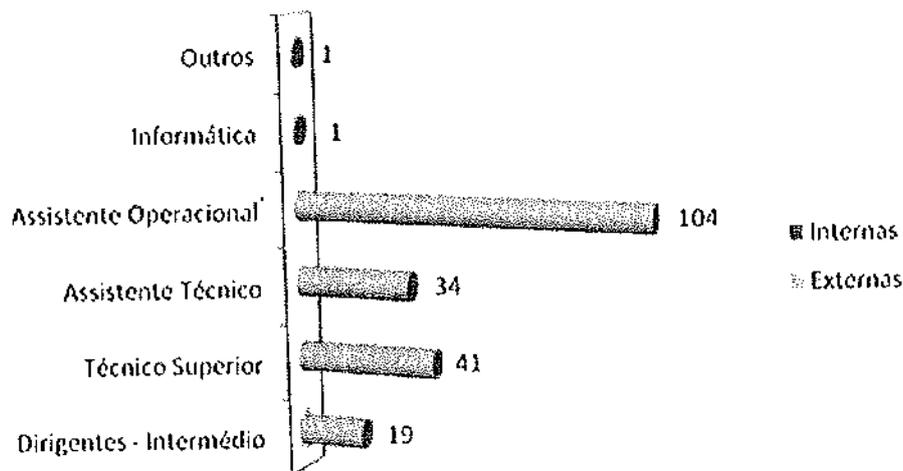
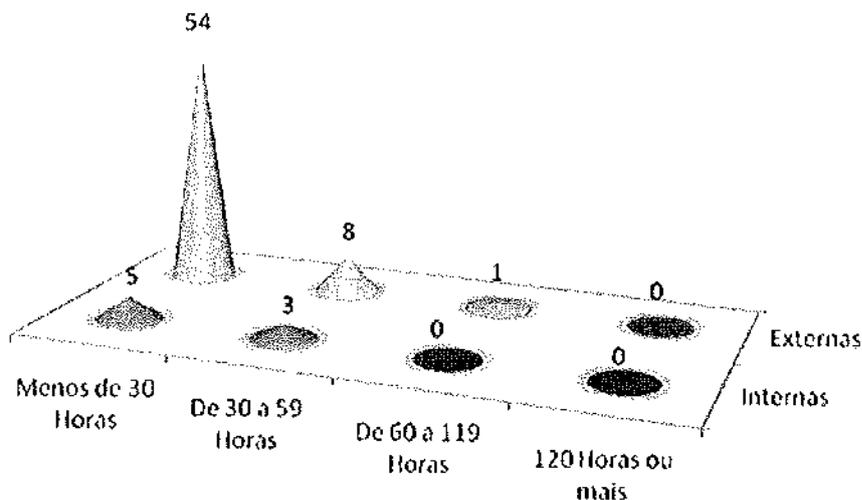


Gráfico 31 – Tipo de formação/categoria

Em 2011, houve 200 participações em ações de formação externas e não houve participações em ações de formação internas.

A Carreira com o maior número de participações foi a de Assistente Operacional, com um total de 104 trabalhadores. A carreira de Assistente Técnico teve 34 participações, e na carreira Técnica Superior 41 trabalhadores participaram em ações de formação. Os Dirigentes participaram num total de 19 (ações de formação, seminários, sessões de esclarecimento).



Handwritten notes and signatures:
 PS
 [Signature]
 PA
 7-7
 [Signature]

Gráfico 32 - Tipo de formação/número de horas

A maioria das participações, foram em formações com menos de 30 horas.

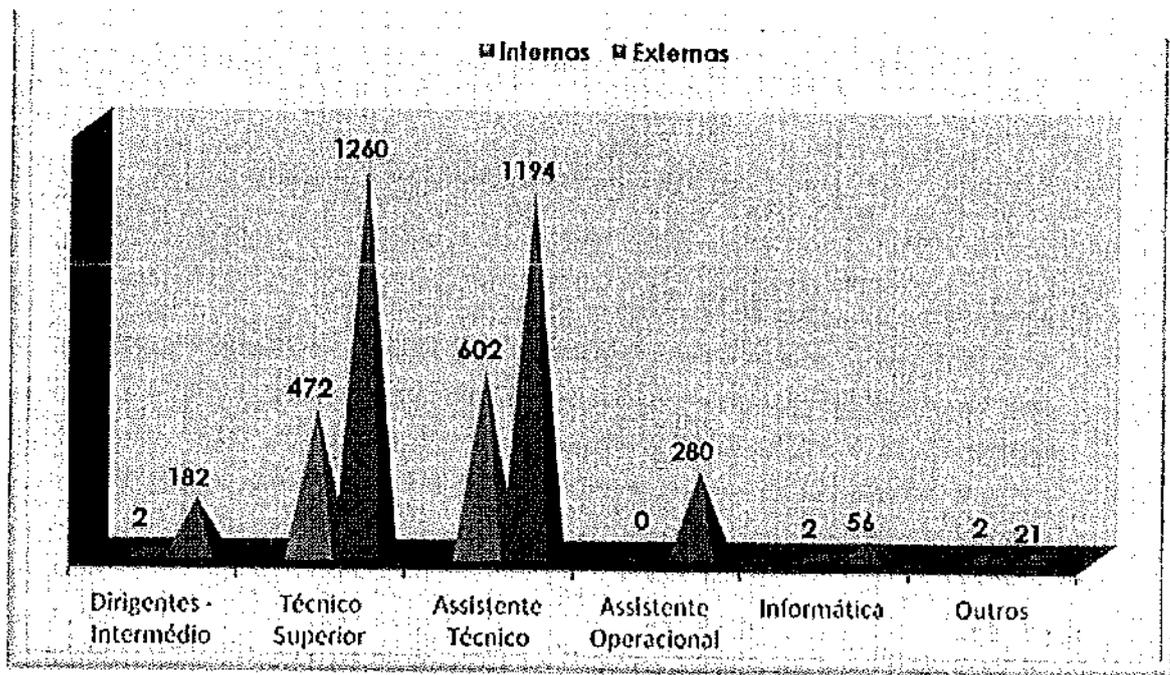


Gráfico 33 - Tipo de formação/número de horas/carreira/categoria

O número total de horas despendidas em formação durante o ano de 2011 foi de 4053 horas, sendo a Carreira de Técnico Superior e de Assistente Técnico onde se verificaram uma maior número de horas de formação, com 3 528 horas.

2.5.2- Formação Profissional/Despesas

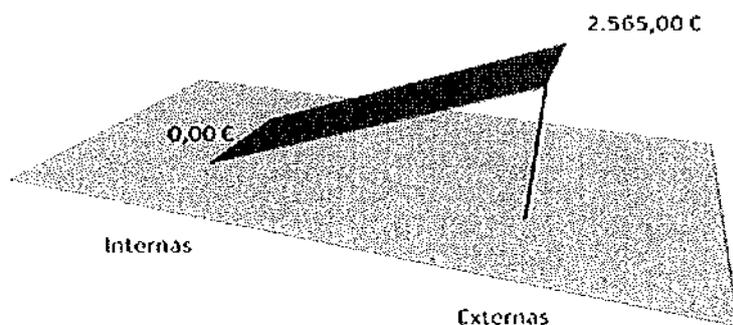


Gráfico 34 – Despesas com a formação

No ano de 2011 o valor total despendido com ações de formação foi inferior ao de 2010. Em 2010 foi gasto em formação 6.836,17 € e em 2011, 2.565,00 €.

2. 6 - Segurança e Higiene no trabalho /Formação e sensibilização

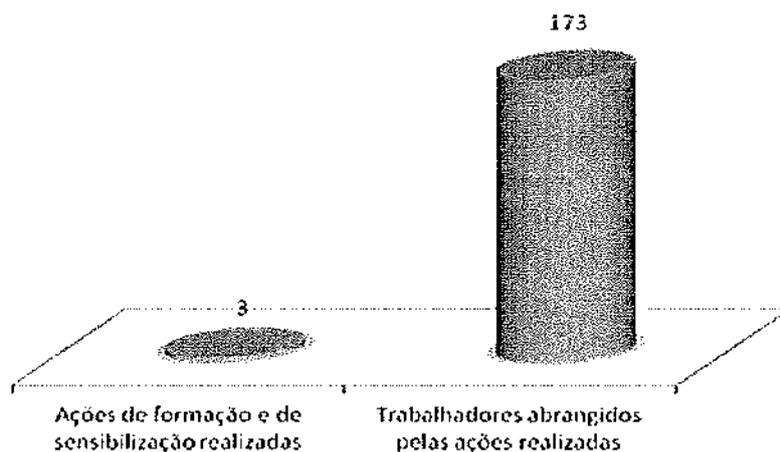


Gráfico 35 – Ações de formação e sensibilização /Segurança e Higiene no trabalho

Com o objetivo de sensibilizar e dinamizar a temática da Segurança e higiene no trabalho, foram realizadas 3 ações de formação em que participaram um total de 173 trabalhadores.

2.6.1 Custos prevenção acidentes/doença profissional

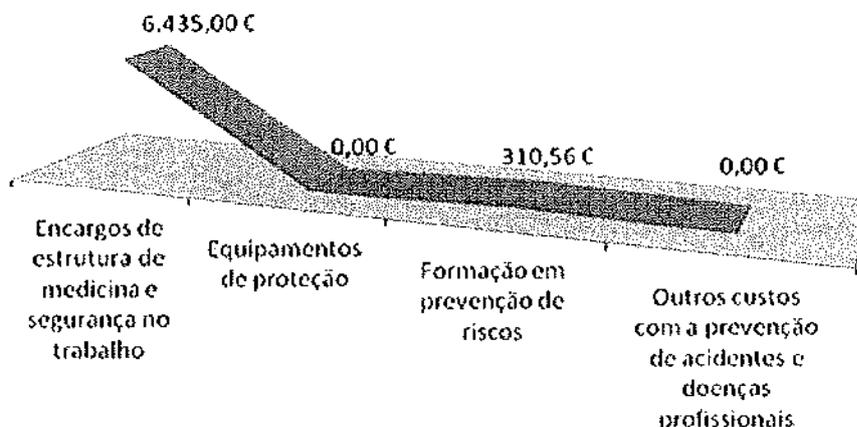


Gráfico 36 – Custos de prevenção de acidentes/doença profissional

Para cumprimento das disposições legais em matéria de segurança e higiene no trabalho, foi celebrado um contrato de prestação de serviços com uma empresa de medicina no trabalho "Workwiew".

2.6.2 Mobilidade interna/ acidente de trabalho e doença profissional

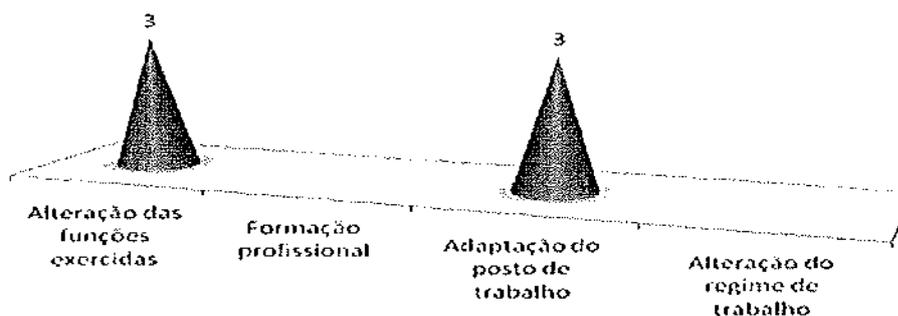


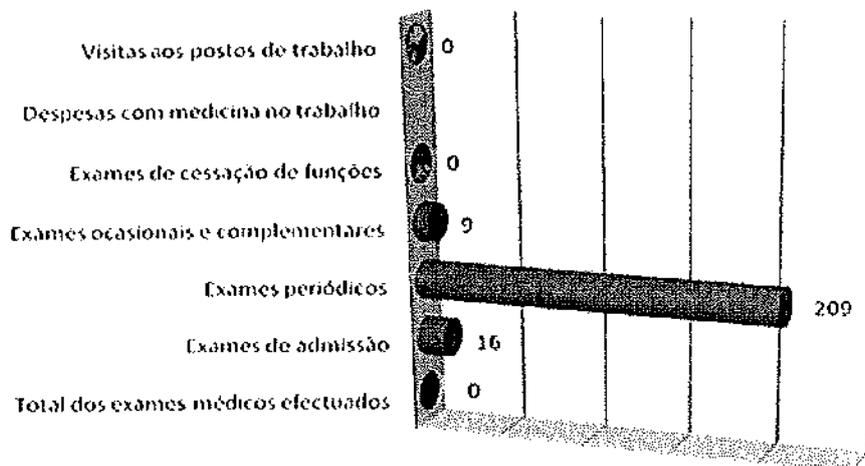
Gráfico 37 – Número de trabalhadores sujeitos a mobilidade interna/acidente em serviço/doença profissional

Durante o ano de 2011, houve necessidade de reintegrar profissionalmente 3 trabalhadores, devido a acidentes em trabalho, em conformidade com o parecer do médico do trabalho e da Junta médica, por terem ficado com uma incapacidade temporária parcial para desempenhar das suas funções.



[Handwritten signature]

2.6.3 Atividades desenvolvidas na medicina do trabalho



[Handwritten signatures and initials]

Gráfico 38 – Número de atividades/medicina do trabalho

No âmbito da medicina do trabalho foram desenvolvidas a seguintes atividades: exames periódicos, exames de admissão e exames ocasionais e complementares. O número de exames periódicos apresenta o valor mais elevado.



2.6.4 Encargos/Atividades desenvolvidas na medicina do trabalho

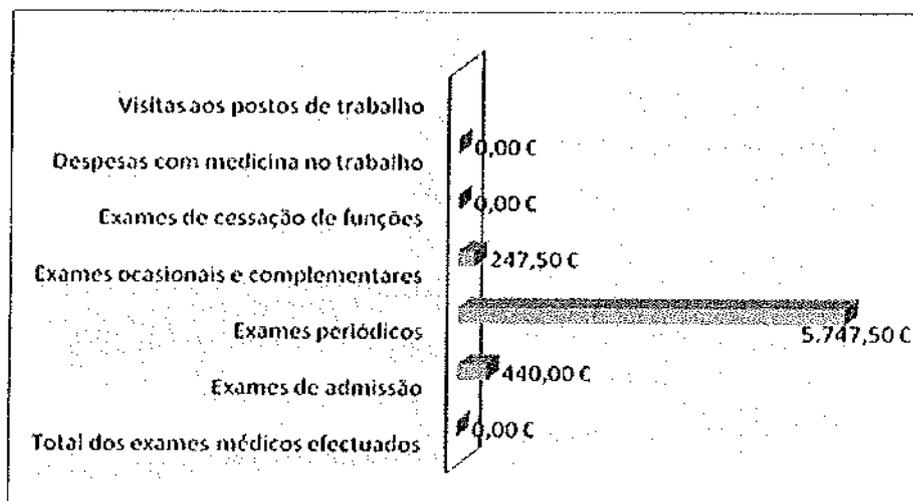


Gráfico 39 – Encargos com atividades de desenvolvidos na medicina do trabalho

Os encargos referentes às atividades desenvolvidas na medicina no trabalho, registaram um valor de 6 435€, distribuídos pelas diversas atividades, com maior incidência nos exames periódicos.

2.7 RELAÇÕES PROFISSIONAIS

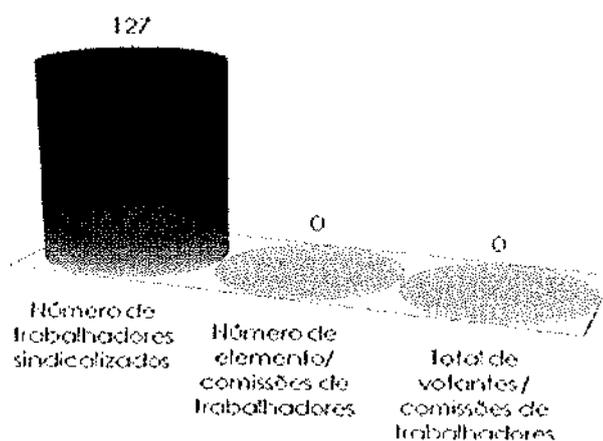


Gráfico 40 – Número de trabalhadores/sindicatos/comissões de trabalhadores

Da totalidade dos trabalhadores do Município, 127 trabalhadores são sindicalizados. Em relação a 2010, houve uma diminuição de 15 trabalhadores sindicalizados.



3 - EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

O próximo quadro ilustra a relação entre a previsão e a execução orçamental da receita nos últimos dois anos, resumindo os principais valores recebidos pelo Município nesse período.

Quadro 1 - Evolução Orçamental da Receita

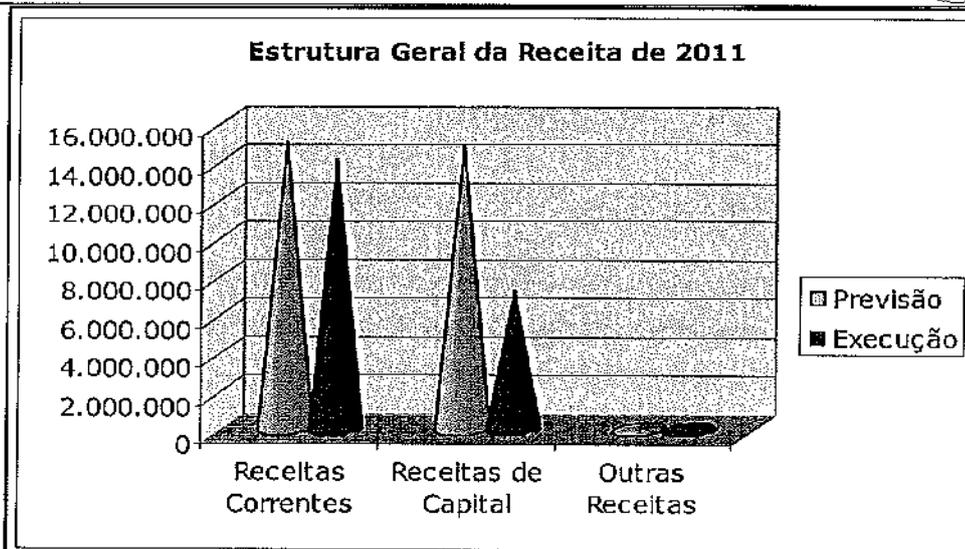
ANO	Natureza	Previsão	Execução	Taxa de Execução %
2011	Correntes	14.945.590	14.035.807	93,91%
	Capital	14.772.318	7.249.638	49,08%
	Outras	10.000	29.430	294,30%
	TOTAL	29.727.908	21.314.875	71,70%
2010	Correntes	15.042.303	14.529.321	96,59%
	Capital	15.475.633	6.394.141	41,32%
	Outras	55.832	60.153	107,74%
	TOTAL	30.573.768	20.983.615	68,63%

Analisando o quadro, regista-se um aumento da receita global de 2010 para 2011 (+331.260€).

As **receitas correntes** têm uma taxa de execução de 93,91% perfazendo 14.035.807€. Em relação a 2010, este tipo de receita sofreu um decréscimo de cerca de 493.514€.

As **receitas de capital** apresentam uma taxa de execução de 49,08%. Relativamente ao ano anterior regista-se um aumento de arrecadação de receita deste tipo no valor de 855.497€.

Tal como em anos anteriores, podemos concluir que as receitas de capital apresentam um maior desfasamento entre a previsão e a própria execução. O gráfico que se insere auxilia na visualização do exposto.



HH

Gráfico 1

Seguidamente apresenta-se um gráfico ilustrativo da evolução da receita corrente e de capital nos últimos 4 anos:

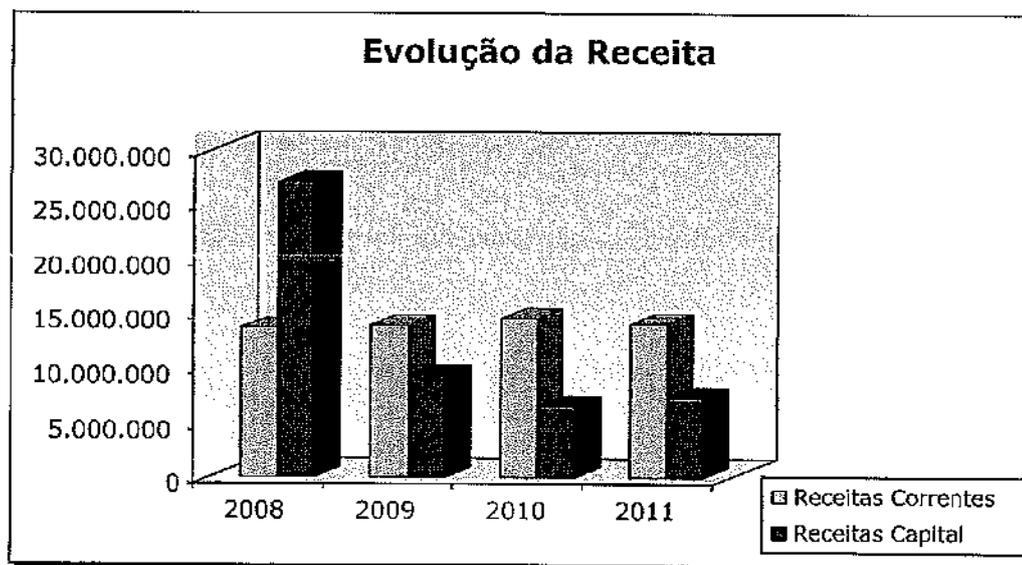


Gráfico 2

Posteriormente iremos analisar as Receltas Municipais nos seguintes subgrupos:

- *Receitas Próprias*
- *Receltas Liquidadas e Não Cobradas*
- *Transferências*
- *Passivos*

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



RECEITAS PRÓPRIAS

Receitas próprias são as que compreendem todos os recursos financeiros que é permitido aos municípios arrecadarem, à exceção dos que respeitem a transferências ou resultem da contração de empréstimos. No quadro seguinte iremos analisar o comportamento das componentes da receita própria nos últimos três anos.

Quadro 2 – Evolução das Receitas Próprias

RECEITAS PRÓPRIAS									
	2009		2010		2011				
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
Correntes									
Impostos Diretos	3.134.371	-10,86%	3.697.075	17,95%	3.493.721	-5,50%	42,73%	24,89%	16,39%
Impostos Indiretos	155.442	-2,33%	155.972	0,34%	153.295	-1,72%	1,87%	1,09%	0,72%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	603.765	17,23%	551.875	-8,59%	594.992	7,81%	7,28%	4,24%	2,79%
Rendimentos de Propriedade	141.928	412,36%	266.829	88,00%	72.892	-72,68%	0,89%	0,52%	0,34%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.370.642	3,20%	3.219.594	-4,48%	3.531.797	9,70%	43,19%	25,16%	16,57%
Outras Receitas Correntes	76.820	2386,08%	73.842	-3,88%	39.802	-46,10%	0,49%	0,28%	0,19%
Total	7.482.966	-0,06%	7.965.188	6,44%	7.886.498	-0,99%	96,44%	56,19%	37,00%
Capital									
Venda de Bens de Investimento	960.932	-48,21%	199.593	-79,23%	281.663	41,12%	3,44%	2,01%	1,32%
Outras Receitas de Capital	38.511	-64,39%	5.321	-86,18%	9.038	69,86%	0,11%	0,06%	0,04%
Total	999.443	-49,10%	204.914	-79,50%	290.701	41,86%	3,56%	2,07%	1,36%
Total das Receitas Próprias	8.482.409	-10,25%	8.170.102	-3,68%	8.177.199	0,09%	100,00%	58,26%	38,36%
Total das Receitas Correntes	13.904.647	1,82%	14.529.321	4,49%	14.035.807	-3,40%	-	100,00%	65,85%
Total das Receitas	23.380.706	-42,71%	20.983.615	-10,26%	21.314.875	1,58%	-	-	100,00%



O valor global das receitas próprias manteve-se idêntico ao ano anterior, tendo um peso de 38,36% no total das receitas.

Pela análise do quadro conclui-se que as componentes com registo de aumento são as seguintes:

- *Taxas, Multas e Outras Penalidades* (+43.117€);
- *Venda de Bens e Prestação de Serviços* (+312.203€);
- *Venda de Bens de Investimento* (+82.070€);
- *Outras receitas de capital* (+3.717€).

A componente *Rendimentos de Propriedade* apresenta um decréscimo de 72,68% (-193.937€), devido principalmente ao facto de se registar uma diminuição na arrecadação da receita de *Participações nos lucros de administrações públicas - Serviços Municipalizados* (em 2010 registou-se um valor de 253.401,90€ e em 2011 o valor de 35.489,49€).

O gráfico seguinte ilustra a importância de cada uma das componentes das receitas próprias.

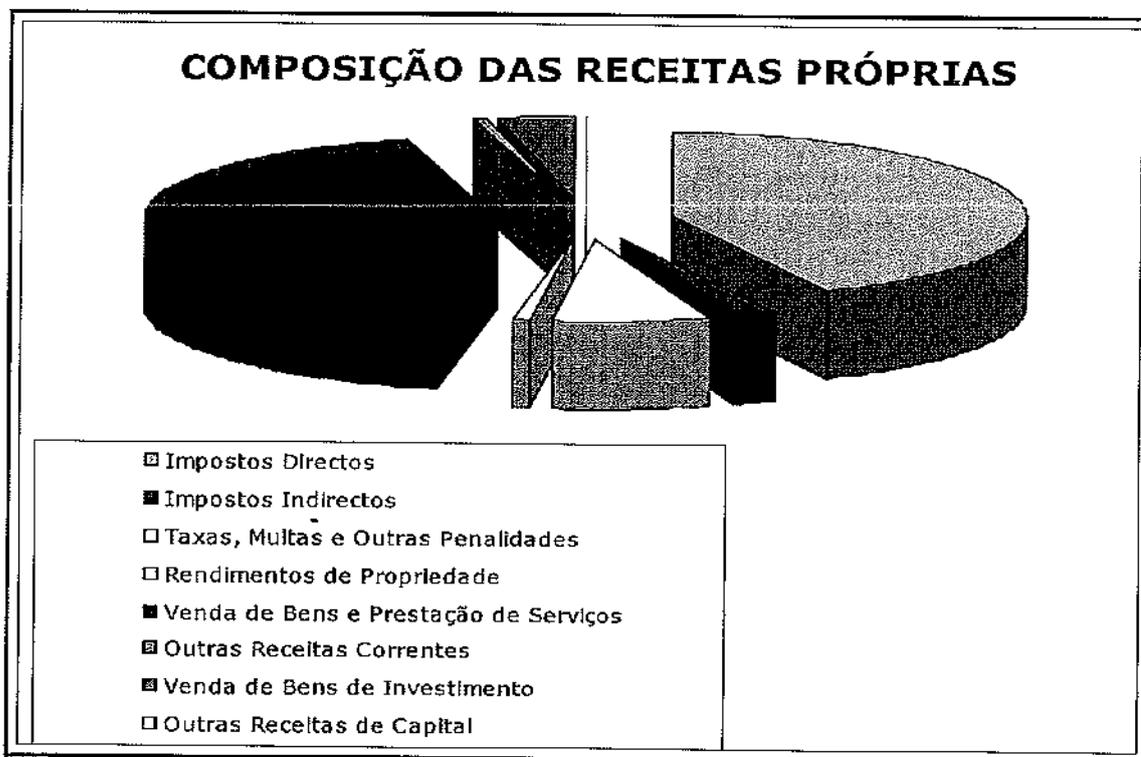


Gráfico 3

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



Em seguida, analisaremos Individualmente algumas componentes das receitas próprias.

Impostos Diretos

No quadro 3 desagregamos as componentes dos *Impostos Diretos* e analisamos a sua evolução nos últimos dois anos.

Quadro 3 - Evolução dos Impostos Diretos

IMPOSTOS DIRETOS						
	2010		2011			
	Execução	Previsão	Execução	Peso	Variação	Taxa de Execução %
Impostos Diretos						
Imposto Municipal s/ Imóveis	2.075.255	1.999.812	2.231.469	63,87%	7,53%	111,58%
Imposto Único de Circulação	376.835	364.470	397.336	11,37%	5,44%	109,02%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	1.054.950	856.411	514.853	14,74%	-51,20%	60,12%
Derrama	190.035	220.533	346.426	9,92%	82,30%	157,09%
Impostos abolidos	0	0	3.638	0,10%	-	-
Total	3.697.075	3.441.226	3.493.721	100%	-5,50%	101,53%

A rubrica de Impostos diretos apresenta uma diminuição de 5,50%.

O aumento registado no *Imposto Municipal sobre Imóveis* (+156.214€), na *Derrama* (+156.391€) e no *Imposto Único de Circulação* (+20.501€) foi compensado pela diminuição registada no *Imposto Municipal sobre Transmissões* (-540.097€).

A rubrica de *impostos diretos* apresenta uma taxa de execução na ordem dos 101,53%.

Os impostos mais representativos deste item, os *Impostos Municipais sobre Imóveis*, têm uma taxa de execução superior a 100%, ou seja, têm uma arrecadação de receita superior ao previsto em orçamento, resultado das regras previsionais adotadas na altura da elaboração do orçamento.

A *Derrama* atingiu um valor de 346.426€, tendo sofrido um incremento de 82,30%.



Impostos Indiretos

O quadro seguinte espelha a composição dos impostos indiretos no ano em análise e compara com os 3 anos anteriores.

Quadro 4 - Evolução dos Impostos Indiretos

IMPOSTOS INDIRETOS								
	2008		2009		2010		2011	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Mercados e Feiras	89.916	25,29%	95.942	6,70%	93.613	-2,43%	97.292	3,93%
Loteamentos e Obras	1.836	-75,13%	4.892	166,51%	250	-94,89%	0	-100,00%
Ocupação da Via Pública	13.291	17,74%	11.700	-11,97%	13.717	17,24%	14.587	6,34%
Publicidade	47.316	0,70%	35.935	-24,05%	37.497	4,35%	30.579	-18,45%
Outros	6.794	-14,65%	6.973	2,63%	10.895	56,25%	10.837	-0,53%
Total	159.153	9,47%	155.442	-2,33%	155.972	0,34%	153.295	-1,72%

Os impostos indiretos não revelam alteração na sua globalidade. As parcelas de *Mercados e Feiras* e *Ocupação da Via Pública* registam um ligeiro aumento (+4.549€). Observa-se que a componente com maior peso é a de *Mercados e Feiras*.

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos impostos indiretos nos últimos 3 anos.

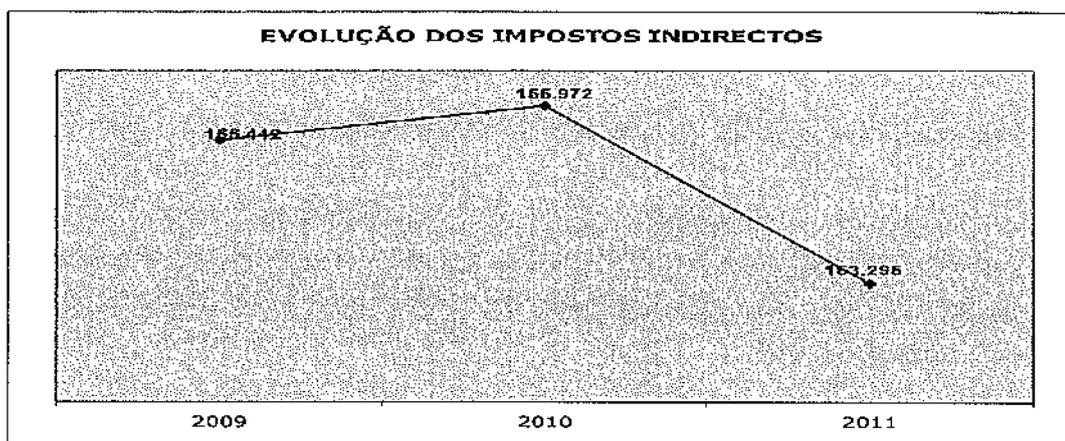


Gráfico 4



Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

A receita de *Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes*, encontra-se distribuída da seguinte forma:

Quadro 5 - Evolução da Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES						
	2010		2011			
	Execução	Previsão	Execução	Peso	Variação	Taxa de Execução %
Venda de Bens	192.466	228.110	198.425	5,62%	3,10%	86,99%
Prestação de Serviços Diversos						
Aluguer de Espaços e Equipamentos	2.432	1.800	3.396	0,10%	39,62%	188,65%
Serviços Sociais, recreativos, culturais e de desporto	101.519	108.132	93.029	2,63%	-8,36%	86,03%
Serviços Específicos das Autarquias	1.475.215	2.101.423	1.773.046	50,20%	20,19%	84,37%
Outros	3.697	7.928	2.246	0,06%	-39,24%	28,34%
Sub-Total	1.582.863	2.219.283	1.871.717	53,00%	18,25%	84,34%
Rendas						
Habitacões	204.979	221.286	200.021	5,66%	-2,42%	90,39%
Edifícios	131.018	126.817	129.633	3,67%	-1,06%	102,22%
Outras	1.108.267	1.239.466	1.132.002	32,05%	2,14%	91,33%
Sub-Total	1.444.265	1.587.569	1.461.656	41,39%	1,20%	92,07%
Total	3.219.594	4.034.962	3.531.797	100,00%	9,70%	87,53%



Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large signature and the initials 'DA' and 'HP'.

O próximo gráfico ilustra o peso que cada componente tem no total da *Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes*.

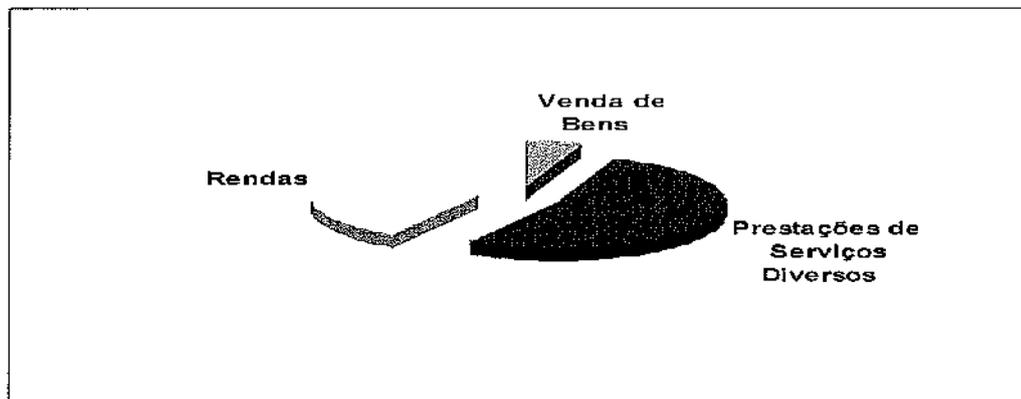


Gráfico 5

A Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes apresenta uma taxa de execução de 84,58% e uma variação positiva de 9,70% (+294.813€). Esta variação é influenciada pelo aumento da arrecadação de receita na rubrica dos *Serviços Específicos da Autarquia*.

As receitas que influenciaram este acréscimo são as registadas nos elementos *Saneamento* (+197.900,12€), *Resíduos Sólidos* (+90.220,49€) e *Cemitérios* (+12.556,19€).

O gráfico seguinte auxilia na visualização das várias rubricas que compõem a Prestação de Serviços e os valores arrecadados em 2011.



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

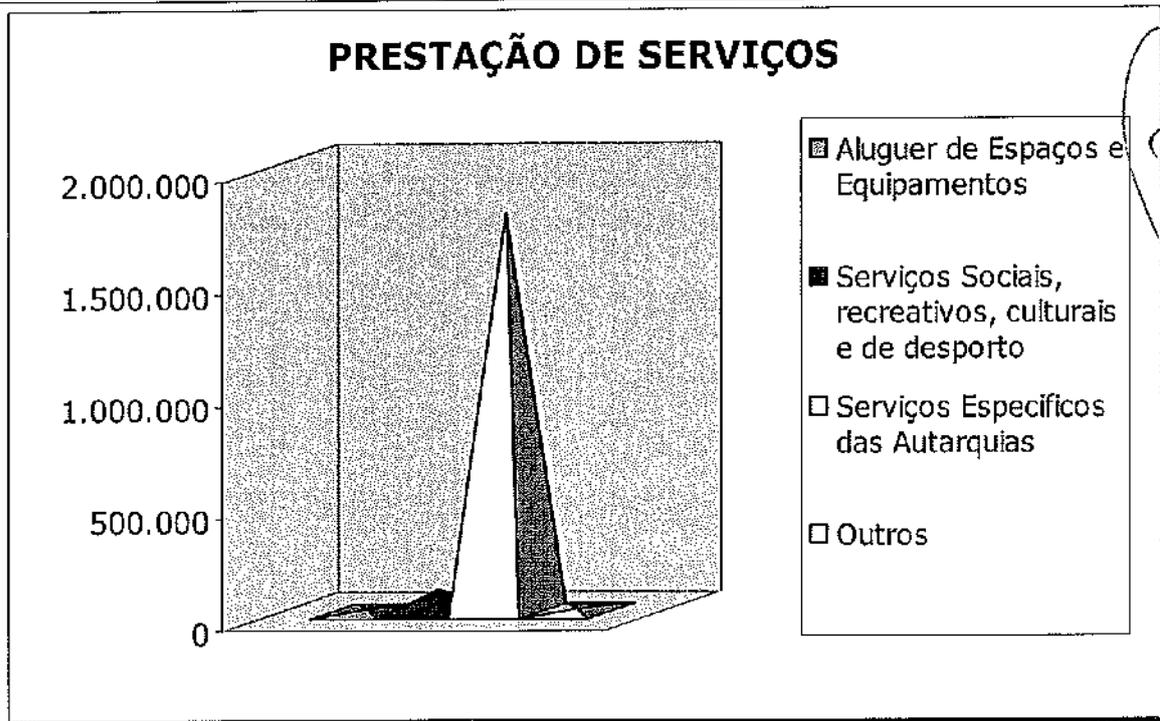


Gráfico 6

TRANSFERÊNCIAS

As receitas provenientes de transferências subdividem-se em dois tipos: correntes e de capital. "Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida. Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital."

O quadro seguinte reflete a natureza e montante das transferências efetuadas no último triénio.



Quadro 6 - Evolução das Transferências

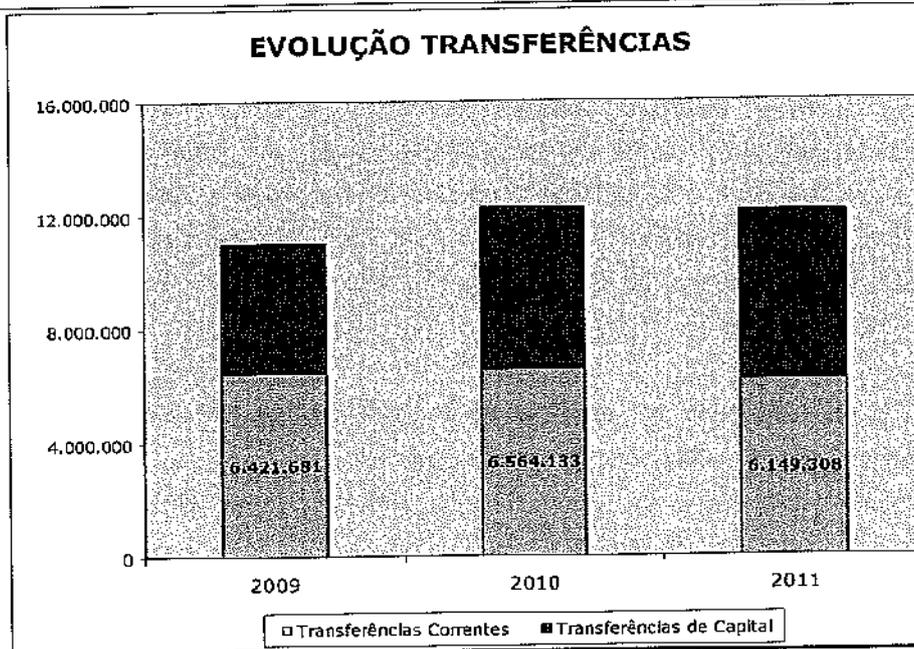
TRANSFERÊNCIAS						
	2009	2010	Variação 09/10	2011	Peso	Variação 10/11
Transferências Correntes	6.421.681	6.564.133	2%	6.149.308	50,74%	-6,32%
Transferências do Estado	6.334.016	6.510.065	3%	6.042.383	49,86%	-7,18%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.425.634	4.471.159	1%	4.243.426	35,02%	-5,09%
Fundo Social Municipal	402.235	393.698	-2%	373.646	3,08%	-5,09%
Participação no IRS	927.537	949.461	2%	908.777	7,50%	-4,28%
Outras	578.610	695.747	20%	516.534	4,26%	-25,76%
Estado - Particip. Comunit. projetos cofinanciados	40.366	35.271	-13%	82.981	0,68%	135,27%
Serviços e Fundos Autónomos	47.299	18.797	-60%	23.944	0,20%	27,38%
Transferências de Capital	4.556.102	5.661.917	24%	5.969.330	49,26%	5,43%
Transferências do Estado	3.035.681	3.243.793	7%	2.659.037	21,94%	-18,03%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.383.034	2.407.546	1%	2.284.922	18,85%	-5,09%
Cooperação Técnica e Financeira	561.619	824.580	47%	339.115	2,80%	-58,87%
Outras	91.028	11.667	-87%	35.000	0,29%	200,00%
Estado - Particip. Comunit. projetos cofinanciados	1.520.421	2.418.124	59%	3.310.293	27,32%	36,90%
TOTAL	10.977.782	12.226.050	11%	12.118.638	100,00%	-0,88%

Observa-se uma ligeira diminuição das *Transferências* no global (-107.412€). A diminuição do valor das *Transferências do Estado Correntes* (-467.682€) e de *Capital* (-584.755€) foi esbatido pelo aumento registado na rubrica *Estado - Participações Comunitárias em Projetos cofinanciados*.

Contudo e uma vez que as ultimas, estão afetadas a despesas específicas, pode-se aferir que os cortes, principalmente dos valores do Orçamento de Estado, afetam diretamente o endividamento autárquico.



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Gráfico 7

Transferências Correntes

Seguidamente apresentamos um gráfico ilustrativo da evolução das transferências desde 2009.

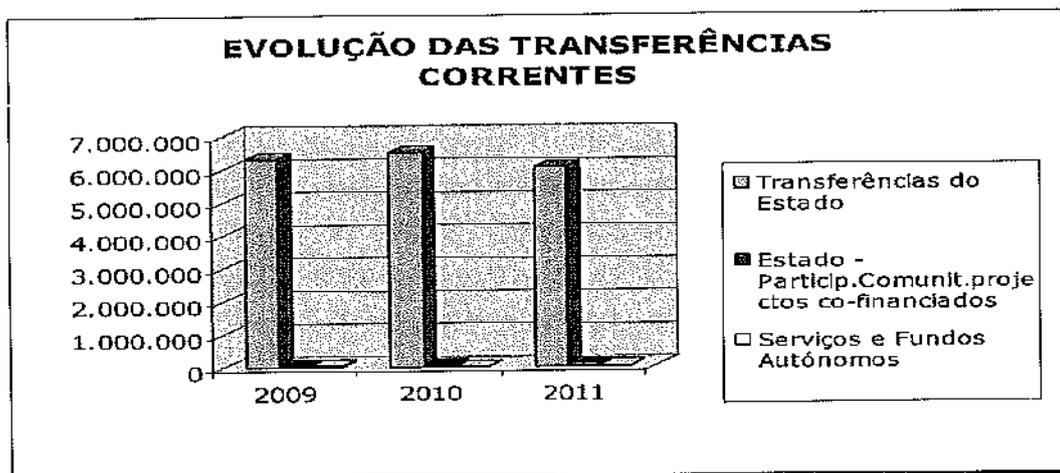


Gráfico 8

As Transferências do Estado – Correntes são compostas por *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, *Fundo Social Municipal* e *Participação fixa no IRS* e *Outras*.

O *Fundo de Equilíbrio Financeiro* é o que apresenta maior peso nas Transferências Correntes, tendo tido uma variação negativa de 7,18%. Os cortes que as Autarquias têm sofrido a nível geral influenciam esta descida.



Transferências de Capital

As transferências de capital apresentam um aumento de 5,43% e são compostas por *Transferências do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Cooperação Técnica e Financeira e Outras)* e *Estado - Participação Comunitária em projetos cofinanciados*. Tal como foi referido as *Transferências do Estado* sofrem um corte de 584.755€ compensado pela subida de recebimentos no elemento *Participação Comunitária em projetos cofinanciados* no valor de 892.168€.

Os valores recebidos de projetos relativos à *Participação Comunitária em projetos cofinanciados* com maior peso foram os seguintes:

- Rede de Património de Portalegre - Edificado Móvel e Imaterial - 474.144,49€
- Rede de Corredores Ecológicos - 184.302,96€
- Melhoria das Acessibilidades entre o centro da cidade e as freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra - 2.ª fase - 167.537,90€
- Melhoria das Acessibilidades entre o centro da cidade e as freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra - 1.ª fase - 217.152,17€
- Rede de Equipamentos Desportivos - 1.ª fase - 209.641,16€
- Circular à Cidade de Portalegre - Construção Via da Encosta Poente - 1.262.482,30€
- Rede de Equipamentos Desportivos - 2.ª fase - 296.312,16€
- Melhoria das acessibilidades entre o centro da cidade e as freguesias rurais - 201.616,13€

PASSIVOS FINANCEIROS

Para o ano de 2011, no âmbito das decisões financeiras ao nível de gestão de tesouraria, foi aprovada a contratação de um empréstimo bancário de curto prazo, para apoio de tesouraria, no montante global de 918.443,00€. A aprovação para a contratação deste empréstimo foi deliberada na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 17 de dezembro de 2010 e Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em 30 de dezembro do mesmo ano.

O valor do referido empréstimo foi parcialmente utilizado no ano de 2011 (800.000€) sendo que 31/12/2011, se encontrava totalmente liquidado.

Foi assinado em junho de 2010 com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana um contrato de concessão de crédito até ao limite de 460.901,76€ destinado a financiar "a parte não comparticipada do custo das obras de reabilitação de 9 dos 13 prédios devolutos adquiridos pelo Mutuário e financiados pelo IHRU". Este empréstimo foi visado pelo Tribunal de Contas a 22 de julho de 2010. A utilização deste empréstimo executa-se por fases, à

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



medida que a obra vai avançando. No ano de 2011 foram libertadas quatro tranches no valor total de 189.607,54€.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Seguidamente efetua-se uma análise da execução orçamental da despesa durante 2011.

O quadro seguinte ilustra a despesa prevista e a despesa paga, efetuando o comparativo com o ano anterior.

Quadro 7 - Evolução da Estrutura Geral da Despesa

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA						
	2010		2011		Variação 2010/2011	
	Paga	Previsão	Despesa Paga	%	Valor	Taxa
	(a)	(b)	(c)		(c)-(a)	Crescimento
						$[(c)-(a)]/(a)$
Despesas Correntes	12.963.820	14.945.590	12.349.361	57,52%	-614.459	-5%
Despesas de Capital	7.841.334	14.782.318	9.120.618	42,48%	1.279.284	16%
TOTAL	20.805.155	29.727.908	21.469.979	100,00%	664.825	3%

A despesa global de 2011 cifrou-se em 21.469.979€. Relativamente a 2010 pagaram-se mais 664.825€, fruto do aumento de pagamento de despesa de capital.

A taxa de execução da despesa foi de 72,22%. Em relação às despesas de capital obtivemos um grau de execução de 61,70%. A taxa de execução das despesas correntes foi de 82,63%.

Podemos observar o esforço no rigor da elaboração do orçamento pelo aumento das taxas de execução dos últimos anos.

Seguidamente apresentamos um gráfico comparativo da evolução dos pagamentos efetuados em 2010 e 2011.

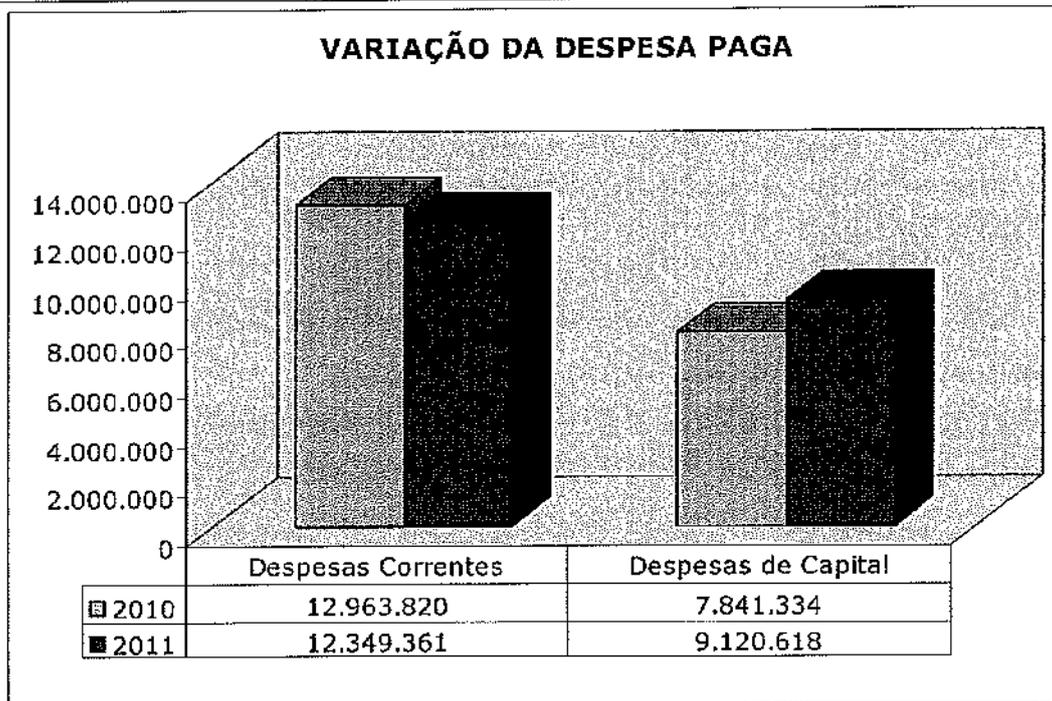


Gráfico 9

A *Despesa de Capital* apresenta um aumento de 1.279.284€. Analisando os mapas do *Controlo Orçamental da Despesa* de 2010 e 2011, observa-se que a classificação de *Construções Diversas - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares* apresenta um aumento de despesa paga de cerca de 1.551.901,50€, a qual influencia o aumento registado na *Despesa de Capital*. Os projetos inscritos nas *Grandes Opções do Plano* pertencentes a esta rubrica que apresentam um maior peso nos pagamentos são: *Circular à Cidade de Portalegre - Construção da Via da Encosta Poente, Conceção / Execução de Infraestruturas do Parque Industrial de Portalegre e Requalificação Viária dado Bairro Ferreira Rainho, Ruas 15 de maio, Poeta José Régio*.

Em seguida iremos analisar detalhadamente os seguintes subgrupos da despesa:

- ▶ Despesas de Funcionamento
- ▶ Transferências Correntes
- ▶ Investimento Global
- ▶ Serviço de Dívida - esta matéria será avaliado em capítulo próprio no âmbito da Análise do Endividamento.



DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento são o conjunto das despesas com o pessoal, das despesas de bens e serviços e de outras despesas correntes. As despesas de funcionamento consubstanciam os gastos necessários ao normal funcionamento da "máquina administrativa".

O quadro seguinte apresenta a distribuição das despesas de funcionamento.

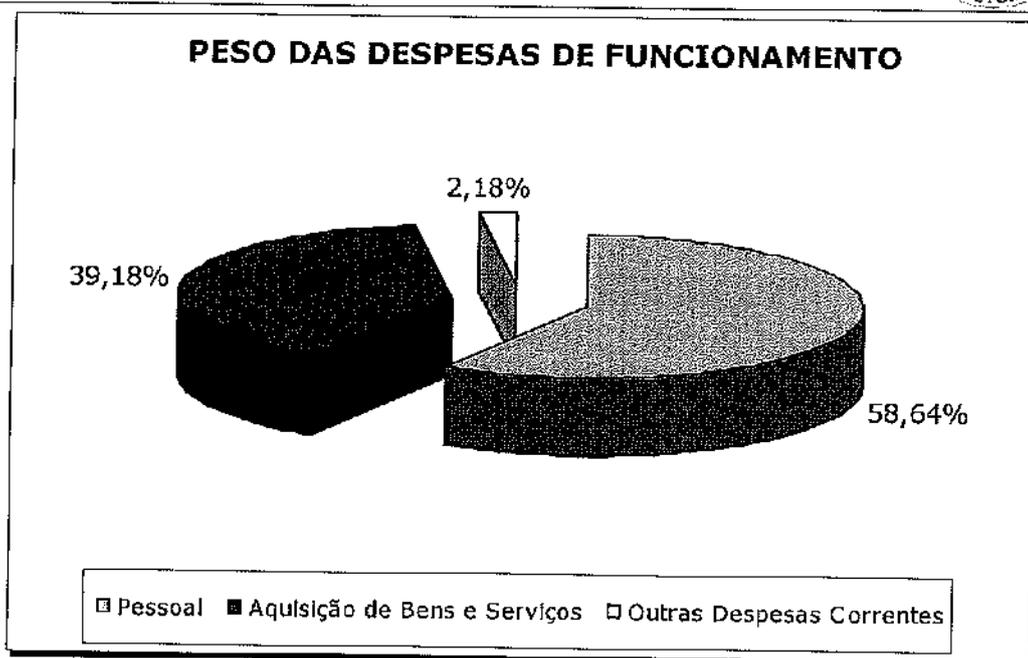
Quadro 8 - Estrutura Geral das Despesas de Funcionamento

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO						
	2010		2011		Crescimento 2010-2011	
	Valor Executado	Previsão	Valor	%	Valor	%
Pessoal	6.823.033	6.993.354	6.444.132	92,15%	-378.901	-5,55%
Aquisição de Bens e Serviços	4.550.880	5.836.704	4.305.265	73,76%	-245.615	-5,40%
Outras Despesas Correntes	266.685	277.497	239.179	86,19%	-27.506	-10,31%
Total Despesas Funcionamento	11.640.598	13.107.555	10.988.576	83,83%	-652.022	-5,60%
Total Despesas Correntes	12.953.820	14.945.590	12.349.361	82,63%	-614.459	-4,74%
Total Geral Despesas	20.805.155	29.727.908	21.469.979	72,22%	664.825	3,20%

As *Despesas de Funcionamento* apresentam um decréscimo na ordem dos 5,6% (-652.022€). No ano de 2011 estas despesas atingiram o valor de 10.988.576€. Em 2010, o Município já tinha reduzido este tipo de despesa cerca de 3,79% (-459.112€). Podemos observar o decréscimo de 5,55% nas *Despesas com Pessoal*, de 5,40% na *Aquisição de Bens e Serviços*, e de 10,31% em *Outras Despesas Correntes*.



Handwritten initials or signature in the top right corner.



Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and some initials.

Gráfico 10

Da análise do gráfico anterior conclui-se que é a rubrica de *Despesas com Pessoal* é a que tem maior peso (58,64%) no total das despesas de funcionamento.

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



DESPESAS COM PESSOAL

As Despesas com Pessoal ocupam um grande peso das Despesas Correntes da Autarquia, representando 52,18% das mesmas.

Quadro 9 – Evolução das Despesas com Pessoal

DESPESAS COM PESSOAL						
	2009	2010	2011		Variação	
	Despesa Paga	Despesa Paga	Despesa Paga	Peso	Valor	Taxa Crescimento
Remunerações Certas e Permanentes						
Titulares de órgãos de soberania e membros órgãos autárquicos	200.877	104.072	115.420	1,79%	11.348	10,90%
Pessoal dos Quadros - Regime contrato indiv. trabalho	3.222.806	3.362.038	3.337.646	51,79%	-24.393	-0,73%
Pessoal dos Quadros - Pessoal contratado a termo	528.609	474.486	323.904	5,03%	-150.582	-31,74%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	4.466	0	0,00%	-4.466	-
Pessoal aguardando aposentação	2.987	2.770	5.575	0,09%	2.805	101,26%
Pessoal em qualquer outra situação	240.870	192.623	177.492	2,75%	-15.131	-7,86%
Representação	65.632	51.791	46.703	0,72%	-5.088	-9,82%
Subsídio de Refeição	440.849	415.339	368.885	5,72%	-46.453	-11,18%
Subsídio de férias e de Natal	730.783	726.872	711.127	11,04%	-15.746	-2,17%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	122.320	94.576	98.463	1,53%	3.887	4,11%
Subtotal	5.555.733	5.429.034	5.185.216	80,46%	-243.818	-4,49%
Abonos Variáveis ou eventuais						
Horas Extraordinárias	155.795	107.490	82.475	1,28%	-25.015	-23,27%
Ajudas de custo	20.829	16.408	7.738	0,12%	-8.671	-52,84%
Abono para falhas	3.179	3.018	9.309	0,14%	6.291	208,43%
Colaboração técnica e especializada	1.339	168	604	0,01%	436	260,07%
Subsídio de trabalho noturno	0	16.171	18.193	0,28%	2.021	12,50%
Subsídio de turno	7.813	7.490	5.610	0,09%	-1.881	-25,11%
Outros suplementos e prémios	50.541	26.177	19.891	0,31%	-6.285	-24,01%
Subtotal	239.497	176.923	143.819	2,23%	-33.104	-18,71%
Segurança Social						
Encargos com a saúde	81.887	244.328	183.569	2,85%	-60.759	-24,87%
Subsídio familiar a criança e jovens	83.529	71.613	49.413	0,77%	-22.200	-31,00%
Outras prestações familiares	0	0	4.202	0,07%	4.202	-
Contribuições para a Segurança Social	854.732	846.252	831.892	12,91%	-14.360	-1,70%
Seguros	47.229	54.884	46.022	0,71%	-8.862	-16,15%
Subtotal	1.067.378	1.217.077	1.115.098	17,30%	-101.979	-8,38%
TOTAL	6.862.607	6.823.035	6.444.132	100,00%	-378.901	-5,55%



[Handwritten signatures and initials in the right margin]

O decréscimo que se observa nas Despesas com Pessoal de cerca de 5,55%, deveu-se essencialmente à diminuição das seguintes rubricas: Pessoal contratado a termo (-150.582€); Encargos com Saúde (-60.759€); Subsídio de Refeição (-46.453€); Horas Extraordinárias (-25.015€); Subsídio Familiar a Crianças e Jovens (-22.200€).

As *Remunerações Certas e Permanentes* representam 80,46% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 5.185.216€ neste exercício económico.

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais* representam 2,23% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 143.819€. O decréscimo desta rubrica é justificado pela diminuição verificada nas rubricas de *Horas Extraordinárias* (-23,27%), *Ajudas de Custo* (-52,84%), *Subsídio de Turno* (-25,11%) e *Outros Suplementos e Prémios* (-24,01%).

A *Segurança Social* absorve 17,30% do total das despesas com pessoal, atingindo o montante de 1.115.098€. Apresenta em relação ao ano anterior, uma diminuição de 8,38%.

Reproduz-se de seguida um gráfico que ilustra a variação das rubricas despesas com pessoal no ano de 2009, 2010 e 2011.

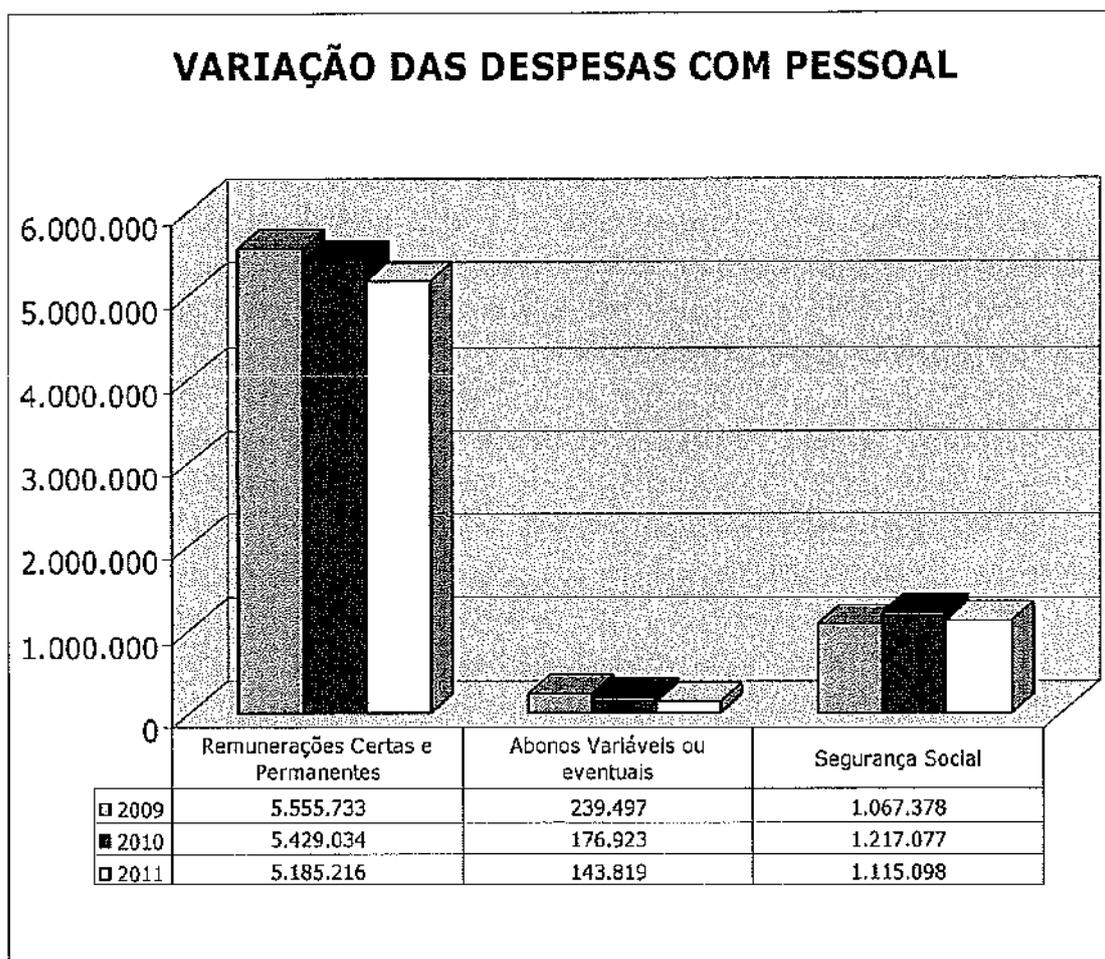


Gráfico 11



As despesas globais com o pessoal têm vindo a diminuir sendo que, de 2010 para 2011, se observa um decréscimo de 378.901€ (-5,55%). A não renovação de contratos de trabalho a termo certo influenciaram esta diminuição. O Município de Portalegre propôs, na execução do Plano de Saneamento Financeiro, que o aumento na rubrica de Pessoal só poderia ser no máximo de 3%, objetivo este superado. As medidas de redução impostas pela Lei do Orçamento de Estado para 2011 também influenciaram a descida refletida.

Limites legais com pessoal

Os limites de encargos com o pessoal dos Municípios, estão regulamentados no Decreto-Lei n.º 115/84 de 06 de abril com a nova redação dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de setembro, dispondo no seu art.º 10 que:

- ▶ "As despesas efetuadas com o pessoal do quadro (...), não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício."
- ▶ "As despesas com o pessoal pagas pela rubrica "Pessoal em qualquer outra situação" não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos no número anterior."

Para o exercício de 2011 não foram estabelecidos quaisquer limites anuais para as despesas com o pessoal das Autarquias Locais. Nesta conformidade, manteve-se para este ano financeiro o regime atrás identificado o qual foi cumprido, conforme se demonstra no quadro. Da análise dos dados abaixo reproduzidos conclui-se que se encontram utilizados 54,11% do limite para despesas com *Pessoal do Quadro* e 10,81% do limite de despesas com *Pessoal em Qualquer Outra Situação*.

Inserem-se quadros ilustrativos da posição do Município perante os limites legais estabelecidos, sendo de anotar que, para efeitos de cálculo destes limites, apenas são consideradas as despesas pagas pelo sub agrupamento 0101 - *Remunerações Certas e Permanentes*, ignorando-se as despesas pagas pelos sub agrupamentos 0102 - *Abonos Variáveis ou Eventuais* e 0103 - *Segurança Social*, todas do agrupamento 01 - Despesas com o pessoal conforme Instruções emitidas pelo SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL).



Quadro 10 – Cálculo de limites com pessoal

Limites de encargos com pessoal em 2010			
	Valor	% utilizada das receitas correntes	% do limite legal de 2011
PESSOAL DO QUADRO			
Recelta Corrente 2010	14.529.321		
60% da receita corrente arrecadada em 2010	8.717.593		
Despesa em 2011	4.717.504	32,47%	54,11%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			
Recelta Corrente 2010	14.529.321		
(25% X 60%) da receita corrente arrecadada em 2010	2.179.398		
Despesa em 2011	235.688	1,62%	10,81%

Estrutura Orgânica

Seguidamente apresenta-se a execução e o peso da rubrica despesas com pessoal por capítulo orgânico, durante o exercício de 2011.



Quadro 11 – Estrutura Orgânica do Pessoal

DESPESAS COM PESSOAL			
	Despesa		
	Previsão	Paga	%
Assembleia Municipal	17.702	14.792	84%
Câmara Municipal	1.318.119	1.162.351	88%
Bombeiros, Proteção Civil e Defesa da Floresta	147.936	137.054	93%
Administração Geral e Finanças	754.532	740.553	98%
Urbanismo e Obras Municipais	1.892.445	1.782.666	94%
Departamento de Cultura, Desporto, Assuntos Sociais e Turismo	139.341	128.610	92%
Cultura	529.347	499.541	94%
Desporto e Juventude	341.053	316.638	93%
Turismo	96.153	75.892	79%
Assuntos Sociais	198.769	183.915	93%
Educação	467.240	405.184	87%
Saneamento e Resíduos Sólidos	781.096	706.665	90%
Zonas verdes	177.071	171.472	97%
Mercados e Feiras	57.668	47.979	83%
Cemitérios	74.882	70.818	95%
TOTAL	6.893.354	6.411.132	92%

Seguidamente apresentamos um gráfico representativo das despesas de pessoal por estrutura orgânica, o qual compara o peso que cada estrutura tem no quadro da Câmara Municipal.

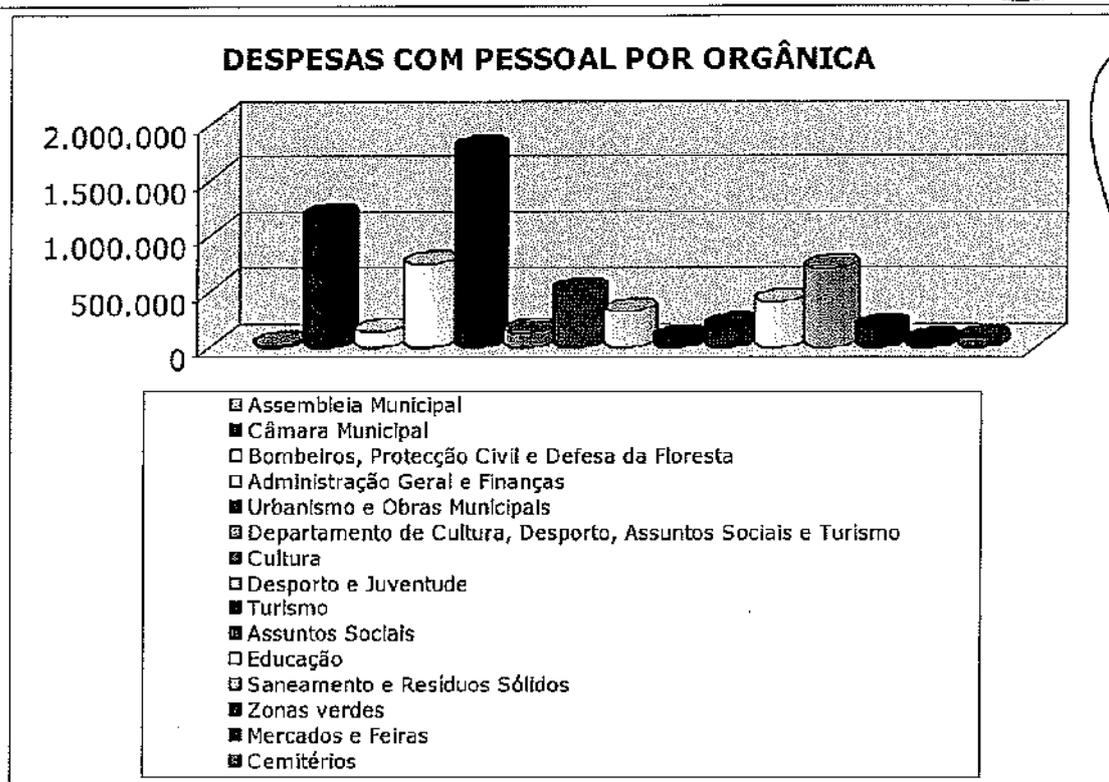


Gráfico 12

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Neste agrupamento incluem-se as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital e ainda com a aquisição de serviços.



Quadro 12 - Aquisição de Bens e Serviços

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS						
2011						
	Previsão	Taxa de Execução		% Despesa Funcionamento	% Despesa Corrente	% Despesa Total
		Valor	%			
Aquisição de Bens	1.264.996	741.165	59%	6,74%	6,00%	3,45%
Aquisição de Serviços	4.571.708	3.564.100	78%	32,43%	28,86%	16,60%
TOTAL AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	5.836.704	4.305.265	74%	39,18%	34,86%	20,05%
TOTAL DESPESAS FUNCIONAMENTO	13.107.555	10.988.576	84%	100,00%	88,98%	51,18%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	14.945.590	12.349.361	83%	-	100,00%	57,52%
TOTAL GERAL DESPESAS	29.727.908	21.469.979	72%	-	-	100,00%

No ano em análise, a despesa paga na rubrica *Aquisição de Bens e Serviços* somou 4.305.265€. O valor apurado representa 20,05% da *Despesa Total* paga do Município.

Em 2010 o valor pago de Bens e Serviços foi de 4.550.880€, superior ao do ano de 2011 em 245.615€.

A rubrica de *Aquisição de Bens* em 2011 apresenta uma diminuição de 86.206,60€ (-10,42%) relativamente ao ano anterior, apesar de algumas sub-rubricas aí incluídas terem aumentado de valor, principalmente pela subida de preço, como é o caso dos combustíveis (+62.683,08€).

A rubrica de *Aquisição de Serviços* apresenta um decréscimo de 159.408€ (-4,28%), apesar da sub-rubrica dos *Encargos com as Instalações* apresentar um aumento de 113.078€ (14,58%). As sub-rubricas com maior influência nesta descida foram os *Transportes* (-166.543,25€) e os *Outros Serviços* (-126.275,55€).

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Seguidamente apresenta-se um quadro e um gráfico ilustrativos da distribuição das *Transferências Correntes e Subsídios* pagos em 2011.



Quadro 13 - Evolução de transferências correntes e subsídios

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS						
	2010		2011		Crescimento 2010-2011	
	Valor Executado	Previsto	Executado		Valor	%
			Valor	%		
Transferências Correntes						
Administração Central - Estado	6.871	6.530	6.528	99,97%	-343	-4,99%
Administração Local						
Freguesias	93.750	81.375	67.500	82,95%	-26.250	-28,00%
Associações de Municípios	62.208	92.587	24.340	26,29%	-37.867	-60,87%
Outros	-	40.000	40.000	100,00%	40.000	100,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	509.521	616.020	425.096	69,01%	-84.425	-16,57%
Subtotal	672.350	836.512	563.465	67,36%	-108.885	-16,19%
Subsídios	114.880	125.660	106.117	93,55%	-8.763	-7,63%
Subtotal	114.880	125.660	106.117	84,45%	-8.763	-7,63%
TOTAL	787.230	962.172	669.582	69,59%	-117.648	-14,94%

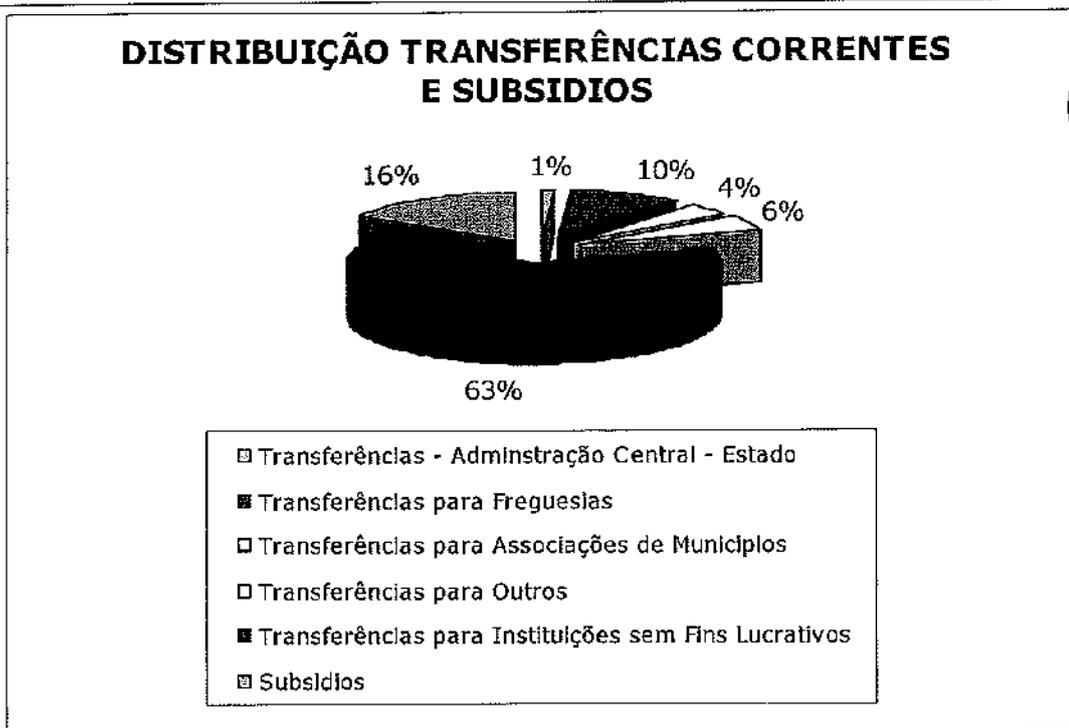


Gráfico 13

Observa-se um decréscimo da rubrica *Transferências Correntes e Subsídios* de 14,94%. Na rubrica das *Transferências Correntes* estão registados todos os fluxos sem contrapartida financeira que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal assim como as transferências para as freguesias, a qual regista um decréscimo de 16,19%.

A rubrica de *Subsídios* espelha as verbas entregues no âmbito do cartão do Idoso e do cartão social, para ajuda à compra de medicamentos, água e transportes, a qual regista uma descida de 7,63%.

INVESTIMENTO GLOBAL

De seguida, iremos proceder a uma avaliação geral do comportamento do *Investimento Global* e depois a um análise detalhada de cada uma das suas componentes.

O Quadro 14 reflete a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos quatro anos, assim como permite efetuar uma análise sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.



Quadro 14 - Evolução do Investimento Global

INVESTIMENTO GLOBAL									
	2008	2009	2010	2011					
	Valor Executado	Valor Executado	Valor Executado	Valor Predito	Valor Executado	% Execução	% Despesa Capital	% Despesa Total	% Crescimento 2010/2011
Aquisição de bens de capital	24.172.967	6.554.473	5.126.348	11.127.149	6.283.580	56,47%	68,89%	29,27%	22,57%
Transferências de capital	558.814	938.627	1.014.591	1.381.960	766.869	55,49%	8,41%	3,57%	-24,42%
Ativos Financeiros	0	1.112.322	527.310	1	0	0,00%	0,00%	0,00%	-
Total	24.731.781	8.605.422	6.668.249	12.509.110	7.050.448	56,36%	77,30%	32,84%	5,73%

Despesas de Capital 9.120.618

As despesas com *Investimento Global* totalizam 7.050.448€ e correspondem a 32,84% do total da despesa realizada na autarquia.

O *Investimento Global* apresenta uma variação positiva de 5,73% face a 2010. O gráfico seguinte ilustra a evolução do *Investimento Global* desde 2008.

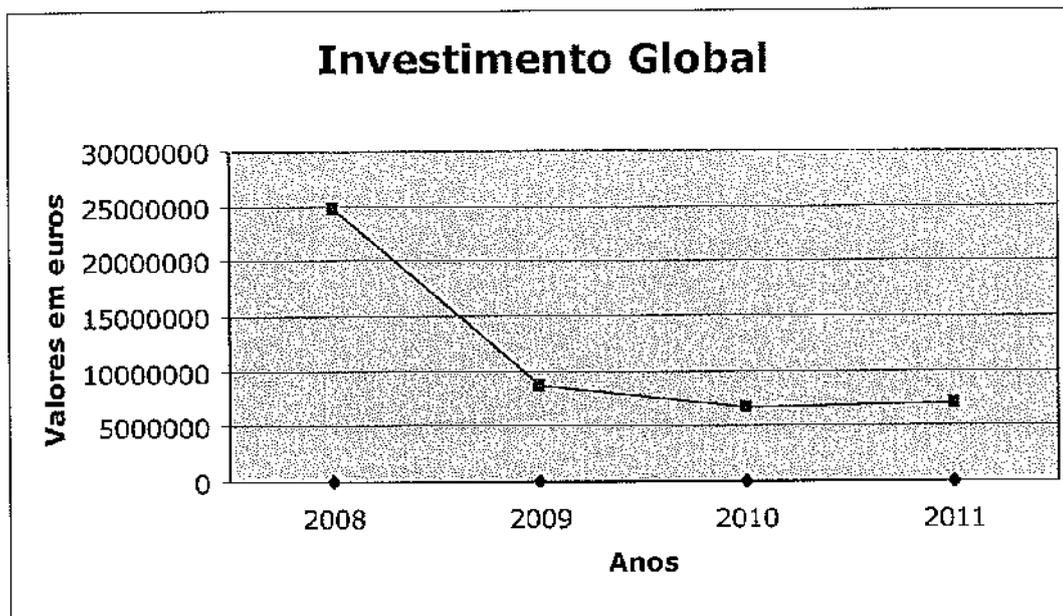


Gráfico 14



INVESTIMENTO DIRETO

O *Investimento Direto* engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

O quadro e gráfico seguintes refletem a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção em 2011.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature, a smaller signature, and the initials 'AP' at the bottom.



Quadro 15 - Evolução do Investimento Direto

INVESTIMENTO DIRETO						
	2010		2011		Crescimento 2010/2011	
	Valor Executado	Previsto	Executado Valor	%	Valor	%
Terrenos	342.658	390.188	338.915	86,86%	-3.743	-1,09%
Habitacões	205.709	811.631	392.582	48,37%	186.874	90,84%
Edifícios	1.984.301	2.513.773	1.208.286	48,07%	-776.016	-39,11%
Construções Diversas	2.128.004	6.325.729	3.925.861	62,06%	1.797.857	84,49%
Material de Transporte	44.038	90.151	34.237	37,98%	-9.800	-22,25%
Equipamento de Informática	21.482	28.432	16.490	58,00%	-4.993	-23,24%
Software Informático	67.890	158.613	63.309	39,91%	-4.582	-6,75%
Equipamento Administrativo	3.089	7.501	3.740	49,86%	651	21,07%
Equipamento Básico	24.297	50.583	22.494	44,47%	-1.803	-7,42%
Ferramentas e Utensílios	12.094	10.634	2.950	27,74%	-9.144	-75,61%
Outros Investimentos	122.725	427.829	46.153	10,79%	-76.572	-62,39%
Locação Financeira	140.890	105.100	91.493	87,05%	-49.397	-35,06%
Bens de Domínio Público	29.171	206.985	137.070	66,22%	107.898	369,85%
TOTAL	5.126.348	11.127.149	6.283.579	56,47%	1.157.231	22,57%

Em 2011 o *Investimento Direto* executado somou 6.283.579€, refletindo um aumento de 22,57% relativamente ao ano anterior. A componente cujo aumento mais contribuiu para o aumento do *Investimento Direto* foi a de *Construções Diversas* (+1.797.857€).

A taxa de execução orçamental da despesa realizada com o investimento direto foi de 56,47%.

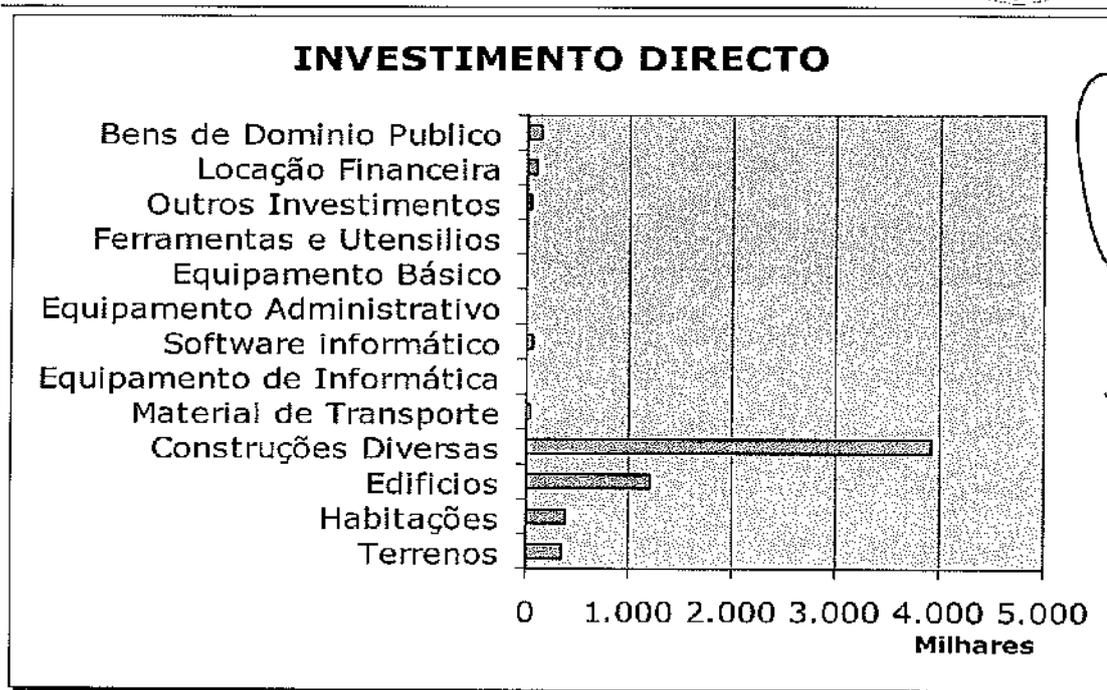


Gráfico 15

Iremos analisar, separadamente, cada uma das suas rubricas de natureza económica.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

A rubrica de *Transferências de Capital* contempla os fluxos monetários não reembolsáveis que se destinam a financiar despesas das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e empresas municipais e Intermunicipais.



Quadro 16 – Evolução das Transferências de Capital

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL						
	2010		2011		Crescimento 2010-2011	
	Valor € (mil. U.T.)	Plano € (mil. U.T.)	Valor € (mil. U.T.)	%	Valor	%
Sociedades e quase sociedades não financeiras						
Publicas	177.689	177.690	177.689	100,00%	0	0,00%
Administração Local						
Municípios	37.170	37.171	37.170	100,00%	0	0,00%
Freguesias	198.864	300.175	225.114	74,99%	26.250	13,20%
Instituições sem fins lucrativos	600.868	866.924	326.896	37,71%	-273.972	-45,60%
TOTAL	1.014.591	1.381.960	766.869	55,49%	247.722	-24,42%

Observa-se um decréscimo de 24,42% nas *Transferências de Capital*, tendo atingido um valor de 766.869€ em 2011.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

“Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica. As Grandes Opções do Plano (GOP's) apresentadas para um horizonte móvel de 4 anos, deverão constituir o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.”



QUADRO 17 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVO/PROGRAMA

OBJETIVO/PROGRAMA		DOT. DEF.	EXECUÇÃO		DESVIO	
N.º	Designação		VALOR	%	VALOR	%
111	Administração Geral	1.601.024,00	952.142,01	59,47%	-648.881,99	-40,53%
121	Proteção Civil - Luta contra Incêndios	214.451,00	140.639,74	65,58%	-73.811,26	-34,42%
	Total - Funções Gerais	1.815.475,00	1.092.781,75	60,19%	-722.693,25	-39,81%
211	Ensino Não Superior	1.355.236,00	733.925,25	54,15%	-621.310,75	-45,85%
221	Serviços Individuais de Saúde	95.303,00	435,77	0,46%	-94.867,23	-99,54%
232	Ação Social	1.101.417,00	534.441,06	48,52%	-566.975,94	-51,48%
241	Habituação	50.050,00	0,00	0,00%	-50.050,00	-100,00%
242	Ordenamento do Território	1.159.138,00	312.577,62	26,97%	-846.560,38	-73,03%
243	Saneamento	951.300,00	554.397,35	58,28%	-396.902,65	-41,72%
245	Resíduos Sólidos	509.651,00	310.414,78	60,91%	-199.236,22	-39,09%
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	320.423,00	76.882,47	23,99%	-243.540,53	-76,01%
251	Cultura	1.348.569,00	995.619,13	73,83%	-352.949,87	-26,17%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.043.444,00	801.406,92	76,80%	-242.037,08	-23,20%
	Total - Funções Sociais	7.934.531,00	4.320.100,35	54,45%	-3.614.430,65	-45,55%
311	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	342.204,00	279.578,88	81,70%	-62.625,12	-18,30%
321	Parques Industriais	793.209,00	733.628,37	92,49%	-59.580,63	-7,51%
322	Iluminação Pública	725.397,00	604.073,55	83,27%	-121.323,45	-16,73%
331	Transportes Rodoviários	3.841.055,00	2.080.114,38	54,15%	-1.760.940,62	-45,85%
341	Mercados e Feiras	177.690,00	177.689,44	100,00%	-0,56	0,00%
342	Turismo	65.965,00	60.714,18	92,04%	-5.250,82	-7,96%
351	Modernização Administrativa	115,00	0,00	0,00%	-115,00	-100,00%
352	Defesa do Consumidor	8.800,00	5.067,35	57,58%	-3.732,65	-42,42%
	Total - Funções Económicas	5.954.435,00	3.940.866,15	66,18%	-2.013.568,85	-33,82%
411	Empréstimos	2.125.609,00	1.923.412,09	90,49%	-202.196,91	-9,51%
412	Aquisições em Sistemas de Leasing	85.000,00	74.956,26	88,18%	-10.043,74	-11,82%
421	Administração Autárquica	381.550,00	292.613,55	76,69%	-88.936,45	-23,31%
	Total - Outras Funções	2.592.159,00	2.290.981,90	88,38%	-301.177,10	-11,62%
TOTAL		18.296.600,00	11.644.730,15	63,64%	-6.651.869,85	-36,36%

Conforme se observa no gráfico Inserido foi nas *Funções Sociais* que o Município incidiu 37% do investimento.

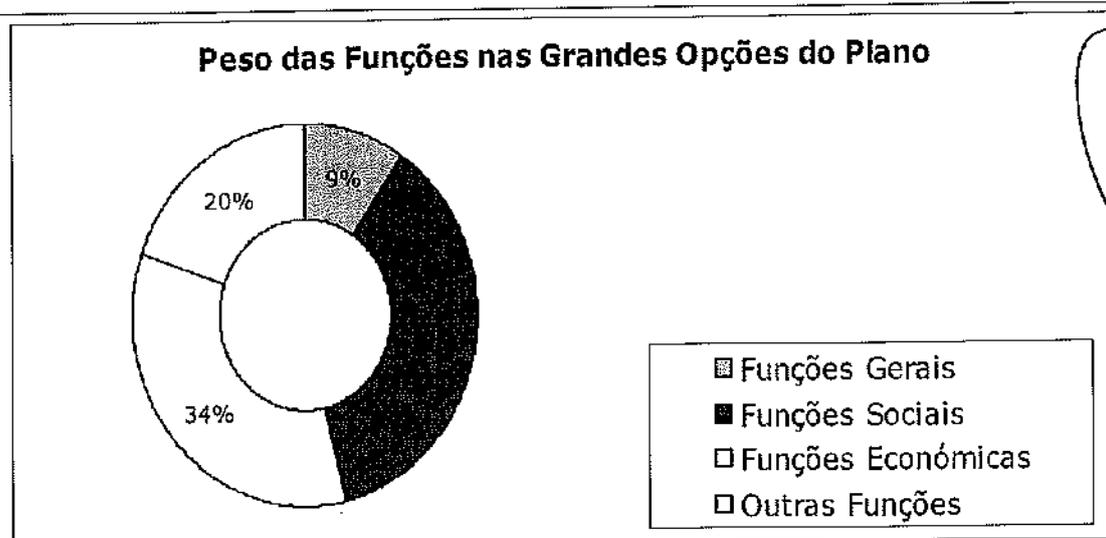


Gráfico 16

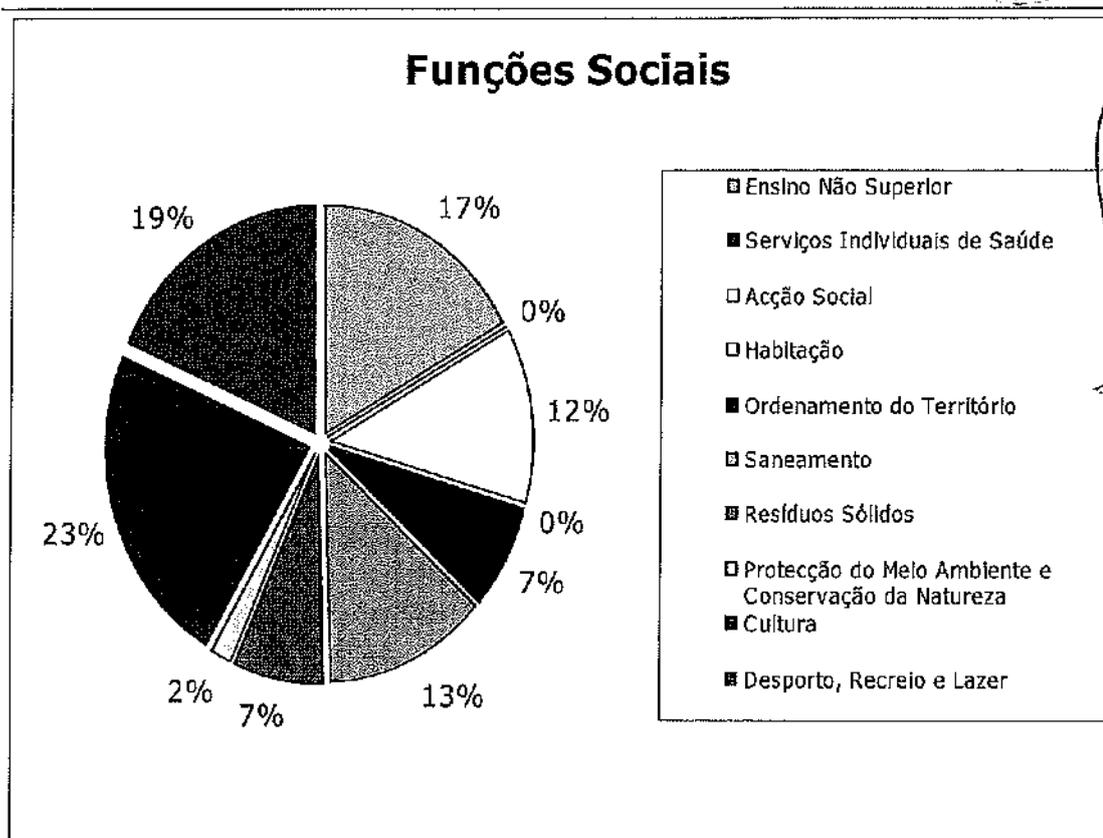
Funções Sociais

Quadro 18 - Peso das Funções Sociais

Funções Sociais		
Ensino Não Superior	733.925,25	16,99%
Serviços Individuais de Saúde	435,77	0,01%
Ação Social	534.441,06	12,37%
Habituação	0,00	0,00%
Ordenamento do Território	312.577,62	7,24%
Saneamento	554.397,35	12,83%
Resíduos Sólidos	310.414,78	7,19%
Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	76.882,47	1,78%
Cultura	995.619,13	23,05%
Desporto, Recreio e Lazer	801.406,92	18,55%
Total - Funções Sociais	4.320.100,35	100,00%

O investimento em *Funções Sociais* mostra uma repartição de custos com maior peso nas áreas da *Cultura* (23,05%) e no *Desporto, Recreio e Lazer* (18,55%).

No gráfico observa-se a repartição dos custos na função social.



Handwritten notes and signatures:
- A large signature at the top right.
- The date "14/12/2011" written vertically.
- The initials "HR" at the bottom right.

Gráfico 17



Funções Económicas

Quadro 19 - Peso das Funções Económicas

Funções Económicas		
Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	279.578,88	7,09%
Parques Industriais	733.628,37	18,62%
Iluminação Pública	604.073,55	15,33%
Transportes Rodoviários	2.080.114,38	52,78%
Mercados e Feiras	177.689,44	4,51%
Turismo	60.714,18	1,54%
Modernização Administrativa	0,00	0,00%
Defesa do Consumidor	5.067,35	0,13%
Total - Funções Económicas	3.940.866,15	100,00%

Conforme se observa, foi a componente *Transportes Rodoviários* que teve um maior peso na *Função Económica*, seguido dos *Parques Industriais*.



Quadro 20 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR OBJETIVO/PROGRAMA

OBJETIVO/PROGRAMA		DOT. DEF.	EXECUÇÃO		DESVIO	
N.º	Designação		VALOR	%	VALOR	%
111	Administração Geral	790.612,00	626.718,53	79,27%	-163.893,47	-20,73%
121	Proteção CIVIL - Luta contra Incêndios	75.451,00	1.639,74	2,17%	-73.811,26	-97,83%
	Total - Funções Gerais	866.063,00	628.358,27	72,55%	-237.704,73	-27,45%
211	Ensino Não Superior	754.085,00	277.278,08	36,77%	-476.806,92	-63,23%
221	Serviços Individuais de Saúde	95.303,00	435,77	0,46%	-94.867,23	-99,54%
232	Ação Social	780.283,00	388.292,37	49,76%	-391.990,63	-50,24%
241	Habituação	50.050,00	0,00	0,00%	-50.050,00	-100,00%
242	Ordenamento do Território	1.158.737,00	312.577,62	26,98%	-846.159,38	-73,02%
243	Saneamento	236.300,00	110.485,19	46,76%	-125.814,81	-53,24%
245	Resíduos Sólidos	109.651,00	37.827,69	34,50%	-71.823,31	-65,50%
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	320.423,00	76.882,47	23,99%	-243.540,53	-76,01%
251	Cultura	1.006.602,00	745.518,54	74,06%	-261.083,46	-25,94%
252	Desporto, Recreio e Lazer	717.549,00	560.228,50	78,08%	-157.320,50	-21,92%
	Total - Funções Sociais	5.228.983,00	2.509.526,23	47,99%	-2.719.456,77	-52,01%
311	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	342.204,00	279.578,88	81,70%	-62.625,12	-18,30%
321	Parques Industriais	793.209,00	733.628,37	92,49%	-59.580,63	-7,51%
322	Iluminação Pública	183.985,00	75.458,32	41,01%	-108.526,68	-58,99%
331	Transportes Rodoviários	3.803.885,00	2.042.944,38	53,71%	-1.760.940,62	-46,29%
	Total - Funções Económicas	5.123.283,00	3.131.609,95	61,13%	-1.991.673,05	-38,87%
412	Aquisição em Sistema de Leasing	85.000,00	74.956,26	88,18%	-10.043,74	-11,82%
	Total - Operações da Dívida Autárquica	85.000,00	74.956,26	88,18%	-10.043,74	-11,82%
TOTAL		11.303.329,00	6.344.450,71	56,13%	-4.958.878,29	-43,87%



Quadro 21 - ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR OBJETIVO/PROGRAMA

OBJETIVO/PROGRAMA	DOT. DEF.	EXECUÇÃO		DESVIO		
		VALOR	%	VALOR	%	
N.º	Designação					
111	Administração Geral	810.412,00	325.423,48	40,16%	-484.988,52	-59,84%
121	Proteção Civil, Luta Contra Incêndios	139.000,00	139.000,00	100,00%	0,00	0,00%
	Total - Funções Gerais	949.412,00	464.423,48	48,92%	-484.988,52	-51,08%
211	Ensino Não Superior	601.151,00	456.647,17	75,96%	-144.503,83	-24,04%
232	Ação Social	321.134,00	146.148,69	45,51%	-174.985,31	-54,49%
242	Ordenamento do Território	401,00	0,00	0,00%	-401,00	-100,00%
243	Saneamento	715.000,00	443.912,16	62,09%	-271.087,84	-37,91%
245	Resíduos Sólidos	400.000,00	272.587,09	68,15%	-127.412,91	-31,85%
251	Cultura	341.967,00	250.100,59	73,14%	-91.866,41	-26,86%
252	Desporto, Recreio e Lazer	325.895,00	241.178,42	74,00%	-84.716,58	-26,00%
	Total - Funções Sociais	2.705.548,00	1.810.574,12	66,92%	-894.973,88	-33,08%
322	Iluminação Pública	541.412,00	528.615,23	97,64%	-12.796,77	-2,36%
331	Transp. Rodoviários	37.170,00	37.170,00	100,00%	0,00	0,00%
341	Mercados e Feiras	177.690,00	177.689,44	100,00%	-0,56	0,00%
342	Turismo	65.965,00	60.714,18	92,04%	-5.250,82	-7,96%
351	Modernização Administrativa	115,00	0,00	0,00%	-115,00	-100,00%
352	Defesa Consumidor	8.800,00	5.067,35	57,58%	-3.732,65	-42,42%
	Total - Funções Económicas	831.152,00	809.256,20	97,37%	-21.895,80	-2,63%
411	Empréstimos	2.125.609,00	1.923.412,09	90,49%	-202.196,91	-9,51%
421	Administração Autárquica	381.550,00	292.613,55	76,69%	-88.936,45	-23,31%
	Total - Outras Funções	2.507.159,00	2.216.025,64	88,39%	-291.133,36	-11,61%
TOTAL		6.993.271,00	5.300.279,44	75,79%	-1.692.991,56	-24,21%



INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

GRAU DE COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DAS DESPESAS					
	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Total / Despesa Total	100,24%	100,42%	100,24%	100,86%	99,28%
Receita Corrente / Despesa Corrente	101,54%	95,54%	100,15%	112,08%	113,66%
Receita de Capital / Despesa de Capital	97,29%	102,77%	97,80%	81,54%	79,49%
Receitas Próprias / Despesa Total	34,22%	23,26%	36,37%	39,27%	38,09%
Fundos Municipais / Despesa Total	31,90%	21,85%	40,17%	39,52%	36,38%
Receita Cobrada Localmente / Despesa Total	29,68%	18,69%	32,25%	38,31%	20,46%
(Receita Total-Passivo Financeiro) / (Despesa Total - Amortizações)	93,39%	56,22%	91,98%	106,80%	104,68%

ESTRUTURA DA RECEITA					
	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas Próprias / Receita Total	34,13%	23,16%	36,28%	38,94%	38,36%
Receitas Correntes / Receita Total	51,92%	33,46%	59,47%	69,24%	65,85%
Receita Cobrada Localmente / Receita Total	29,55%	18,61%	32,17%	37,98%	20,65%
Impostos Diretos / Receita Total	13,96%	8,62%	13,41%	17,62%	16,39%
Fundos Municipais / Receita Total	31,82%	21,75%	40,07%	39,18%	38,57%
Venda de bens e serviços correntes e de investimento / Receita Total	14,96%	12,55%	18,53%	16,29%	17,89%
(Impostos+Txas, Multas e Outras Penalidades) / Receita Corrente	17,15%	30,69%	28,00%	30,32%	30,22%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	44,12%	45,17%	46,18%	45,18%	43,81%
Receitas Correntes Executadas / Receitas Correntes Orçadas	93,90%	91,34%	92,57%	96,59%	93,91%
Receita Total Corrente ano n / Receita Total Corrente ano n-1	109,47%	100,46%	101,82%	104,49%	96,60%
(Impostos+Txas, Multas e Outras Penalidades ano n) / (Impostos+Txas, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	98,30%	93,33%	92,91%	113,13%	96,30%

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



[Handwritten signatures and initials]

ESTRUTURA DA DESPESA					
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa de Capital / Despesa Total	47,31%	64,83%	40,48%	37,69%	42,48%
Investimentos / Despesa Total	47,68%	60,86%	36,89%	32,05%	32,84%
Aquisição de bens de capital / Despesas Total	41,10%	59,48%	28,10%	24,64%	29,27%
Transferências de Capital (Despesa) / Despesa Total	2,72%	1,38%	4,02%	4,88%	3,57%
Pessoal / Despesa Total	24,87%	17,02%	29,42%	32,79%	30,01%
Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes / Despesa Total	20,37%	13,57%	23,82%	26,09%	24,15%
Aquisição de bens e serviços correntes / Despesa Total	18,28%	13,03%	21,12%	21,87%	20,05%
Serviço da Dívida / Despesa Total	3,24%	5,80%	8,14%	8,14%	12,77%
Amortizações de Empréstimos / Despesa Total	1,01%	3,64%	3,40%	5,57%	5,84%
Transferências Correntes (Despesa) / Despesas Correntes	6,40%	4,65%	4,35%	5,19%	4,56%
Pessoal / Despesas Correntes	48,51%	48,39%	49,43%	52,63%	52,18%
Despesa Corrente ano n / Despesa Corrente ano n-1	107,81%	106,76%	163,20%	93,38%	95,26%
Investimento Direto ano n / Investimento Direto ano n-1	78,92%	225,16%	27,11%	78,49%	122,57%

RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE					
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal / Fundos Municipais Correntes	119,14%	77,90%	108,35%	117,35%	116,62%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Fundos Municipais Correntes	87,58%	88,47%	77,79%	78,27%	77,91%



[Handwritten signatures and initials in the right margin]

GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

	2007	2008	2009	2010	2011
Fundos Municipais de Capital / Investimento	26,82%	11,97%	46,31%	36,10%	32,41%
Venda de bens de Investimento / Investimento	11,03%	7,68%	14,66%	2,99%	3,99%
Passivos Financeiros (Receita) / Investimento	25,41%	77,74%	56,13%	7,91%	14,04%

GRAU DE COBERTURA DA DESPESA

	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Corrente / Despesa de Funcionamento	115,81%	107,75%	114,92%	124,82%	127,73%
Receita de Capital / Despesa de Investimento	118,59%	112,01%	140,89%	95,89%	102,83%

SERVIÇO DE DÍVIDA MLP

	2007	2008	2009	2010	2011
Juros / Receita Total Cobrada	2,22%	2,15%	4,73%	2,55%	3,14%
Juros / Despesa Total Paga	2,23%	2,16%	4,74%	2,58%	3,12%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	6,04%	8,95%	12,88%	10,57%	12,86%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	6,06%	5,77%	12,91%	10,66%	12,77%



4 - ATIVO

DESIGNAÇÃO	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	186.016.897,72	100,00%	175.253.036,48	100,00%	-9.763.862	-5,28%
Imobilizado	155.863.472,92	84,24%	151.661.889,69	86,54%	-4.201.583	-2,33%
Circulante	24.619.606,57	13,31%	19.006.937,51	10,85%	-5.612.669	-2,47%
Existências	4.839.250,69	2,62%	4.888.907,40	2,79%	49.657	1,03%
Dívidas de Terceiros - ML/P	3.909.379,50	2,11%	3.780.509,11	2,16%	-128.870	-3,30%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	15.512.709,24	8,38%	10.212.690,47	5,83%	-5.300.019	-34,17%
Disponibilidades	358.267,14	0,19%	124.830,53	0,07%	-233.437	-65,16%
Acréscimos e Deferimentos	4.533.818,23	2,45%	4.584.208,28	2,62%	50.390	1,11%
Passivo	111.850.151,27	100,00%	106.422.079,70	100,00%	-5.428.072	-4,85%
Provisões para riscos e encargos	237.074,54	0,21%	205.020,07	0,19%	-32.054	
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	41.765.613,85	37,34%	38.826.044,70	36,48%	-2.939.569	-7,04%
Curto Prazo	11.139.996,56	9,96%	9.502.192,99	8,93%	-1.637.804	-14,70%
Acréscimos e Deferimentos	58.707.466,32	52,49%	57.888.821,94	54,40%	-818.644	-1,39%
Fundos Próprios	73.166.746,45	100,00%	68.830.955,78	100,00%	-4.335.791	-5,93%
Património	69.590.466,91	95,11%	69.409.493,91	100,84%	-180.973	-0,26%
Ajustamentos Partes Capital Empresas	570.118,07	0,78%	570.118,07	0,83%	0	0,00%
Reservas	12.482.241,63	17,06%	12.482.241,63	18,13%	0	0,00%
Resultados Transitados	-10.755.893,96	-14,70%	-11.900.110,55	-17,29%	-1.144.217	10,64%
Resultado Líquido do exercício	1.279.813,80	1,75%	-1.730.787,28	-2,51%	-3.010.601	-235,24%

IMOBILIZADO

O ativo líquido apresenta uma variação negativa em relação ao ano anterior, de (-) 5,28%, todavia com variabilidades diferenciadas relativamente a cada uma das referidas componentes.

As que mais contribuíram para esta situação foram a redução no Circulante, nas Dívidas de Terceiros de Curto Prazo e no Imobilizado.

A representatividade do Imobilizado no total do ativo líquido do Município, têm-se mantido muito substancial ao longo dos exercícios económicos, e a percentagem em 2011 é de 86,54%, ligeiramente superior à registada no ano transato.

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'JP', 'BA', and 'HP']

O Município de Portalegre denota assim uma pequena retração no Investimento centrado na formação de capital fixo, evidenciando no período em análise essa ligeira oscilação negativa.

O Imobilizado é constituído pelos Bens de Domínio Público, Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas e pelos Investimentos Financeiros

O Imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público continuam a ser as parcelas com maior expressão dentro da rubrica de Imobilizado, apossando-se de 64,77% e de 33,65%, respetivamente, do valor total do ativo líquido imobilizado.

No que respeita à variação comparativa 2010-2011, o imobilizado corpóreo regista um ligeiro decréscimo (-) 7,9%, já os bens de domínio público apresentam uma tendência invertida com um aumento de 9,06%.

Por conta de Investimentos Financeiros, que integram 1,46% do ativo líquido imobilizado, não se registou qualquer alteração.

Por último, os ativos incorpóreos que, a exemplo do verificado nos exercícios passados, preservam um insignificante peso percentual no ativo líquido, na ordem dos 0,12%, tendo inclusivamente sofrido uma redução superior a (-) 43%.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de quadro e gráfico demonstrativo das referências anteriormente efetuadas.

ATIVO IMOBILIZADO - VALORES 2010/2011					
Rubricas	2010	%	2011	%	Variação %
Bens de Domínio Público	46.794.153	30,00%	51.033.774	33,65%	9,06%
Imobilizações Incorpóreas	317.006	0,20%	180.454	0,12%	-43,08%
Imobilizações corpóreas	106.656.453	68,38%	98.235.824	64,77%	-7,90%
Investimentos financeiros	2.211.838	1,42%	2.211.838	1,46%	0,00%
TOTAL	155.979.449	100%	151.661.890	100%	-2,77%

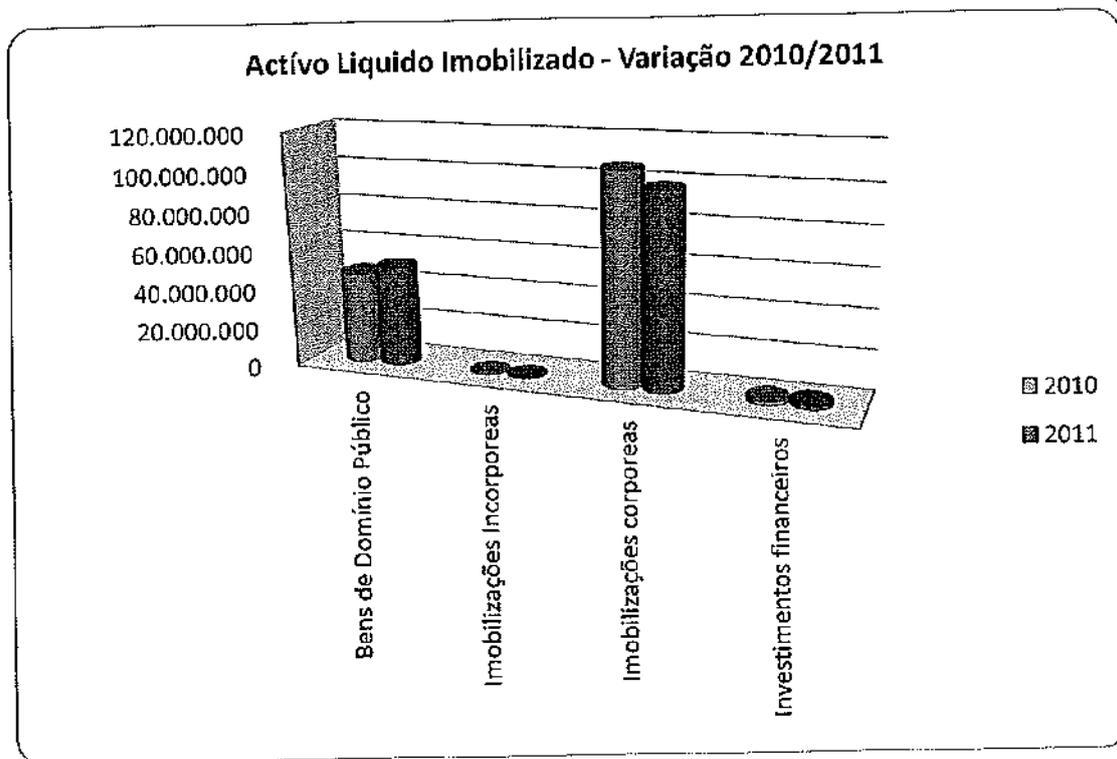
O ativo foi alvo de algumas alterações de relevância nomeadamente ao nível das transferências de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo e para o domínio público, nomeadamente e descriminando as de maior evidência:

- Estádio Eduardo Sousa Lima;
- Estação Central de Camionagem;
- Via da Meia Encosta;
- Requalificação do Bairro Ferreira Rainho, Rua 1º de Maio e Poeta José Régio;



- Arruamentos e Estradas do Concelho;

Este valor não é diretamente visível ao nível do ativo líquido já que se encontra influenciado pelo valor correspondente das Amortizações do Exercício



CIRCULANTE

O ativo circulante, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrega no final do exercício 10,85% do ativo líquido, percentagem ligeiramente inferior à verificada no exercício anterior, de 13,31%. O maior agregado continua a ser, as Dívidas de Terceiros, nomeadamente as de curto prazo.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada da componente "Dívidas de Terceiros".



Handwritten signatures and initials:
 TR
 J
 F
 BA
 HP

Rubricas	2010	2011	Variacao % 2010/2011
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	1.699.206,43	32.844,80	-98,07%
Clientes/Contribuintes e Utentes - Cobrança Duvidosa	204.898,49	171.844,26	-16,17%
Outros Devedores:	13.608.504,32	10.008.001,41	-26,46%
__Adiantamentos a Fornecedores	175.662,00	0,00	175662%
__Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	41.658,62	41.468,92	-0,46%
__Devedores Diversos - Outros	13.391.183,70	9.966.532,49	-25,57%
TOTAL	15.512.709,24	10.212.680,47	-34,17%

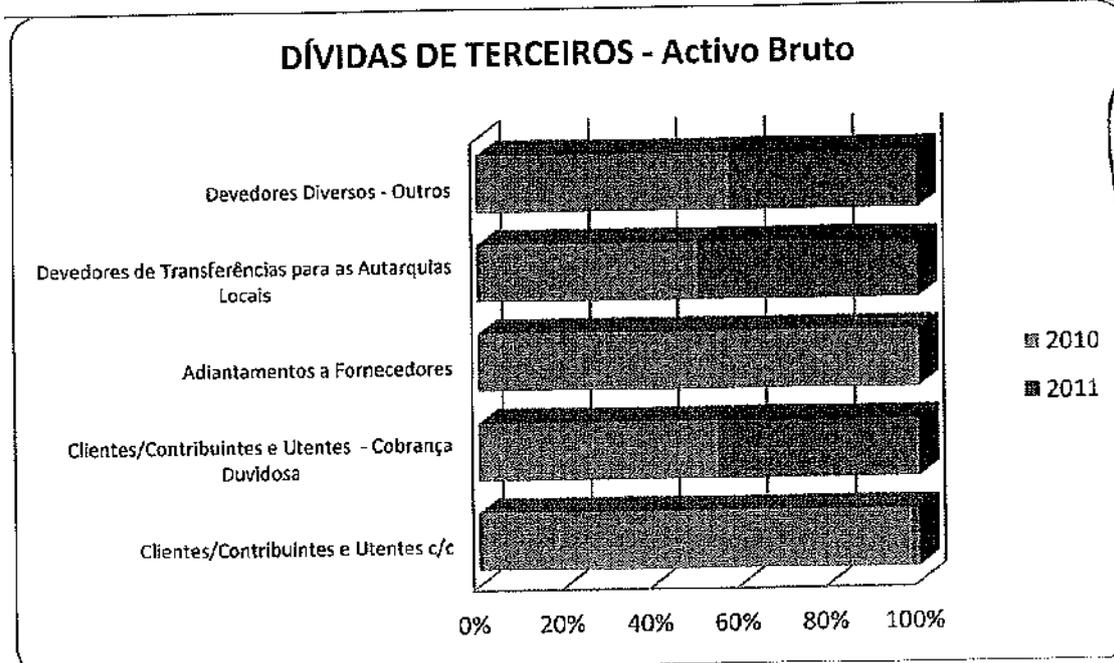
Se em termos de ativo bruto, a análise das Dívidas de Terceiros conduz a uma redução acentuada de (-) 34,17% no valor de 5.300.019€ face ao ano anterior, e em termos líquidos, verifica-se uma perda do peso destas dívidas no total do ativo líquido, baixando de 8,38%, para 5,83%.

O decréscimo verificado em Clientes/Contribuintes e Utentes c/c e em Devedores Diversos - Outros, além de estar diretamente relacionado com o agrupamento Clientes/Contribuintes e Utentes c/c - Cobrança Duvidosa, comporta ainda os montantes referentes a dívidas de licenças de construção, as quais refletem uma quebra acentuada no mercado em receção.

Em Clientes/Contribuintes e Utentes - Cobrança Duvidosa salienta-se uma diminuição desta rubrica para o montante de 171.844,26€, e que representam valores de dívida, vinda de taxas, de saneamento e de serviços prestados entre outros.

Nos adiantamentos a fornecedores, registou-se o anular do valor constantes das contas no exercício anterior, (175.662,00€) dado que os valores adiantados ao Serviço Nacional de Saúde, não será para fazer face a despesas que serão enviadas para o Município pelo respetivo organismo em data ainda não definida e valores não apurados, mas sim para encontro de contas pelo que não será faturado ao município passando este valor a ser considerado custo do exercício anterior e o correspondente aos valores adiantados durante este exercício em apresso, será registado como custo deste, conforme indicação da DGAL e subsequente explicação no Documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

Complementa-se a análise antes efetuada com a apresentação gráfica da variação das Dívidas de Terceiros no último biénio.



À data de 31 de dezembro de 2011 o valor das Disponibilidades ascendeu a 124.830,53 €, sendo 122.830,53 € constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 2.000 € por valores em caixa.

O total de Disponibilidades compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 22.630,90€ o saldo de gerência de operações de tesouraria, no valor de 102.199,64€.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Na observância dos princípios contabilísticos definidos pelo POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, em especial no caso concreto do Princípio da Especialização dos Exercícios, determina a assunção dos custos e dos proveltos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são apresentadas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos, que no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveltos e Custos Diferidos, sendo a apresentada no quadro seguinte, a sua composição em 2011.



ACRÉSCIMOS DE RECEBIMENTOS	
Acréscimos de Proventos	584.074,71
Juros a Receber	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Outros Acréscimos de Proventos	584.074,71
Custos Diferidos	4.000.133,57
Contratos Programa	3.980.308,38
Prémios de seguros	19.825,19
Outros Custos Diferidos	0,00

Do valor de 4.548.208,28€ constante em balanço, a maioria respeta à especialização da dívida, mediante a contratualização dos acordos celebrados com a Fundação Robinson e com o MMPO, sendo o restante Prémios de Seguros.

PASSIVO

O passivo registou no final de 2011 um decréscimo de (-) 4,85% relativamente ao ano transato, com reflexo na globalidade das suas componentes, tendo a redução mais significativa ocorrido nas Dívidas a Terceiros sejam de Curto Prazo com (-) 14,70% ou de Médio e Longo Prazos (-).7,04%, registando na globalidade uma recuperação de 4.577.373 €.



[Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and initials 'JA' and 'HP' below it.]

DÍVIDAS A TERCEIROS			
	2010	2011	Variação
Médio e Longo Prazo	41.765.614	38.826.045	-7,04%
Curto Prazo	11.139.997	9.502.193	-14,70%
Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a CP	1.258.145	2.170.608	72,52%
Adiantamentos por conta de vendas	7.491	12.356	64,95%
Fornecedores c/c (incluindo faturas receção/conferência)	2.302.341	1.990.736	-13,53%
Clientes e Utentes c/ Cauções	100.334	91.989	-8,32%
Fornecedores de imobilizado c/c (incluindo faturas receção/conferência)	5.988.905	3.400.407	-43,22%
Fornecedores de imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a CP	63.951	41.113	-35,71%
Estado e Outros Entes Públicos	75.200	2.867	-96,19%
Outros Credores	1.343.629	1.792.116	33,38%
Total	52.905.610	48.328.238	-8,65%

As importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais. Da sua análise ressalta o importante decréscimo da dívida em 8,65% sendo que as suas componentes revelam performances iguais. Assim temos um decréscimo do C/P em cerca de 1.637.804€ e um decréscimo no ML/P no valor de 2.939.569€, perfazendo uma redução total de 4.577.373€.

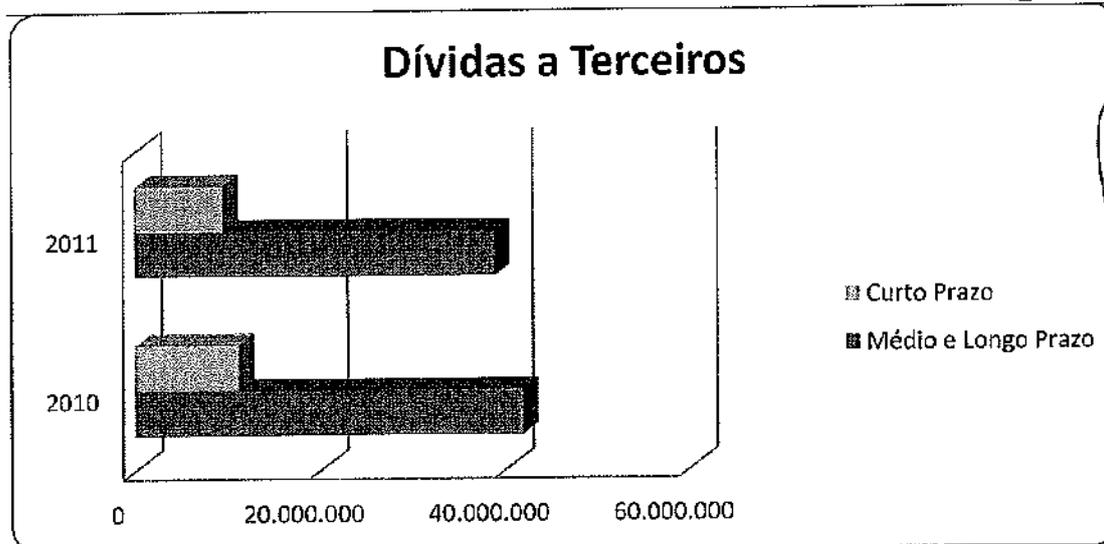
No ML/P e conforme atrás descrito, concorrem para a assunção da dívida, os contratos programa efetuados com a Fundação Robinson e MMPO, bem como o esforço realizado em pagar dívida sem ter de efetuar novas obrigações junto de Instituições de crédito financeiro.

Este esforço de contenção reflete-se como já foi referido no C/P, mais ainda pelo considerável aumento nas amortizações exigíveis no C/P (72,52%).

Esta diminuição do passivo vem afetar positivamente o controlo do endividamento líquido autárquico, que tem sido um dos objetivos prosseguidos pelo Município, cuja concretização se tem vindo a fixar em parâmetros bastante satisfatórios nos últimos exercícios económicos, o que uma vez mais sucedeu no ano que findou.

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município da Portalegre.

Já no gráfico seguinte poder-se-á verificar visualmente a evolução da dívida a terceiros, quer no curto quer no médio e longo prazos.



[Handwritten signatures and initials: J. J., J. J., J. J., J. J., J. J.]

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, talqualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2011.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	67.888.821,94 €
27.3 - Acréscimo de Custos	806.068,70 €
27.3.2 Remunerações a Liquidar em 2012	310.300,27 €
27.3.9 Outros Acréscimos de Custos	494.765,43 €
27.4 - Proveitos Diferidos	67.083.756,24 €
27.4.5 Subsídios para Investimentos	57.044.706,22 €
27.4.6 a 27.4.9 Outros Proveitos Diferidos	39.050,02 €

A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2012, e o reconhecimento dos Juros a liquidar durante o exercício, bem como o valor a transferir por conta das Empresas de Inserção.

Ao nível das remunerações são disso exemplo, os pagamentos a efetuar em 2012 referentes ao mês de dezembro e ao subsídio de férias, incluindo as remunerações base e os encargos sociais a cargo do Município relativos ao processamento de salários de dezembro. Destaca-se que o cálculo da estimativa para pagamento do mês e subsídio de férias foi elaborado com base no preconizado pelo art.º 21 da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de



Dezembro, ou seja Lei de Orçamento de Estado para 2012, contemplando as respetivas reduções de Subsídios de férias e natal.

Do lado dos Proveltos Diferidos, a expressividade de valores continua a ser espelhada em subsídios para investimentos (99,93%).

O montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de participações oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados, tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados. O valor transferido em 2011 para proveitos extraordinários foi de 2.082.610,02 €.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios verificaram um decréscimo, totalizando no final de 2011 o valor de 68.830.955,78 €, inferior em (-) 5,93% ao verificado no antecedente período.

A alteração deveu-se não ao resultado líquido gerado no exercício em análise, o qual é negativo (-) 1.730.787,28€ face ao ano anterior que foi positivo, mas ao registo dos resultados transitados negativos que ascendem ao montante de (-) 2.424.031€. Também acrescem regularizações efetuadas ao balanço, cujo montante global ainda que com valores materialmente irrelevantes, justificam a sua contabilização em Fundos Próprios.

As regularizações ao balanço têm lugar pelo facto de serem detetadas situações de não relevação, ou relevação inexata, quer à data de implementação do POCAL quer nos exercícios seguintes, de bens que fazem parte ou que passam a fazer parte do património municipal, sucedendo-lhes as correções anuais subsequentes. E foram precisamente regularizações desta natureza efetuadas no decurso de 2011, conforme explicado nos pontos 8.2.2 e 8.2.28 do anexo às demonstrações financeiras, pelo que se propõem uma leitura cuidada deste anexo de forma a uma apreciação pormenorizada de cada uma das contas da classe 5.



[Handwritten signature]

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
Custos e Perdas	Exercícios			Variação	Custos e Perdas	Exercícios		Variação
	2010	2011				2010	2011	
CMVM	630.264	576.666	-9,60%	Vendas e Prestações de Serviços	1.794.760	1.832.419	2,10%	
FSE	4.126.534	4.582.319	11,05%	Impostos e Taxas	5.353.925	4.094.539	-23,52%	
C. Pessoal	6.148.696	6.388.699	3,90%	Trabalhos Própria Entidade	743.087	134.180	-81,94%	
Transf. E Sub. Concedidos	751.268	658.927	-12,29%	Transf. E Subsídios Obtidos	9.020.516	8.463.466	-6,16%	
Amortiz e Prov.	5.730.093	5.366.942	-6,34%	Outr. Prov e Ganhos Operacionais	122.461	37.166	-69,66%	
Out Custos Operacionais	144.536	142.968	-1,08%	Total de Proventos Operacionais (B)	17.034.760	14.561.770	-14,52%	
Total de Custos Operacionais = (A)	17.531.392	17.716.520	1,08%	Proventos Financeiros = (D)	1.950.448	1.537.516	-21,17%	
Custos Financeiros	1.547.399	1.333.962	-13,79%	B + Proventos Financeiros = (D)	18.985.198	16.099.286	-15,20%	
A + Custos Financeiros = (C)	19.078.791	19.050.482	-0,15%	Proventos Extraordinários	2.507.409	2.456.040	-2,05%	
Custos Extraordinários	1.134.002	1.235.361	8,94%	D + Proventos Extraordinários = (F)	21.492.607	18.555.326	-13,67%	
C + Custos Extraordinários = (E)	20.212.793	20.286.113	0,36%					

Resultados Operacionais: (B-A)	-496.642,23	-3.154.750,12	535,22%
Resultados Correntes: (D-C)	-93.592,89	-2.951.195,74	3053,23%
Resultados Financeiros: (B-D)-(A-C)	403.049,34	203.554,38	49,50%
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (E)	1.279.813,80	-1.730.787,28	235,24%

[Handwritten signature]

O esforço de contenção da despesa levado a cabo pelo município tem demonstração clara no quadro anterior, já que a diminuição dos custos, nomeadamente ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Custos com Pessoal, associado a uma diminuição significativa da dívida, têm maior expressão num quadro de recessão económica que agrava em muito a arrecadação de receita. Mais se comprova na medida em que apesar destes esforços os resultados do exercício se fixaram em (-) 1.730.787,28€.

Efetivamente, registou-se um decréscimo dos resultados significativo, no entanto esta situação deve-se nem tanto ao facto da subida dos custos, mas principalmente pela significativa redução dos proventos.

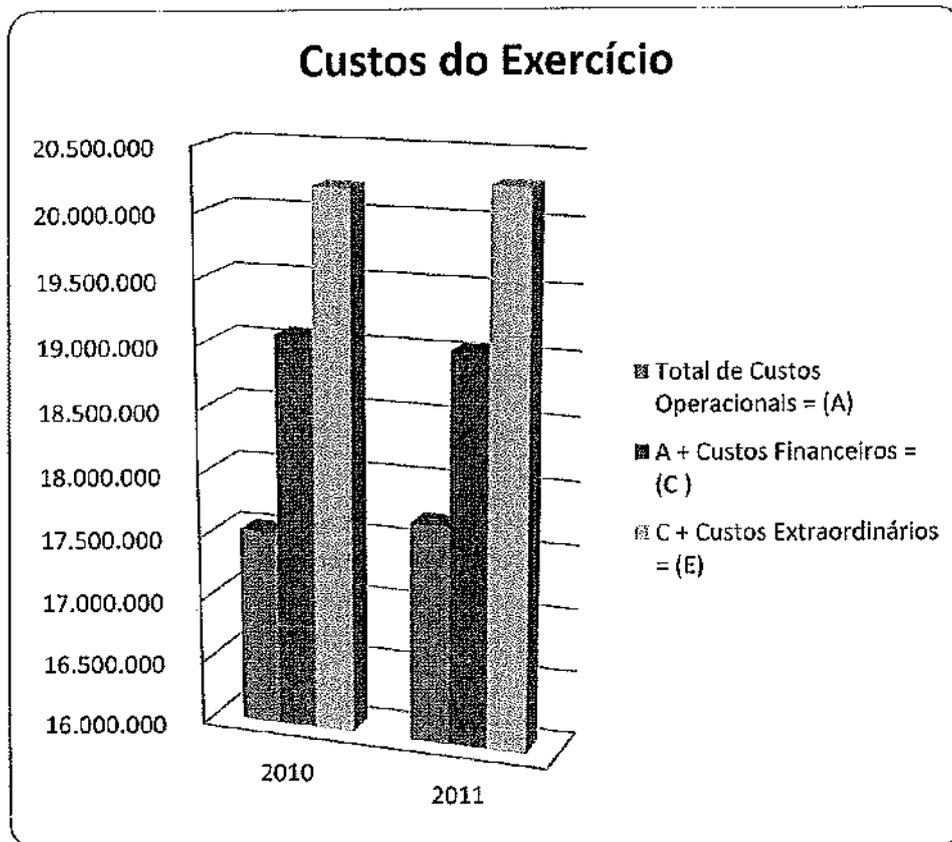
Para a diminuição dos custos concorrem, conforme atrás descrito as reduções verificadas nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com pessoal, conforme previsto no plano de Saneamento Financeiro, e a redução da dívida financeira do município.

Para a descida dos Proventos e ganhos concorrem essencialmente as Transferências e Subsídios obtidos os Impostos e Taxas e os Trabalhos para a própria entidade, pesando agregados uma perda de 2.937.281€



[Handwritten signatures and initials]

No gráfico seguinte demonstra-se o comportamento dos Custos e Perdas do Exercício na comparação com o exercício de 2010, e no seguinte, o dos Ganhos e Proveitos no mesmo lapso temporal.



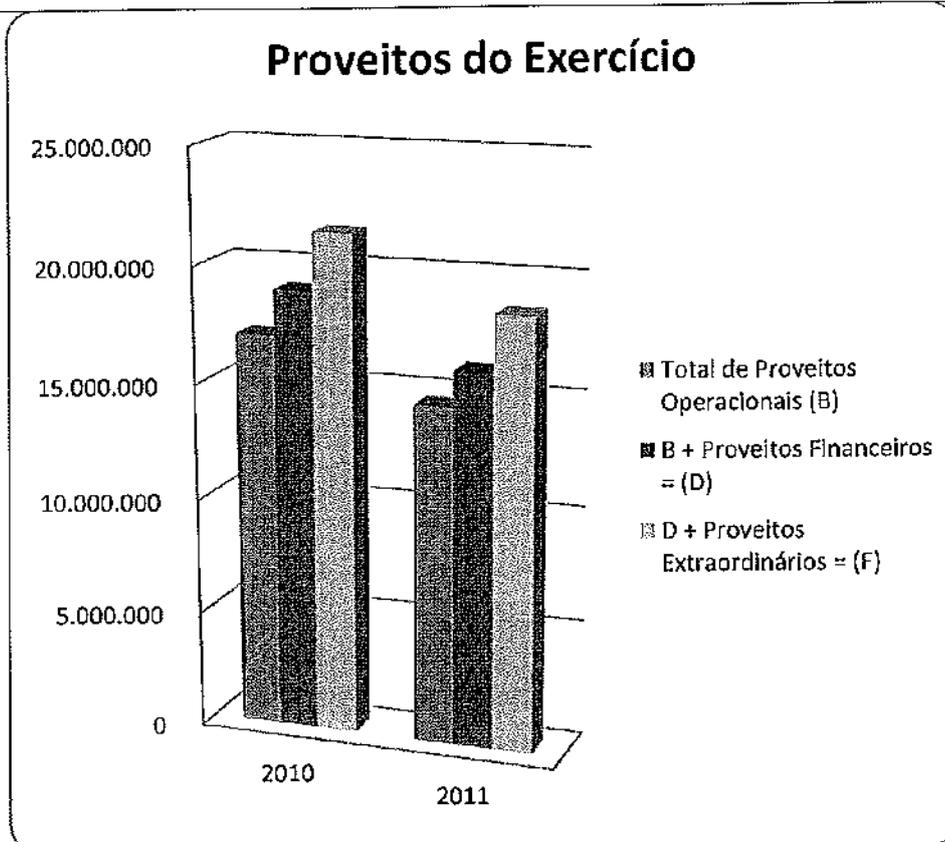


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.54-A/99, de 24 de fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo, podendo o seu valor, quando positivo, ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Deste modo, e como o resultado líquido do exercício é negativo, não existe necessidade de proposta para aplicação do mesmo.



ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU

No contexto da presente análise da dívida, importa anotar que a mesma atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006-2011
Dívida de Médio e Longo Prazo	14.288.559	16.752.789	34.497.622	42.015.119	41.765.614	38.826.045	24.537.486
Dívida de Curto Prazo	18.088.200	24.656.260	11.084.577	9.634.746	11.139.997	9.502.193	-8.584.007
Dívida total	32.376.759	41.409.049	45.582.199	51.649.865	52.905.611	48.328.238	15.953.479
Taxa de crescimento da dívida							
Médio e Longo Prazo	27,1	17,2	105,9	21,8	-0,6	-7,04	27,4
Curto Prazo	4,9	36,3	-55,0	-13,1	15,6	-14,70	-4,3

Em conformidade com os valores constantes do quadro apresentado, conclui-se que no exercício de 2011 foi realizado um esforço de contenção do nível de endividamento, contrariando a tendência demonstrada nos últimos anos, através da negociação da dívida, para que a mesma possa ser diluída nos exercício vindouros, permitindo desta forma um funcionamento normal da Câmara Municipal, no âmbito das competências, que lhe estão atribuídas, sem por em causa o bom funcionamento dos serviços municipais e ao mesmo tempo, não por em causa os princípios de confiança e boa-fé, que queremos manter com os nossos parceiros comerciais.

Bem como através da canalização de verbas para a liquidação de amortizações de dívida de forma a ver contrapartida na faturação de juros financeiros à câmara.

É de assinalar que na globalidade a dívida total do município decresceu (-) 8,65% de uma média de crescimento na ordem dos 13,46% registados no quinquénio 2006/2010. Isto produto do comportamento das suas duas componentes e reflexo do esforço de contenção previsto no Plano de Saneamento em curso.

A maior recuperação regista-se na dívida de Curto Prazo em (-) 14,7% é o resultado do esforço de regularização das dívidas exigíveis no Curto Prazo, bem como do cumprimento das obrigações acordadas.

Já o endividamento de Médio e Longo Prazo, verificou um decréscimo de (-) 7,04%, motivado pela não contração de novos empréstimos e pelo esforço de amortização de dívida e pelo compromisso da apenas realizar contratação de financiamentos de relevante necessidade e que por esse motivo se encontram excecionados do englobamento para

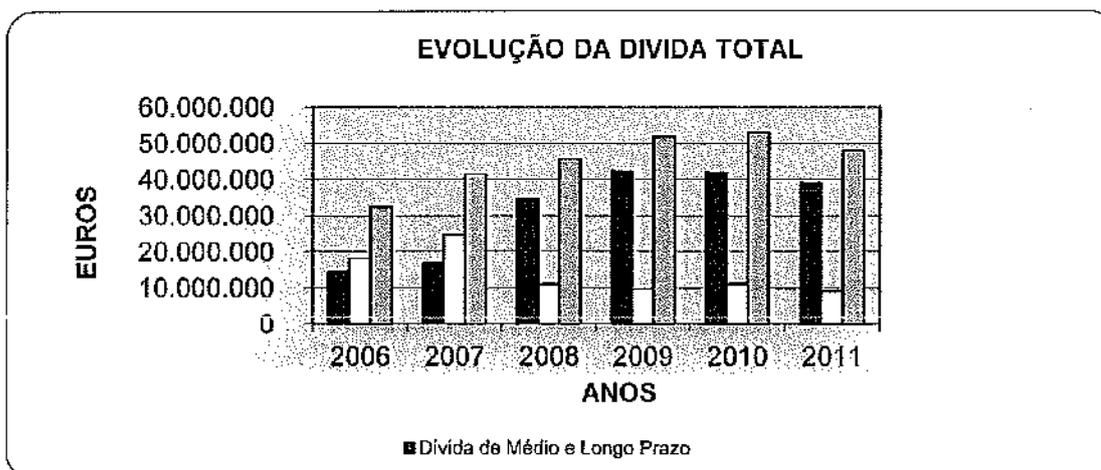


efeitos do rácio de Endividamento Líquido do Município, ou que tenham uma componente de receita associada e os transformem em atrativas oportunidades de negócio no cumprimento das vastas e onerosas atribuições do município.

A nível de valor de facto, no ano em apreço, verifica-se um decréscimo das dívidas de terceiros de curto prazo, que totalizarem 9.502.193€ Implicam cerca de (-) 1.637.804€ de passivo de curto prazo, o que traduz uma diminuição de 14,7%, o qual poderá ser melhor compreendido em capítulo próprio, que se encontra neste relatório mais à frente.

Do exposto, resulta que a diminuição do passivo em (-) 8,65% é feita mediante o estrito cumprimento das normas aprovadas no Plano de Saneamento Financeiro e o controlo do excesso de Endividamento Líquido, conforme compromisso assumido desde o exercício de 2006.

O próximo gráfico espelha a evolução da dívida do município ao longo dos últimos anos.



DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de realizar investimentos necessários à dotação de infraestruturas municipais e à criação de dinâmicas de desenvolvimento económico e social próprias, os municípios necessitam de recorrer na maioria das vezes à contratação de empréstimos de médio e longo prazo, dada a escassez de meios financeiros disponíveis.

Porém, este município tem assumido uma atitude cuidadosa quanto ao recurso a esta fonte de financiamento, pelo que não usufruiu na gerência em apreço de crédito bancário de médio e longo prazo que afeta-se os limites de Endividamento Líquido, garantindo que só o fará mediante o seu caráter de exceção do cálculo deste rácio, ou então que tenham uma



componente de receita indexada para que existisse a compensação da dívida pela receita, no caso o município não contratou nenhum novo empréstimo.

Assim sendo, a análise desta matéria é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



[Handwritten signatures and initials on the right margin]

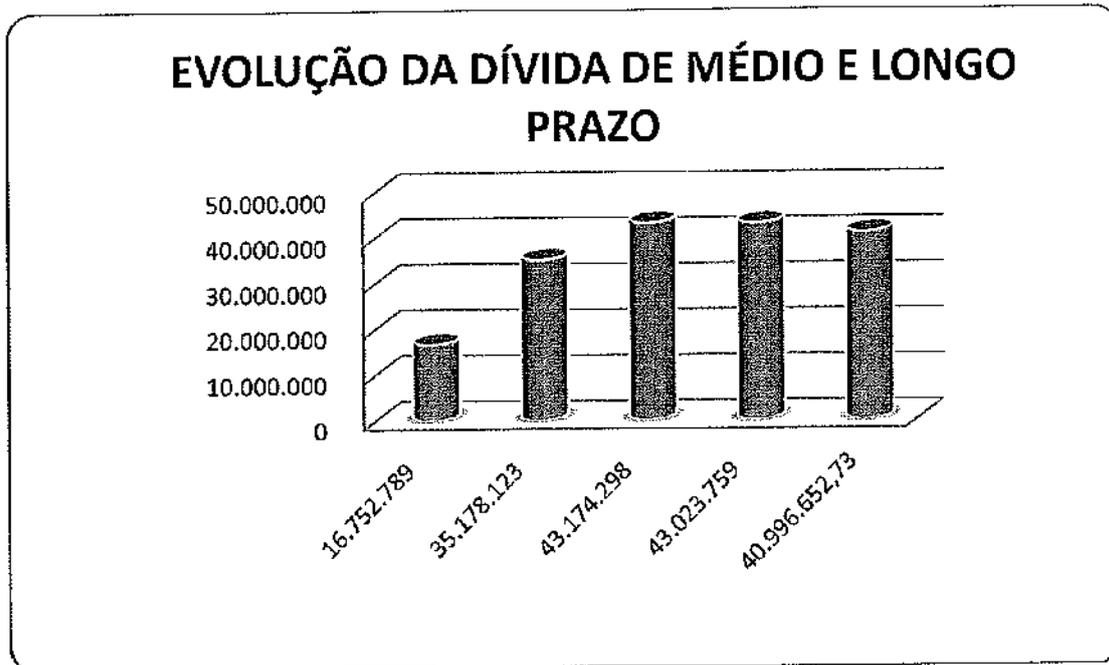
REGRAS DA DIVIDA DE MEDIO E LONGO PRAZO					
	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida de MLP no início do período (1)	14.288.559	16.752.789	35.064.678	43.174.298	43.023.759,25
Empréstimos de MLP	14.288.559	16.752.789	34.064.678	35.837.563	35.140.377
Empréstimos de MLP que revelam capacidade de endividamento	6.396.639	7.404.016	24.232.702	25.419.625	24.784.352
Empréstimos de MLP que não revelam capacidade de endividamento	7.891.920	9.348.773	9.831.976	10.417.938	10.356.025
Outras Dívidas de MLP	0	0	1.000.000	7.336.735	7.883.382
Fornecedores imobilizado de MLP			1.000.000	2.324.890	2.593.686
Fornecedores, MLP				972.403	1.849.704
Fornecedores de Imobilizado Contratos de Leasing MLP			113.445	144.460	72.700
Contratos Programa MLP				3.894.981	3.367.292
Dívida de MLP contraídas e utilizadas no período (2)	2.728.037	17.824.751	2.566.461	460.902	0
Empréstimos de MLP	2.728.037	17.824.751	2.566.461	460.902	0
Revelam capacidade de endividamento	1.199.987	17.120.560	1.581.488	0	0
Não revelam capacidade de endividamento	1.528.050	704.191	984.973	460.902	0
Outras Dívidas de MLP	409.663	807.893	1.070.369	523.988	665.935
Fornecedores imobilizado de MLP					
Juros capitalizados (3)	409.663	807.893	1.070.369	523.988	665.935
Amortizações do período (3)	263.807	512.862	793.575	1.158.088	1.253.970
Empréstimos de MLP	263.807	512.862	793.575	1.158.088	1.253.970
Revelam capacidade p/ endividamento	192.611	291.873	394.565	635.273	669.413
Não revelam capacidade p/ endividamento	71.196	220.989	399.010	522.815	584.557
Outras Dívidas de MLP	0	0	0	0	0
Fornecedores imobilizado de MLP					
DÍVIDA NO FIM DO PERÍODO (1+2+3)	16.752.789	35.178.123	43.174.298	43.023.759	40.996.652,73
Empréstimos de MLP	16.752.789	34.064.678	35.837.563	35.140.377	33.886.407,04
Empréstimos de MLP que revelam capacidade P/ endividamento	7.404.016	24.232.702	25.419.625	24.784.352	24.114.939,05
Empréstimos de MLP que não revelam capacidade P/ endividamento	9.348.773	9.831.976	10.417.938	10.356.025	9.771.467,99
Outras Dívidas de MLP	0	1.113.445	7.336.735	7.883.382	7.110.245,69
Fornecedores imobilizado de MLP		1.000.000	2.324.890	2.593.686	1.632.622,89
Fornecedores, MLP			972.403	1.849.704	2.593.397,29
Fornecedores de Imobilizado Contratos de Leasing MLP		113.445	144.460	72.700	34.623,03
Contratos Programa MLP			3.894.981	3.367.292	2.849.602,48
TAXA DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA MLP	17,2%	109,0%	220,0%	2,3%	-2,7%
TAXA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MLP	1,8%	3,0%	2,2%	2,7%	2,9%

Na sequência do que foi relatado, é notória a contenção da dívida de médio e longo prazo em 2011, uma vez que atinge (-) 2.027.106€, isto é, (-) 4,71% que em 2010, mesmo com a continuidade do serviço de dívida dos empréstimos contratados, que a cada ano que passa se vê mais incrementado, apesar das dificuldades acrescidas com a subida das taxas de juros. Continuou-se a usar a especialização da dívida advinda da realização de acordos de pagamento da dívida com fornecedores



No cômputo geral contribuíram para esta evolução da dívida o pagamento de Juros e Amortizações do passivo financeiro, mas também o pagamento de dívidas a fornecedores.

O gráfico seguinte espelha a evolução da dívida de Médio e Longo Prazo.



O respetivo enquadramento legal do município em matéria de limites à contração de empréstimos de médio e longo prazo, é reportado no capítulo subsequente.



SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Por forma avallar numa ótica orçamental o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, como sejam os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, insere-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida de igual natureza, no período compreendido entre 2007 e 2011.

	2007	2008	2009	2010	2011
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento (1)	430.953	632.222	1.199.547	1.046.719	1.180.994
Amortizações	192.611	291.873	394.565	635.273	669.413
Juros	238.342	340.349	804.982	411.446	511.580
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento (2)	242.517	888.533	664.397	635.357	738.911
Amortizações	71.196	220.989	399.010	522.815	584.557
Juros	171.321	467.544	265.387	112.542	154.354
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	0	0	0	0	0
Amortizações					
Juros					
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	673.470	1.320.755	1.863.944	1.682.075	1.919.905
Amortizações	263.807	512.862	793.575	1.158.088	1.253.970
Juros	409.663	807.893	1.070.369	523.988	665.935
Taxa de Crescimento de Dívida Médio e Longo Prazo					
Amortizações	-30,1	94,4	55	45,9	8,3
Juros	19,4	97,2	32,5	-51,0	27,1
Juros / Receita Total Cobrada	6,6%	2,0%	5,3%	2,5%	3,1%
Juros / Despesa Total Paga	1,6%	2,0%	4,6%	2,5%	3,1%
Juros / Despesa de Capital Paga	3,2%	3,1%	11,3%	6,7%	7,3%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	10,9%	3,2%	9,1%	8,0%	8,0%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	2,6%	3,2%	8,0%	8,1%	8,9%

Relativamente à informação constante no mapa antecedente, importa verificar que, a percentagem de amortizações verificadas aumentou (8,3%) em relação ao exercício anterior, os juros cobrados tiveram um aumento de 27,1%.

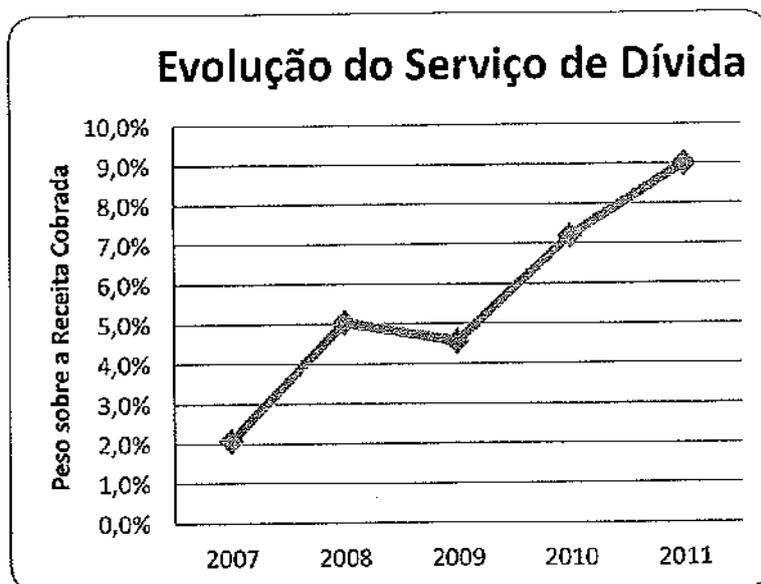
Verifica-se ainda que o peso dos juros, ainda se encontra em percentagens aceitáveis quando medindo o seu peso no total da receita cobrada e da despesa paga, mantendo a fraca absorção da receita cobrada pelos encargos da dívida.

O peso dos juros e das amortizações no orçamento municipal não representam um valor



preocupante para o município, na medida em que apesar de sofrer um ligeiro acréscimo de aproximadamente 1% em relação ao ano anterior, o peso Serviço da dívida no Total da Receita Cobrada e no Total da Despesa Paga durante o exercício foi de 9,0% e 8,9% respetivamente.

O próximo gráfico retrata de forma convincente esta evolução do serviço da dívida.



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No quadro imediato apresenta-se uma síntese dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2011 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os consoante relevem ou não para o cálculo da capacidade de endividamento, com o objetivo de permitir uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo.

A título de informação complementar, de igual modo se decompõe a referida dívida em função da sua exigibilidade, promovendo a autonomização da parte correspondente às amortizações que ocorrem no exercício, permanecendo para comparativo o exercício de 2010.

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



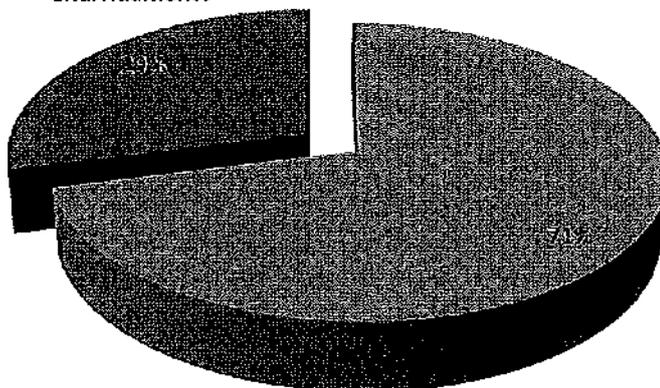
ANEXO Nº 1 - Dívida de Médio e Longo Prazo - 2010/2011					
ANEXO Nº 1 - Dívida de Médio e Longo Prazo					
	2010		2011		Variação
	Valor	%	Valor	%	
EXIGÍVEL A MÉDIO LONGO PRAZO	41.865.671	97,23%	39.742.683	96,84%	-5,07%
Empréstimo de Médio e Longo Prazo	33.982.289	78,40%	32.632.437	78,95%	-3,97%
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	24.149.079	56,16%	23.445.526	57,31%	-2,91%
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	9.833.209	22,24%	9.186.911	21,65%	-6,57%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	7.883.382	18,83%	7.110.246	17,89%	-8,81%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	2.593.686	6,20%	1.632.623	4,11%	-37,05%
Fornecedores, ML/P	1.849.704	4,42%	2.593.397	6,53%	40,21%
Fornecedores de Imobilizado Contratos de Leasing ML/P	72.700	0,17%	34.623	0,09%	-52,38%
Contratos Programa ML/P	3.367.292	8,04%	2.849.602	7,17%	-15,37%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	1.158.088	2,77%	1.253.970	3,16%	8,28%
Empréstimo de Médio e Longo Prazo	1.158.088	2,77%	1.253.970	3,16%	8,28%
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	635.273	1,52%	669.413	1,68%	5,37%
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	522.815	1,25%	584.557	1,47%	11,81%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Credores de Contratos Programa	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	43.023.759	100,00%	40.996.653	100,00%	-4,71%

Em conformidade com os valores apresentados e de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, cerca de 23,12% do total do exigível, não contribuem para a capacidade de endividamento, sendo que para o peso dos empréstimos que concorrem para o limite de endividamento (58,99%), contribui em grande parte o empréstimo bancário contratado com o Banco Português de Investimento, no valor de 17.120.559,50€, realizado no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro aprovado pelo Tribunal de Contas, visando a recuperação de uma situação conjuntural de desequilíbrio financeiro.



**Relevância dos Empréstimos de ML/Prazo para efeitos do
Limite ao
Endividamento Líquido (2011)**

- Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento
- Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento



DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferência para as autarquias locais e por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos cinco anos se retrata no quadro seguinte.

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A CURTO PRAZO							
	2007	2008	2009	2010	2011		
					Valor	%	%
Fornecedores c/c	2.390.443	2.600.799	2.698.147	2.302.341	1.990.736	27,15%	-13,6%
Fornecedores c/c	2.390.443	2.600.799	2.698.147	2.302.341	1.990.736	27,15%	
Fornecedores imobilizado	21.515.062	7.213.890	3.834.286	6.052.711	3.441.521	46,94%	-43,1%
Fornecedores de imobilizado - com Leasing	21.287.128	7.156.383	3.771.823	5.988.805	3.400.407	46,38%	
Outros Credores	227.934	57.507	62.463	63.906	41.113	0,56%	-4,3%
Estado	189.683	589.386	1.943.136	1.526.654	1.899.328	25,91%	
Credores de transferências das autarquias	16.572	160.893	40.253	75.200	2.867	0,04%	
Credores Diversos	12.087	18.133	317.858	533.170	713.035	9,73%	
Credores Diversos	161.023	410.360	1.585.024	918.284	1.183.426	16,14%	
Total Dívida a Curto Prazo	24.095.188	10.404.076	8.475.668	9.881.708	7.331.585	100,00%	-34,8%
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	142,06%	-56,82%	-18,64%	16,59%	-25,81%	100,00%	
Fornecedores c/c	-12,95%	8,80%	3,74%	-14,67%	-13,53%	27,15%	
Fornecedores de Imobilizado	252,12%	-66,47%	-46,85%	57,86%	-43,14%	46,94%	
Outros Credores	-82,73%	210,72%	229,69%	-21,43%	24,41%	25,91%	

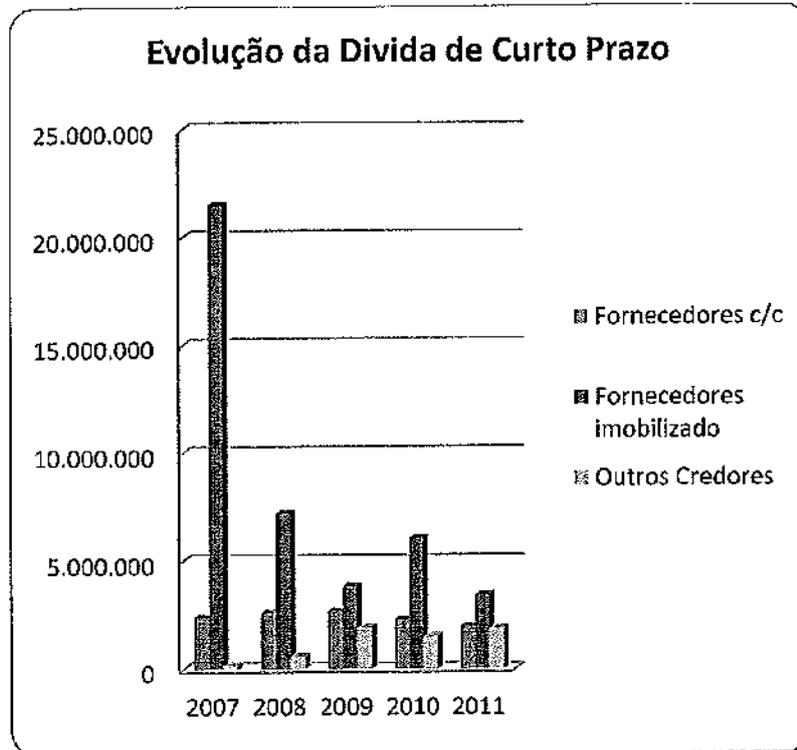
Comparados os dados apresentados, transparece desde logo o decréscimo da dívida de curto prazo, que quando indexada à média dos últimos exercícios, representa uma quebra de cerca de (-) 45%, o que significa menos 5.882.549€ em média neste tipo de passivo.

No entanto em 2011 a tendência verificada no ano anterior não se verifica, uma vez que a dívida constituída pelas diferentes rubricas atrás assinaladas acusa, face ao ano transato, um decréscimo de (-) 25,81% em resultado sobretudo da diminuição das dívidas a fornecedores e fornecedores de Imobilizado.

O mesmo comportamento se verificou nas restantes rubricas em que todas exceto a de Credores de Transferências das Autarquias e Outros Credores, que foram inferiores ao exercício transato, mas mesmo aquelas onde não se verificou uma diminuição, sofreram um ligeiro aumento de 445.007€ que correspondem a um peso de 6% deste tipo de dívida. Sendo que nelas acresce o valor do novo contrato programa assinado com a Fundação Robinson, que importa em 438.016,46€.



Com a finalidade de obter uma melhor perceção das variações ocorridas no último quinquénio, estrutura-se graficamente a composição da dívida de curto prazo e respetivos valores.



[Handwritten signatures and initials]



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Em matéria de controlo do endividamento autárquico a nova Lei das Finanças Locais, estabelece dois limites ao endividamento municipal:

- Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: transferências do Estado, participação variável no IRS e receitas de impostos municipais;
- Um limite à contração de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

Por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento anteriormente definidos, é prevista a redução das transferências financeiras aos municípios que violem os limites da dívida, em igual montante, cujo quantitativo reverte de forma irreversível para o Fundo de Regularização Municipal, encontrando-se o seu funcionamento regulado no Decreto-Lei n. 38/2008, de 7 de março.

Este conceito de endividamento municipal incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o setor empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação.

Em conformidade com o exposto, desenvolve-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o exercício de 2011, começando por introduzir um mapa ilustrativo dos diferentes limites de endividamento do município para o ano em apreço, calculados com base nas receitas municipais definidas na atual Lei das Finanças Locais.

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
ANO DE 2011		
DESIGNAÇÃO	Montante (Euros)	Observações
Recas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento		
(1) IMI 2010	2.075.255,45	
(2) IMT 2010	1.054.949,50	
(3) IUC 2010	376.835,18	
(4) CA 2010	0,00	
(5) SISA 2010	0,00	
(6) Derrama 2010	190.035,32	
(7) SEL 2010	266.092,04	
(8) Fundos Municipais OE 2011	7.810.771,00	
(9) Total de Recas a considerar	11.773.938,49	(9) = somatório de (1) a (8)
(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	1.177.393,86	(10) = 10% x (9)
(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	11.773.938,49	(11) = 100% x (9)
(12) Limite ao Endividamento Líquido	14.717.423,11	(12) = 125% x (9)

No entanto durante a elaboração da Lei de Orçamento de Estado para 2011 e de forma a compensar os Municípios pelos consecutivos cortes nas transferências sem o aliviar das competências delegadas, e sem a respetiva componente financeira associada, foi decretada a alteração dos limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo.

Nos termos do disposto no artigo 53.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2011) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada município em 2011, são apurados do seguinte modo:

"1 — Em 31 de dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de abril, de cada município não pode exceder o que existia em 30 de setembro de 2010."

Assim o valor do limite de endividamento de médio e Longo Prazo é fixado em 23.518.686€ E o limite do endividamento Líquido é fixado em 16.278.620€.

Mantem-se o limite e a fórmula de apuramento para o endividamento de Curto Prazo e este passam a ser os montantes a constar no cálculo do cumprimento das obrigações de redução de nível de endividamento.



LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Ao abrigo da Lei das Finanças Locais (Lei n. 2/2007, de 15 de Janeiro), o produto de empréstimos constitui receita dos municípios, estando definido no n.º 3 do art. 38, que os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O valor máximo atrás referido, não podendo exceder em qualquer momento do ano 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior, fixou-se para 2011 em 1.177.393,85€.

Para ocorrer a necessidades momentâneas de tesouraria durante a gestão de 2011 foi aprovada a contratação de um empréstimo bancário de curto prazo no montante global de 918.443,00 €, com a instituição Banco Santander Totta, S.A, do qual só foram utilizados 800.000,00 .

Refira-se que no âmbito da sua contratação, que só foram utilizados 800.000,00 €, os quais foram integralmente amortizados no decurso da gestão em apreço e que originou o pagamento de juros no valor de 18.313,29€.

A aprovação para a contratação deste empréstimo foi deliberada na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em 27 de dezembro de 2010.

Considerando que o valor total contratado deste empréstimo foi integralmente amortizado durante o exercício não é considerado para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo prazo, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 39º, da mencionada lei das finanças locais.



EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No que toca aos empréstimos de médio e longo prazo estes, de igual modo, constituem receita dos municípios, podendo ser contraídos para aplicação em investimentos, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro dos municípios, desde que o montante em dívida desta natureza não exceda, em 31 de dezembro de cada ano do ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

Nos termos desta disposição legal verifica-se que para o exercício de 2011 o limite municipal em matéria de contratação de empréstimos de MLP corresponde a 11.773.938,49€, no entanto e conforme atrás descrito, a Lei de Orçamento de Estado para 2011 veio alterar este limite para a quantia de 23.518.686€.

Considerando que o município à data de 31 de dezembro de 2006 violava o limite de endividamento Líquido, face às disposições constantes na lei das finanças locais, passou a ser obrigado a reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excedia o seu limite naquela data, até atingir o legalmente imposto, que na gerência em análise se situa em 16.982.309,75€, logo 703.689,75€ acima do limite de endividamento permitido.

Importa no entanto referir que este município cumpriu a Lei das Finanças Locais já que em relação a 2011 efetuou uma recuperação de (-) 13,01%, mais concretamente retirou à dívida 105.208,36€ quando o legalmente imposto era 80.889,81€.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, consideram-se todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39º da LFL):

- Os empréstimos deste tipo, contraídos por associações de municípios (AM), relevam para o cálculo do montante em dívida de médio e longo prazo na proporção da participação do município no seu capital social;



□ Também, os contratados pelas Entidades do Setor Empresarial Local contribuem para o mesmo apuramento, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstos no regime jurídico do SEL (n. 2 do artigo 36. da LFL e n. 1 do artigo 32. do RJSEL), proporcionalmente à participação do município no seu capital social.

Calculado nestes termos, o valor global da dívida desta natureza à data de 31/12/2011, ascende a 33.886.407,04€, estando portanto acima do limite a este tipo de endividamento em 16.982.309,75€

Para tal situação, concorreu em especial o empréstimo de saneamento financeiro no valor de 17.120.559,50€, já que ao não ser excecionado vem empolar de sobremaneira este nível de endividamento.

Tendo em vista uma avaliação mais detalhada reproduz-se em quadro próprio, os valores que relevam para efeitos desta determinação e do posicionamento do município face a esses limites.



1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2012

(€)

RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receta cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	3.507.040,13	0,00	3.507.040,13	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	2.075.255,45		2.075.255,45	* Valores anuais, os
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	1.054.949,50		1.054.949,50	quais devem
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	376.835,18		376.835,18	corresponder aos
Contribuição Autárquica			0,00	inscritos no formulário
Imposto Municipal de Sisa			0,00	Receitas Municipais',
DERRAMA*	190.035,32		190.035,32	relativo a 2008.
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	3.697.075,45	0,00	3.697.075,45	(A)
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL* FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2008)	-	-	266.092,04	(B)
	-	-	7.810.771,00	(C)
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	11.773.938,49	(D) = (A) + (B) + (C)

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	1.177.393,85	(E) = 10% x (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	23.618.686,00	(F) = Lei 55-A/2010
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	16.278.620,00	(G) = Lei 55-A/2010

** Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único Circulação (IUC).



2. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
1 DISPONIBILIDADES	124.830,53		
11 Caixa	2.000,00		
12 Depósitos em instituições financeiras	122.830,53		
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS	18.864.750,31	105.287.579,29	
21 Clientes, contribuintes e utentes	959.986,97	91.989,45	
211 Clientes, c/c			
212 Contribuintes, c/c	32.844,80		
213 Utentes, c/c			
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções		91.989,45	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	927.142,17		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores	0,00	4.584.133,41	
221 Fornecedores, c/c		3.795.103,95	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Faturas em receção e conferência		789.029,46	
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos		33.886.407,04	
231 Em moeda nacional		33.886.407,04	
2311 De curto prazo		0,00	
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		33.886.407,04	
23121 Empréstimos bancários		33.886.407,04	
23123 Outros empréstimos obtidos			
24 Estado e outros entes públicos	41.468,92	2.866,94	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	13.717.102,60	9.324.824,39	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	5.108.766,46	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		1.845.878,63	
2612 a 2617 (...)		1.708.359,24	
2618 Faturas em receção e conferência		1.554.528,59	
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal		355,71	
263 Sindicatos			
264 Administração autárquica	0,00	3.562.637,52	
2641 Associações de municípios		20.346,60	
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias			
2647 Empresas municipais e intermunicipais		977.291,92	
2648 e 2649 (...)		2.565.000,00	
265 e 266 (...)			
267 Consultores, assessores e intermediários			
268 Devedores e credores diversos	13.747.041,60	1.078.724,75	

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



269 Adiantamentos por conta de vendas		12.356,41	
27 Acréscimos e diferimentos	4.146.191,82	57.397.358,06	
271 Acréscimos de proveitos	584.074,71		
272 Custos diferidos	4.000.133,57		
273 Acréscimos de custos		805.065,70	
274 Proveitos diferidos		57.053.817,24	
2741 a 2744 (...)			
2745 Subsídios para investimentos*		57.044.706,22	
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*		39.050,02	
28 Empréstimos concedidos			
4 IMOBILIZAÇÕES	2.921.988,98		
41 Investimentos financeiros	2.921.988,98		
411 Partes de capital	2.921.988,98		
412 Obrigações e títulos de participação			
413 (...)			
415 Outras aplicações financeiras			
TOTAL	22.379.525,28	106.217.059,63	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	23.379.525,28	49.133.303,39	(A)

* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.

[Handwritten signatures and initials: PZ, J, J, HR]



3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

(C)

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas (Lei n.º 42/98, de 6 de agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	1		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	2	556.297,67	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para pagamento de dívidas à EDP (Orçamentos do Estado para 1992, 1993, 1994 e 1995)	3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.1		
Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.2		
Outros empréstimos contraídos em 2002 destinados à habitação social (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 6-A/2002, de 31 de maio - 1.ª alteração à OE/2002)	4.3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries de Dezembro de 1995 e janeiro 1996, criadas pelo Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 23.03 - OE/1996)	5		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	6		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana, apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (artigo 22.º da Lei n.º 52-C/96, de 27.12 - OE/1997 e artigo 22.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	7		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infraestruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	8		

[Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



[Handwritten signatures and initials]

Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redação dada pelo artigo 28.º do OE/2000)	9.1	
Empréstimos contraídos em 2002, para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio - 1.ª alteração à OE/2002)	9.2	553.219,86
Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infraestruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio - 1.ª alteração à OE/2002)	10.1	
Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infraestruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)	10.2	
Empréstimos contraídos no âmbito da linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos causados pelos Incêndios ocorridos desde 20 de julho de 2003 em equipamentos e infraestruturas municipais de relevante Interesse público (artigo 3.º da Lei n.º 107/2003, de 10.12)	11	98.382,62
Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Ex.as os Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004)	12	1.357.521,86
Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	13	774.005,46
Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 - OE/2005, na redação da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	14	1.364.181,20
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30.12 - OE/2006	15	587.098,68
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos Incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º do OE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)	16	1.225.749,15
Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana, abrangidos pelo n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	17	458.225,22

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



Empréstimos contraídos, para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	18	2.653.872,52	
Empréstimos contraídos para execução de Investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública, abrangidos pelo n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	19		
Empréstimos contraídos para a conclusão dos PER cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 (alínea b) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro)	20		
Empréstimos contraídos em 2008 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Requalificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (art.º 27.º do OE/2008)	21	142.914,12	
Outros empréstimos de médio e longo prazos (não excecionados e não incluídos nos pontos anteriores)	22	24.114.938,68	
TOTAL		33.886.407,04	

[Handwritten signatures and initials on the right margin of the page]

Outras dívidas de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de dezembro de 1988 (alínea c) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro)	1		

(e)

RECAPITULATIVO			
Designação	N.º	Montante	Observações
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excecionados dos limites de endividamento municipal (somatório das linhas 1 a 21 do quadro de empréstimos mlp)	A	9.771.468,36	
Outras dívidas de médio e longo prazos excecionadas dos limites de endividamento municipal (dívidas EDP 1988)	B	0,00	



[Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.]

4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO TRIMESTRE

(€)

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	33.886.407,04	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	26.753.778,11	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	9.771.468,36	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	24.114.938,88	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	16.982.309,75	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.177.393,85	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	23.518.686,00	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	16.278.620,00	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		
Margem	1.177.393,85	
Excesso	596.252,68	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		
Margem		
Excesso	703.689,75	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		
Margem		

* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento. ** Apenas no último trimestre do ano em causa.

No mapa seguinte apresentamos a evolução anual do nível de endividamento líquido, de forma a melhor demonstrar o acompanhamento feito e que culminou com uma recuperação de 13,01% do Endividamento Líquido do Município.

Câmara Municipal de Portalegre
Relatório de Gestão do Exercício de 2011



Taxa de Recuperação/Aumento face ao Excesso de Endividamento Municipal

Designação		31-12-2010	01-01-2011	31-03-2011	30-06-2011	30-09-2011	31-12-2011
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazos	35.140.377,02 €	35.140.377,02 €	34.805.844,33 €	34.514.773,03 €	34.385.785,52 €	33.886.407,04 €
(2)	Endividamento líquido	25.415.288,69 €	25.415.288,69 €	25.135.844,52 €	25.754.234,65 €	25.869.662,45 €	26.753.778,11 €
(3)	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	10.356.024,97 €	10.356.024,97 €	10.259.569,46 €	10.055.736,89 €	9.993.189,93 €	9.771.468,36 €
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(5) = 1 - 3 + 4	Capital em dívida de médio e longo prazos a consolidar	24.784.352,05 €	24.784.352,05 €	24.646.274,87 €	24.459.038,22 €	24.392.595,59 €	24.114.938,68 €
(6) = 2 - 3 + 4 + 5	Endividamento líquido a consolidar	15.059.283,72 €	15.059.263,72 €	14.876.275,08 €	15.693.497,84 €	15.876.472,52 €	16.982.309,75 €
(7)	Limite ao endividamento de Médio Longo Prazos - 2009	0,00 €	11.400.292,49 €	11.400.292,49 €	11.400.292,49 €	11.400.292,49 €	23.518.686,00 €
(8)	Limite ao endividamento Líquido	14.261.640,63 €	14.250.365,61 €	14.250.365,61 €	14.250.365,61 €	14.250.365,61 €	16.278.620,00 €
(9) = 5 - 7	Endividamento médio e longo prazos - montante em excesso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(10) = 6 - 8	Endividamento líquido - montante em excesso	797.623,09 €	808.898,11 €	626.909,46 €	1.448.132,23 €	1.626.106,91 €	703.689,75 €
Taxa de Redução		0,00%		-22,62%	79,03%	101,03%	-13,01%